

2016

RELATÓRIO & CONTAS

176 ANOS DE
EXPERIÊNCIA.
O **CAMINHO**
DE SEMPRE.



Associação Mutualista
Montepio

Juntos por todos

UMA INSTITUIÇÃO
FORTALECIDA POR
630 MIL ASSOCIADOS.
UM **CAMINHO** COMUM.
SEMPRE.



1

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

6

6

RESPONSABILIDADE SOCIAL

28

2

MENSAGEM
DO PRESIDENTE

8

7

COOPERAÇÃO E DIFUSÃO
DO MUTUALISMO

34

3

ENQUADRAMENTO
DAS ATIVIDADES

10

8

DINÂMICA ASSOCIATIVA
E OFERTA MUTUALISTA

38

4

INDICADORES
GLOBAIS

20

9

BASE DE ASSOCIADOS E SUBSCRIÇÕES
DE MODALIDADES

48

5

MISSÃO, VISÃO E ESTRATÉGIA

22

10

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
E GESTÃO DOS RISCOS

52

11

EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS

56

15

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

171

12

PROPOSTAS

72

13

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO

84

14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

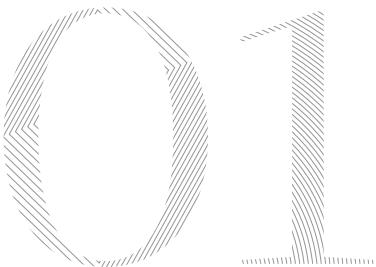
88

16

ANEXOS

180

16.1 Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização para 2017	181
16.2 Relatório Atuarial das Modalidades Associativas	182
16.3 Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas	199
16.4 Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	202
16.5 Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios	212
16.6 Carteira de Imóveis	227
16.7 Carteira de Títulos	237
16.8 Contas das Fundações	242



ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2016–2018 e que iniciaram funções no dia 6 de janeiro de 2016 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE
VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES
Jurista
Associado n.º 33 151-5

1.º SECRETÁRIO
ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO
Advogado
Associado n.º 31 560-9

2.º SECRETÁRIO
ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA
Economista
Associado n.º 45 139-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
ANTÓNIO TOMÁS CORREIA
Jurista
Associado n.º 38 670-6

VOGAIS
CARLOS VICENTE MORAIS BEATO
Gestor
Associado n.º 44 857-6

FERNANDO LOPES RIBEIRO MENDES
Economista
Associado n.º 191 752-7

VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA
Gestor
Associado n.º 32 309-9

MIGUEL ALEXANDRE TEIXEIRA COELHO
Económista
Associado n.º 375 571-6

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

MANUEL RUI DOS SANTOS CASEIRÃO

Economista

Associado n.º 132 285-3

JOSÉ DE ALMEIDA SERRA

Economista

Associado n.º 28 745-2

VIRIATO MONTEIRO DA SILVA

Economista

Associado n.º 397 063-0

VOGAIS

ANTÓNIO MENDES DE ALMEIDA

Diretor do Montepio na situação de reforma

Associado n.º 29 877-1

ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA

Economista

Associado n.º 44 630-3

ISABEL CIDRAIS GUIMARÃES

Gestora

Associado n.º 44 194-2

ALFREDO JORGE ALVES GOMES DE SÁ

Gestor

Associado n.º 636 752-5

ANTÓNIO GUIMARÃES PIMENTA

Diretor do Montepio na situação de reforma

Associado n.º 28 223-7

CONSELHO GERAL

EFETIVOS

MARIA MANUELA DA SILVA

Economista

Associado n.º 71 464-0

MARGARIDA MARIA SIMÕES CHAGAS LOPES

Doutorada em Economia

Associado n.º 105 360-1

JOSÉ CARLOS CORRÉIA MOTA ANDRADE

Engenheiro Civil

Associado n.º 37 305-2

ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO

General

Associado n.º 30 988-0

CARLOS MANUEL MELO GOMES AREAL

Trabalhador Bancário

Associado n.º 35 170-2

AMADEU FERREIRA DE PAIVA

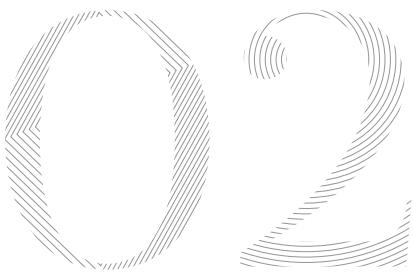
Economista

Associado n.º 39 124-1

MARIA EDUARDA DA SILVA SOARES RIBEIRO

Economista

Associado n.º 620 974-8



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 foi o primeiro do mandato dos atuais órgãos associativos, do triénio 2016-2018. Tratou-se de um exercício exigente, de desafios marcados pela afirmação da nossa Associação Mutualista como uma instituição resiliente, de confiança, dinâmica e moderna. Resiliente pela sua capacidade de responder aos desafios colocados por mercados a que as suas instrumentais estão expostas, pautados por uma elevada exigência regulamentar, concorrencial e de contexto, o que levou à necessidade de reforçar a solidez da nossa Caixa Económica, através da subscrição de um aumento de capital. De confiança, pois conseguimos ultrapassar períodos de dificuldades agudizadas por episódios ocorridos no mercado, que foram resultando em sentimentos de menor segurança das pessoas relativamente ao funcionamento das instituições. Dinâmica, uma vez que consegue, a cada momento, de forma ágil, responder aos desafios para dar continuidade ao seu projeto de crescimento e de incremento da prestação de serviços aos associados, sendo disso exemplo a criação da rede de gestores mutualistas, que garante a presença de um atendimento especializado aos balcões da Caixa Económica. Moderna, na medida em que responde à evolução dos comportamentos e necessidades das pessoas, auto desafiando-se através do Projeto AM 2.0, de transformação e adequação da sua estrutura interna, para o desenvolvimento de programas inovadores de que se destaca o programa AM Digital, que terá novas soluções de relacionamento com os associados, recorrendo a aplicações para dispositivos móveis, com data de lançamento prevista para o primeiro trimestre de 2017.

O Conselho de Administração apresenta, nas páginas seguintes, o relatório e contas relativo à atividade e ao desempenho do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) em 2016.

Como se explica, com detalhe, nos diversos capítulos que compõem este relatório, a atividade do MGAM tem vindo a retomar uma dinâmica mais favorável, registando resultados positivos em 2016, que contrastam e contrariam os resultados vincadamente negativos observados em 2015, marcados pelo reconhecimento de imparidades para participações financeiras, de que se destaca a Caixa Económica Montepio Geral.

Este trabalho tem sido estrategicamente orientado no sentido de concretizar o programa de desenvolvimento que apresentámos aos

associados na assembleia geral eleitoral de 2 de dezembro de 2015, e que foi confirmado na assembleia geral de 29 de dezembro de 2015 com a aprovação do Programa de Ação e Orçamento para 2016. Em capítulo próprio deste relatório apresenta-se o balanço do que tem sido concretizado e a forma como tem sido posto em prática o rumo de futuro que foi traçado.

Qualquer projeto de futuro encerra um conjunto significativo de riscos e dificuldades, relacionadas com fatores exógenos, com graus de impacto variáveis, que se procuram antecipar, contornar e mitigar. Nos últimos tempos, essas dificuldades têm assumido uma dimensão, natureza e singularidade imponderáveis, de tal modo inusitada e desconfigurada que seria impossível imaginar, exigindo ainda um maior esforço e capacidade de resiliência para tomar as atitudes certas, prosseguir o trabalho com empenho, mantendo o rumo sem vacilar, na convicção e certeza da razão que nos assiste.

O MGAM, enquanto cabeça de um grupo, com o conjunto das diversas entidades instrumentais que o compõem, tem conseguido ultrapassar todos os obstáculos e atingiu um patamar de evolução e uma importância no país e na sociedade portuguesa, de reconhecido mérito e utilidade pública e social, num percurso notável, face ao ponto de partida de há algumas décadas e ao ceticismo de muitos.

Esta obra, que é o Montepio Geral, é tanto mais extraordinária por ser um projeto de desenvolvimento diferenciador. O MGAM, com os seus mais de 630 mil associados e uma história de 176 anos de atividade, tem demonstrado que está disposto a prosseguir o seu caminho e a fazer valer a identidade diferenciada do seu grupo diversificado de atividades, em prol da missão, valores e finalidades mutualistas e do desenvolvimento e maior abrangência da economia social em Portugal.

Tendo presente a aprovação do Plano Estratégico e o Plano de Ação e Orçamento, os trabalhos de implementação que se seguiram conferem um nível adicional de confiança no futuro próximo, uma vez que os primeiros resultados apresentam-se muito positivos.

O órgão, a que tenho a responsabilidade de presidir até 2018, tem a seu cargo a missão de prosseguir esse caminho e tudo fazer para reforçar a nossa identidade, garantir o desenvolvimento de forma determinada, continuando a vencer, com tenacidade, os mais diversos obstáculos e desafios, em prol dos interesses da nossa Associação e de todos os nossos associados.

**“TRATOU-SE
DE UM EXERCÍCIO
EXIGENTE, DE
DESAFIOS MARCADOS
PELA AFIRMAÇÃO DA
NOSSA ASSOCIAÇÃO
MUTUALISTA COMO
UMA INSTITUIÇÃO
RESILIENTE, DE
CONFIANÇA, DINÂMICA
E MODERNA”**



António Tomás Correia
Presidente da Associação Mutualista Montepio

03

ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES



3.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial manteve um crescimento moderado em 2016, estimado em 3,1%, traduzindo uma ligeira desaceleração face aos 3,2% registados em 2015 e contrariando as expectativas do início do ano, que foram sendo progressivamente revistas em baixa. Para esta evolução terá contribuído o abrandamento do crescimento das economias avançadas (de 2,1% para 1,6%). As economias emergentes e em desenvolvimento, que são responsáveis por mais de 70% do crescimento global, deverão ter estabilizado nos 4,1%, após cinco anos consecutivos a abrandar.

Para 2017, o FMI prevê uma ligeira aceleração do crescimento mundial para 3,4%, com contributos diferenciados das principais economias mundiais. A atividade económica deverá acelerar nos EUA e na Índia. A Rússia e o Brasil deverão sair da recessão, mas a China, a Alemanha, a Espanha e o Reino Unido deverão crescer menos do que em 2016. A economia da Zona Euro deverá registar uma descida do ritmo de crescimento no próximo ano para 1,6% (o que compara com 1,7%, em 2016).

Segundo o FMI, o crescimento económico mundial enfrenta importantes riscos, destacando-se os riscos políticos relacionados com a nova administração dos EUA, os riscos financeiros na Zona Euro, resultantes da crise bancária e do sobre-endividamento das economias, o esperado impacto económico da saída do Reino Unido da União Europeia – Brexit, bem como os desequilíbrios que persistem em alguns mercados emergentes e as tensões geopolíticas internacionais.

ZONA EURO

Em 2016, a economia da Zona Euro registou um crescimento do PIB de 1,7%, em desaceleração face aos 2,0% de 2015, demonstrando alguma fragilidade na recuperação económica, em resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros, na sequência da crise da dívida soberana na região. Note-se que o PIB da Zona Euro apenas atingiu os níveis pré-recessão de 2008/09 no terceiro trimestre de 2015.

A maior economia da Zona Euro, a Alemanha, terá obtido um crescimento de 1,8% em 2016, acima do ritmo médio da região, na

qual se destacou a economia espanhola, com um crescimento de 3,2%, pelo segundo ano consecutivo.

Refletindo a gradual recuperação da economia, a **taxa de desemprego** prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 10,5%, em dezembro de 2015, para 9,6%, em dezembro de 2016, mantendo-se, ainda assim, em níveis historicamente elevados.

A **taxa de inflação**, medida pela variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), permaneceu bastante baixa em 2016 (0,2%), o que compara com 0%, em 2015, níveis significativamente abaixo do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE), fixado em 2,0%. A inflação subjacente, excluindo produtos alimentares não transformados e energia, também se manteve estável, terminando o ano em 0,9%, valor idêntico ao observado no final de 2015.

Com os objetivos de combater o risco de deflação (redução generalizada dos preços durante um período longo), de dinamizar os fluxos de crédito à economia real e, dessa forma, estimular a atividade económica, o **Banco Central Europeu (BCE)** voltou a adotar, ao longo de 2016, várias medidas expansionistas. Em março 2016, o BCE baixou em 5 pontos base (p.b.) a principal taxa de juro de referência – refi rate (taxa de refinanciamento), passando-a de 0,05% para 0,00%. Também a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez foi reduzida de 0,30% para 0,25%, e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito passou para -0,40% (correspondendo a um corte de 10 p.b.). Deste modo, foram renovados mínimos históricos em todas as taxas. O BCE decidiu ainda reforçar o seu programa alargado de compra de ativos, de dívida privada e pública, através de uma política expansionista, de *Quantitative Easing* (QE), aumentando o ritmo médio de compras mensais, dos anteriores 60, para 80 mil milhões de euros. Em dezembro 2016, o BCE alargou o prazo de vigência deste programa, de março de 2017 para dezembro de 2017, estando previsto, a partir de abril, a reposição do ritmo médio de compras mensais em 60 mil milhões de euros.

PORUGAL

Em 2016, a economia portuguesa evidenciou um processo de gradual recuperação, tendo o **PIB** obtido um crescimento médio anual de 1,4.

A atividade económica portuguesa terá sido suportada, sobretudo pela procura interna, estimando-se que o consumo privado tenha crescido 2,3% e o consumo público 0,8%, enquanto o investimento em capital fixo terá contraído 0,3%. Já o contributo para o crescimento do PIB das exportações líquidas e da variação de existências não deverá ter registado variação significativa (-0,1 p.p.). Para 2017 está prevista a aceleração do ritmo de crescimento económico para 1,7%, nível acima dos 1,5% previstos no Orçamento de Estado para 2017 (OE 2017).

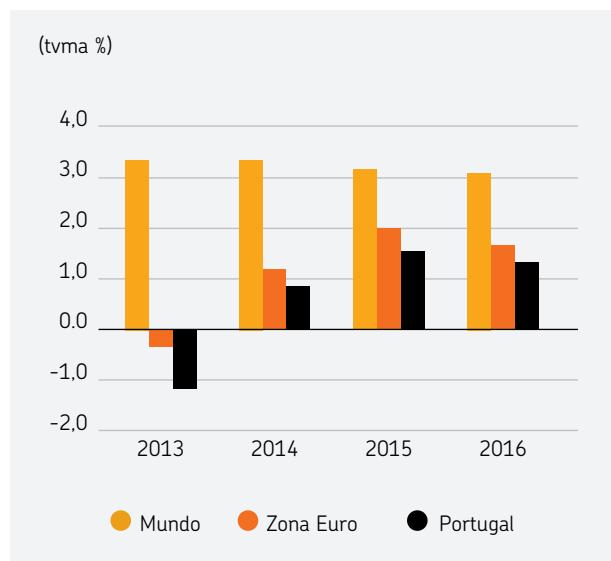
O processo de **ajustamento orçamental** continuou ao longo de 2016. Assim, depois do défice orçamental de 4,4% do PIB, observado em 2015, o Governo estima que o défice de 2016 tenha ficado em 2,1% do PIB, valor inferior aos 2,4% constantes no OE 2017.

Ao nível do mercado laboral, a **taxa de desemprego** média anual diminuiu, de 12,4%, em 2015, para 11,1%, em 2016, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%). O OE 2017 perspetiva uma nova queda da taxa de desemprego em 2017, para 10,3%.

A **inflação**, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi de +0,6% em 2016, ligeiramente acima dos +0,5% observados em 2015. Já a inflação *core* manteve-se nos +0,7% em 2016. O reduzido nível da inflação tem beneficiado da evolução dos preços dos produtos energéticos, de -1,8% em 2016, e da desaceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados, de +1,9%, em 2015, para +1,6%, em 2016. À semelhança de anos anteriores, o crescimento dos preços dos serviços foi de +1,5%, em 2016, acréscimo superior ao observado pelos preços dos bens, que não registaram variação.

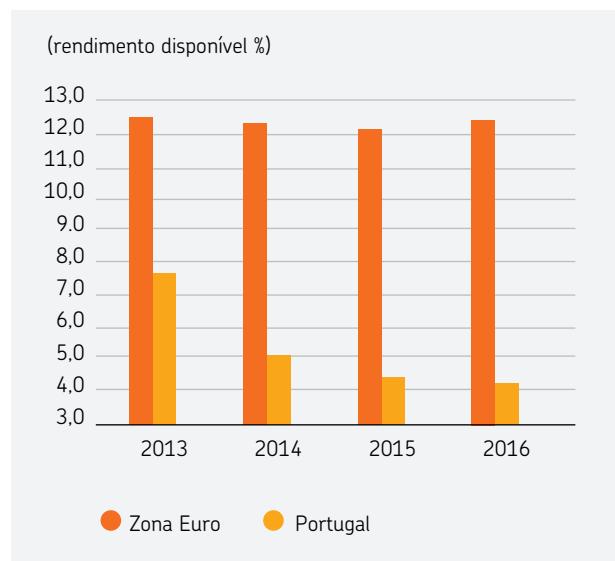
A **taxa de poupança** dos particulares continuou a apresentar uma tendência descendente no decorrer do ano de 2016, atingindo um valor mínimo histórico de 3,8% no primeiro trimestre e fixando-se em 4,0% no terceiro trimestre, que compara com um nível médio de 12,5% na Zona Euro. Esta tendência de queda da poupança é explicada essencialmente pela recuperação do consumo privado, que tem vindo a ser apoiado pela melhoria da confiança dos consumidores, pela redução do desemprego, pelo crescimento dos rendimentos e pela recuperação da concessão de crédito, no segmento de consumo.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: Thomson Reuters e FMI

TAXA DE POUPANÇA



Fonte: Thomson Reuters e Comissão Europeia

Ao nível do **mercado imobiliário** salientam-se como principais aspetos da evolução de 2016:

- Na produção verificou-se que o setor da construção continuou a registar uma redução do VAB (Valor Acrescentado Bruto) situando-se em níveis mínimos históricos. Em termos médios anuais, o VAB do sector contraiu 1,8%, não obstante ter apresentado um significativo crescimento em cadeia no 4.º trimestre do ano, de 6,8%, que não foi suficiente para compensar a contração observada em todos os restantes trimestres do ano.
- No que se refere aos preços das casas e às vendas de casas verificou-se uma recuperação, acompanhando a gradual recuperação da economia portuguesa e algum alívio das condições monetárias. Com efeito, o Índice de Preços da Habitação (IPHab) registou um crescimento homólogo, de 7,6%, no 3.º trimestre de 2016, representando o 12.º acréscimo consecutivo.

MERCADOS FINANCEIROS

O desempenho dos mercados financeiros em 2016 foi marcado por um contexto de incerteza, com impacto no sentimento de mercado ao longo do ano. Para tal terá contribuído a vitória inesperada do *Brexit* no referendo do Reino Unido, o resultado das eleições presidenciais nos EUA e as consequentes expectativas de alteração das relações políticas e geoestratégicas, as diferentes perspetivas de crescimento para as economias dos principais blocos económicos do globo e a manutenção do preço do petróleo em níveis baixos.

A suportar o sentimento positivo do mercado estiveram: a divulgação de dados económicos tendencialmente favoráveis para os EUA, China, Japão e Reino Unido, bem como a decisão do BCE de prolongar o programa de compra de dívida por mais nove meses.

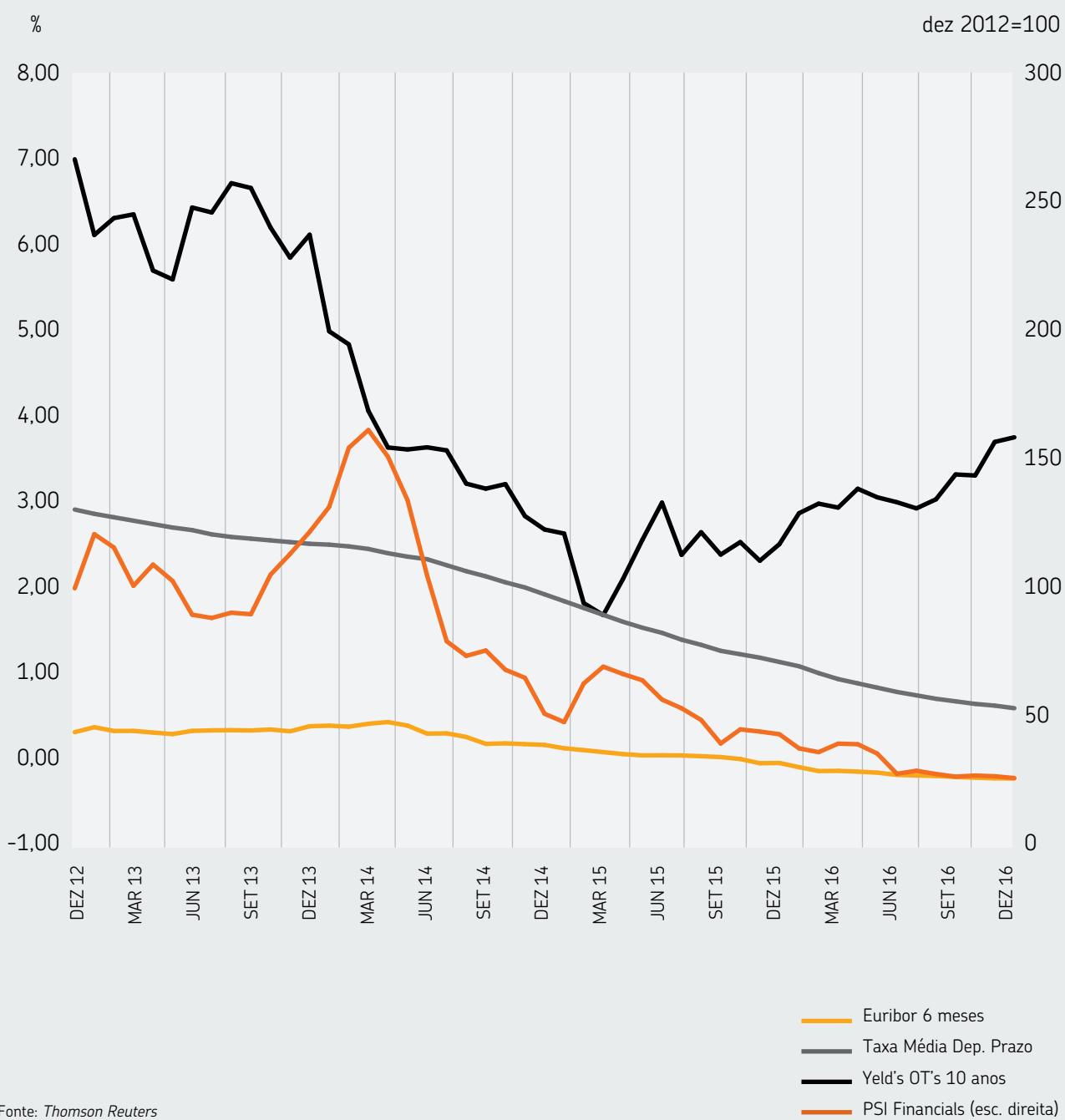
Nos EUA, as perspetivas favoráveis de evolução da atividade económica e do mercado de trabalho, no horizonte 2016-2019, suportaram os preços dos ativos com risco. No entanto, a revisão por parte da Federal Reserve (Fed) do número de subidas de taxas de juro previstas para 2017 (de duas para três) acabou por ter impacto nas *yields* e, indiretamente, nas avaliações de outros ativos, como o ouro e as ações.

No conjunto do ano de 2016, registaram-se subidas nos principais **índices acionistas mundiais**, com alguns a baterem máximos históricos, nomeadamente os americanos, onde o principal índice - - S&P 500 - subiu 9,5%. Na Europa, registaram-se comportamentos também maioritariamente positivos, com o Eurostoxx 50 a subir 0,7% e o britânico FTSE 100 a avançar 14,4%. Tal contrasta com a perda registada pelo PSI-20 (-11,9%), acompanhando as descidas dos índices de Espanha e Itália. Na Ásia, observaram-se subidas no Japão, na Índia e em Hong-Kong, mas uma descida na China. Na América Latina, o comportamento dos mercados acionistas também foi positivo em 2016.

As **yields da dívida pública de referência** observaram descidas na Alemanha e subidas nos EUA, com a primeiras a reduzirem-se em -42 p.b. quer nos 10 anos, quer nos dois anos, e as *treasuries* nos EUA a apresentarem subidas no ano de +14 p.b., nos dois anos, e +17 p.b. nos 10 anos. A descida das taxas de juro de curto prazo (dois anos) na Alemanha refletiu, em grande medida, o reforço, em março, da política expansionista do BCE, com reduções nas taxas de juro de referência e alargamento do programa QE. As *yields* a dois anos estiveram todo o período em terreno negativo, encerrando o ano de 2016 em -0,766%. As taxas de longo prazo da Alemanha também desceram em 2016, não obstante os efeitos no médio prazo das políticas seguidas pelo BCE e da subida das *yields* americanas, que concorrem com as alemãs na captura de investimentos direcionados a baixos perfis de risco. A evolução das *treasuries* norte-americanas terá resultado das expectativas de subida de taxas por parte da Fed, no quadro de perspetivas de um continuado crescimento económico e de redução da taxa de desemprego para novos mínimos de ciclo.

Os **spreads da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro** continuaram a beneficiar da postura expansionista do BCE e da eficácia do seu programa de QE, não obstante o aumento da incerteza interna em alguns países, designadamente em Portugal, juntamente com a fraca dinâmica da economia, com reflexo no aumento dos respetivos prémios de risco. De facto, no final de 2016, em Portugal, Itália e Espanha, assistiu-se ao aumento dos *spreads* em, respetivamente, 167 p.b., para 3,56%, 64 p.b. para 1,61% e 3 p.b. para 1,18%, enquanto os *spreads* da Grécia e da Irlanda desceram 76 p.b. para 7,18% e 3 p.b. para 0,21%, respetivamente.

TAXAS DE JURO E ÍNDICE PSI FINANCIALS



Fonte: Thomson Reuters

No **Mercado Monetário Interbancário (MMI)**, as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos, refletindo a já referida política monetária expansionista do BCE, tendo registado valores negativos ao longo de todo o ano nos três e seis meses – a Euribor a 3 meses desde 21 de abril de 2015, atingindo -0,32% em dezembro 2016, a Euribor a 6 meses desde 6 novembro de 2015, localizando-se num nível de -0,22% em dezembro 2016 – e, também nos 12 meses, a partir de 5 de fevereiro de 2016, que registou -0,08% no final de 2016.

Neste contexto, as **taxas de juro dos depósitos a prazo** prosseguiram em 2016 a trajetória de descida, tendo a taxa média de juro atingido novo mínimo histórico, de 0,9%, em 31 dezembro 2016, que compara com 1,14%, em 31 dezembro de 2015 e 2,92% em dezembro de 2012.

Os **spreads de crédito da dívida privada** observaram movimentos tendenciais de estreitamento nos principais índices de dívida privada do mercado *spot*, nomeadamente entre as melhores notações de risco, observando-se também descidas na maioria dos índices de CDS (*Credit Default Swaps*), com um agravamento apenas no caso do Itraxx Financials. O índice Itraxx (cinco anos), índice de referência para a Zona Euro de CDS, na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito – desceu 6 p.b., em 2016, para 72,1 p.b., mas, depois de ter tocado, no início do ano, em 127 p.b. Por seu lado, o Itraxx Financials, mais exposto à crise da dívida soberana, observou uma subida de 17 p.b., fechando 2016 em 93,4 p.b., acima do índice Itraxx (cinco anos), algo que tem sido a tendência dos últimos anos, mas que não era a situação habitual antes da crise, refletindo a situação difícil da banca europeia, observada desde o início da crise da dívida soberana e que, em alguns países, ainda não normalizou.

No **mercado cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 1,9% em 2016. O euro caiu 2,9% face ao dólar, mas ganhou 19,4% em relação à libra, devido ao efeito *Brexit*. Recorde-se que a continuidade da política monetária expansionista do BCE teve impactos positivos nas bolsas e nas taxas das dívidas soberanas. No entanto, tal não foi suficiente para esbater as diferentes expectativas de crescimento entre os dois blocos económicos (UE vs. EUA), o que levou a uma progressiva desvalorização do euro face ao dólar.

Os **mercados de commodities** apresentaram um comportamento maioritariamente positivo entre as principais categorias, com exceção do gado, com os índices compósitos Reuters/Jefferies CRB e S&P GSCI a subirem 9,3% e 27,8%, respetivamente. As energéticas terminaram o ano com uma forte valorização de 47,9%, refletindo uma subida de 52,4% do preço do petróleo em Londres (brent) e de 45,0% em Nova Iorque (WTI crude), valorização que já tinha acontecido em 2015, de forma ainda mais expressiva.

ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

3.2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SOCIAL

A **estrutura demográfica** portuguesa atual reflete as profundas modificações estruturais observadas nas últimas décadas na pirâmide demográfica e no padrão dos movimentos migratórios, bem como a conjuntura negativa dos últimos anos.

Da comparação entre as pirâmides demográficas referentes aos anos de 2005 e 2015, observa-se que o saldo natural passou de um excedente, de 1,9 mil pessoas, para um défice de -23 mil pessoas, por via de um menor número de nascimentos (-21,8% entre 2005 e 2015) e de um ligeiro aumento do número de óbitos (terminando, em 2015, 1% acima do nível de 2005).

Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a redução no número de casamentos celebrados (de 48,7 mil para 32,4 mil, no mesmo período), o aumento da idade média do primeiro casamento para os dois sexos (em 3,6 e 3,7 anos, de 2005 para 2015, para homens e mulheres, respetivamente, para 32,5 e 31,0 anos), e, mesmo fora do casamento, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, que passou de 27,8 anos, em 2005, para 30,2 anos, em 2015.

Mais pronunciada foi a modificação no saldo migratório nos últimos anos, que passou de um saldo positivo de 15,4 mil pessoas, em 2005, para um saldo negativo de 10,5 mil pessoas, em 2015, refletindo o período de recessão em que o país viveu com consequências na emigração.

As alterações da **estrutura social** tiveram por base a conjuntura negativa dos últimos anos, com impacto na redução do rendimento anual médio disponível das famílias entre 2010 e 2014, de 32,2 mil euros para 28,7 mil euros, que não foi compensada pela evolução favorável do rendimento per capita (que registou uma subida no ano de 11 596 para 11 922 euros). Portugal manteve-se, assim, aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O coeficiente de Gini (indicador que mede a desigualdade de rendimentos) diminuiu entre 2004 e 2009

e registou, desde esse ano, um comportamento volátil, subindo em 2013 para 34,5% e descendo nos dois anos seguintes, fixando-se em 33,9% em 2015, o que ainda qualifica Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos na União Europeia.

Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, tem evidenciado uma trajetória de subida fixando-se nos 19,5% em 2015 um valor superior à média europeia (17,3%, União Europeia 28 países).

Igualmente preocupante tem sido a evolução e o nível atingido pela taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), de 32,0%. Acresce que os efeitos da crise se podem converter em alterações estruturais ao desemprego subjacente. A taxa de desemprego de longa duração ascendeu em 2014 a 9,1%, um valor bastante elevado, tendo descido para 7,9%, em 2015, e novamente em 2016, para 6,9%.

Ainda assim, e não obstante o fraco desempenho da economia portuguesa na última década, o país tem evidenciado uma notória evolução nas condições de vida. Entre estas, saliente-se o aumento da esperança de vida à nascença, em mais 2,2 anos, para 80,4 anos no triénio 2013-2015, face ao triénio 2004-2006, e a diminuição da taxa de mortalidade infantil (de 3,5‰, em 2005, para 2,9‰, em 2015, que é das mais baixas a nível mundial (12.º lugar no ranking mundial, em 2015, a par da Austrália e da Irlanda, de acordo com os World Development Indicators do Banco Mundial). Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair para menos de metade entre 2005 e 2015, de 38,3% para 13,7%, tendo esta evolução associada, também, uma redução do diferencial entre géneros (em 6,6 p.p.), embora com o masculino a manter, em 2015, uma taxa de abandono superior ao género feminino (16,4% no masculino e 11,0% no feminino). Note-se que o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, estão, respetivamente, em 25.º, 53.º e 26.º lugar no ranking do World Economic Forum (The Human Capital Report 2015).

APESAR DA FRAGILIDADE
DA ECONOMIA PORTUGUESA
NOS ÚLTIMOS ANOS, EXISTEM
PROGRESSOS SÓLIDOS
NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
E DA SAÚDE, **DOIS PILARES**
ESSENCIAIS AO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

80,4 ANOS

É A ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA

À NASCENÇA, EM 2016

2,9%

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

EM 2016, UMA DAS MAIS BAIXAS DO MUNDO

13,7%

**TAXA DE ABANDONO
ESCOLAR PRECOCE**

EM 10 ANOS, PORTUGAL DIMINUIU
ESTE INDICADOR EM MAIS DE METADE,

TENDO PASSADO DE 38,3% (2005)

PARA 13,7% (2015).



De acordo com os resultados do último estudo “Índice de Bem-Estar para Portugal”, publicado pelo INE, (novembro de 2016), em 2015 este índice terá mantido a trajetória ascendente iniciada em 2013, apontando os dados preliminares para um aumento de +3,9 pontos para 118,4 pontos. Este aumento é explicado pela melhoria continuada na dimensão “Qualidade de Vida” e pela melhoria recente da outra componente do índice, relativa às “Condições Materiais de Vida”, que tinha assinalado uma deterioração significativa nos últimos anos de recessão.

Em 2014 e 2015, a **despesa pública corrente em saúde** aumentou 0,7% e 2,0%, respetivamente, invertendo a tendência de decréscimo que se registava desde 2011, devido às medidas de racionalização e consolidação orçamental. No entanto, o peso relativo da despesa corrente em saúde no PIB continuou a diminuir, representando 8,9% em 2015, o valor mais baixo desde 2003. Em 2014 e 2015, a importância relativa da despesa corrente pública face à despesa privada voltou a baixar (66,2%, em 2014, e 66,0% em 2015).

Nas últimas décadas, a **despesa do sistema de Segurança Social** com prestações sociais e apoios a famílias e instituições, em percentagem do PIB, têm evoluído a um ritmo muito elevado. Em 2000, representaram 7,9% do PIB, enquanto em 2015 pesaram 11,9% (12,7% em 2014) residindo nesta variação de grandeza um dos grandes constrangimentos da proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social (a percentagem da população ativa que contribui para o sistema de Segurança Social passou de 88,3%, em 1995, para 79,3% em 2014, tendo depois subido apenas ligeiramente em 2015, para 80,6%) e de diminuição do rácio “contribuinte/beneficiário” decorrente do envelhecimento da população.

04

INDICADORES
GLOBAIS



INDICADORES	2014	2015	2016
DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Associados (unidades)	630 513	632 931	632 477
Inscrições (número)	1 090 222	1 054 671	1 044 124
Inscrições por Associado (número médio)	1,73	1,67	1,65
Pensionistas (unidades)	8 104	8 226	8 362
Ativo Bruto (milhares de euros)	4 783 684	4 308 971	4 183 152
Ativo Líquido (milhares de euros)	4 748 356	3 864 071	3 741 872
BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA			
Acordos em vigor (número de entidades)	1 139	1 202	1 221
RENTABILIDADE			
Resultado do Exercício (milhares de euros)	41 461	-393 120	7 360
Receitas Associativas (milhares de euros) (a)	962 596	482 850	477 702
Cash Flow do Exercício (milhares de euros)	77 227	39 505	22 402
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio	0,93%	-8,79%	0,20%
SOLIDEZ FINANCEIRA			
Capitais Próprios (Fundos Próprios, Reservas e Resultados) (milhares de euros)	682 262	207 717	188 456
Capitais Próprios / Ativo Líquido Médio	15,3%	4,6%	5,1%
Grau de Cobertura das Responsabilidades (b)	1.159	1.170	1.052
Ativo Financeiros / Provisões Matemáticas	1.173	1.080	1.056

(a) Quotas e Capitais Recebidos (exclui "Rendas Vitalícias" e "Rendas Temporárias", por não serem consideradas modalidades mutualistas).

(b) Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos (Provisões Técnicas).

05

MISSÃO, VISÃO
E ESTRATÉGIA



5. MISSÃO, VISÃO E ESTRATÉGIA

MISSÃO

O Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), fundado em 1840, é uma instituição particular de solidariedade social que, na observância dos princípios de solidariedade, tem por **missão e finalidade** desenvolver ações de proteção social nas áreas da segurança social e da saúde e promover a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e físico dos seus associados, familiares e beneficiários por aqueles designados, tal como se encontra definido nos seus estatutos.

Esta missão realiza-se através da criação e oferta de modalidades, individuais e coletivas, benefícios de segurança social e de saúde e através da constituição, organização e gestão de equipamentos sociais. O MGAM tem também por missão e fins contribuir para a resolução dos problemas habitacionais dos seus associados e gerir regimes profissionais complementares das prestações garantidas pela segurança social e outras formas coletivas de proteção social.

A missão do MGAM reveste-se de reforçada utilidade pública e social, bem como de grande oportunidade face ao enquadramento de restrição orçamental e às condições demográficas e sociais do país. Sendo uma entidade que atua no domínio da oferta complementar privada para satisfação de necessidades sociais do país, a sua missão torna-se ainda mais pertinente e fundamental num contexto de constrangimentos financeiros, envelhecimento da população e riscos económicos e sociais, designadamente em matéria de previdência e proteção social e na prestação de cuidados de saúde.

VISÃO

No ano de 2016 concluiu-se o primeiro ano de mandato dos atuais órgãos associativos que asseguram a gestão e a fiscalização do MGAM. Esse mandato foi-lhes conferido pela Assembleia Geral eletiva de 2 de dezembro de 2015, tendo por base um programa estratégico para executar até final de 2018. As medidas desse programa foram devidamente vertidas para os documentos institucionais de gestão estratégica e orçamental – Linhas de Orientação Estratégica trienais, aprovadas pelo Conselho Geral, e o “Programa de Ação e Orçamento

para 2016” – e têm vindo ser executados em 2016, após aprovação pela Assembleia Geral de 29 de novembro de 2015. Estes dois documentos, que constituem os instrumentos fundamentais de gestão, foram devidamente revistos e atualizados no último trimestre de 2016, de acordo com as disposições estatutárias, a prática desde há muito institucionalizada e os atuais princípios de bom governo e de controlo interno.

As orientações estratégicas definidas têm em vista beneficiar do potencial identificado e atingir a visão e o posicionamento estratégico definidos de, por um lado, afirmar e desenvolver a incontornável e importante missão e o papel de utilidade pública do Montepio Geral Associação Mutualista como maior entidade mutualista portuguesa e uma das maiores da Europa e, por outro, afirmar a associação como motor e dinamizador do Grupo Montepio.

ESTRATÉGIA

Para concretizar a visão definida foram estabelecidos 9 vetores de orientação estratégica, que consubstanciam o programa de ação empreendido em 2016, como se explicita de seguida.

1

Crescimento sustentado, aumentando a penetração de subscrições de modalidades na base de associados, continuando o aproveitamento do potencial dos canais utilizados, designadamente dos balcões da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), e incrementando a utilização dos canais eletrónicos ao dispor do Grupo.

Neste domínio merece particular destaque a criação, a partir de julho de 2016, de uma rede de gestores mutualistas nos balcões da CEMG – Projeto START. Esta rede que, em 31 de dezembro de 2016, englobava 96 gestores mutualistas contribuiu para imprimir uma nova dinâmica à atividade mutualista, que se refletiu na progressiva retoma do crescimento da base associativa e das receitas associativas no último trimestre do ano.

2_

Melhor adequação das modalidades, procedendo à sua revisão, no sentido de as adaptar às condições de mercado, designadamente das modalidades com taxas técnicas desfasadas das condições referenciais atuais.

Neste campo, efetuaram-se, em 2016, os trabalhos técnicos preparatórios para efeitos de elaboração da proposta de revisão do Regulamento de Benefícios das modalidades, que foi submetida e aprovada na Assembleia Geral, de 22 de dezembro de 2016, e que conduziu à eleição de uma Comissão para prosseguir, em 2017, os trabalhos de revisão do Regulamento de Benefícios a submeter à Assembleia Geral.

3_**Desenvolver a oferta: serviços e equipamentos sociais**

O desenvolvimento da oferta tem vindo a ganhar particular dinâmica, tendo sido objeto de diversas ações e medidas, de que se destacam, em 2016:

- A continuação da emissão de novas séries de modalidades mutualistas de fomento à poupança;
- O prosseguimento da política de estabelecimento de novas parcerias, com vista à continuação do alargamento do leque de benefícios complementares em descontos na aquisição de produtos e serviços diversos, designadamente nos domínios da saúde e bem-estar;
- A continuação do alargamento da oferta de residências sénior e serviços de saúde, as quais são geridas pela participada "Residências Montepio", com a inauguração da residência – Parede II e a continuação dos investimentos para a construção de uma nova residência em Lisboa – Entrecampos;
- A implementação do projeto "Residências Universitárias", com a criação da primeira residência universitária Montepio em Lisboa, no edifício da calçada Ribeiro Santos, e a segunda residência na avenida Almirantes Reis, também em Lisboa;
- Iniciaram-se também os trabalhos técnicos com vista ao alargamento da oferta própria na área da saúde, projeto a concretizar em 2017.

4_**Intensificar a vinculação e aprofundar a relação associativa**

Neste domínio são de realçar as inúmeras e crescentes iniciativas de

dinamização associativa, de cariz lúdico, cultural, formativo e desportivo, concretizadas ao longo do ano, de que se destacam as atividades e eventos dos espaços *atmosfera m* e o Clube Pelicas (dedicado às crianças), de que se dá conta neste relatório.

Com vista ao reforço da vinculação associativa são de destacar, igualmente, as ações de comunicação associativa, através da elaboração de diversas publicações periódicas, em suporte papel e eletrónico, que se descrevem em ponto próprio deste relatório, cuja qualidade tem vindo a ser reconhecida nos fóruns da especialidade.

5_**Reforçar a identidade própria e a promoção do mutualismo, aprofundando a autonomização e a identidade da Associação no seio do grupo e da sociedade**

Também têm concorrido para a concretização desta orientação os trabalhos desenvolvidos no domínio da comunicação associativa, nos diversos suportes e meios, que contribuem para aumentar a visibilidade/notoriedade e difusão da instituição e da sua especificidade como associação mutualista, bem como no que se refere aos suportes comunicacionais da oferta mutualista colocados nos canais de distribuição.

Já no último trimestre de 2016, foi desenvolvida uma campanha publicitária no domínio da aplicação de poupança de longa duração para fins de previdência complementar, que contribuiu para reforçar a divulgação da identidade associativa e mutualista do MGAM.

6_**Desenvolver o modelo de governo, no quadro das alterações regulamentares que se vierem a verificar, e o sistema de funcionamento e de controlo interno**, efetuando um diagnóstico profundo sobre as melhorias a introduzir nos sistemas, processos, políticas e procedimentos face às novas condições de funcionamento decorrentes da transformação do modelo de governo da CEMG e desenhar um sistema de controlo interno adequado ao perfil da associação e reforçar as suas capacidades de funcionamento.

Em 2016, foram reforçadas as capacidades em recursos humanos no MGAM, designadamente através do estabelecimento de contratos de cedência de colaboradores da Caixa Económica, com experiência e competências para o desenvolvimento das medidas nesta área,

designadamente, em termos da autonomização de processos de suporte à gestão e da atividade mutualista, de que são exemplo os referidos gestores mutualistas.

Ainda em 2016 foram elaboradas análises de diagnóstico sobre as melhorias a introduzir, que conheceram desenvolvimentos no início de 2017, com a implementação de uma nova estrutura organizativa e funcional do MGAM, que deverá assegurar a autonomia do seu funcionamento e gestão, incluindo o sistema de controlo interno.

Os desenvolvimentos do modelo de governo estão dependentes da conclusão do processo de revisão do quadro regulamentar mutualista, com a aguardada publicação do novo Código Mutualista.

7

Continuar a política de cooperação e de intervenção social, prosseguindo a política de cidadania institucional ativa no domínio da educação financeira dos cidadãos, aprofundando a atuação no domínio da Responsabilidade Social e definindo princípios de sustentabilidade a respeitar pelas entidades do Grupo.

Como se dá conta em pontos próprios deste relatório, o MGAM continuou a desenvolver, em 2016, uma política de responsabilidade social ativa e cada vez mais transversal às diversas entidades do grupo, e prosseguiu as relações de associação e cooperação com diversos organismos e entidades da economia social, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como a realização de estudos com vista à difusão e desenvolvimento do mutualismo.

8

Ajustar o funcionamento e a organização do Grupo, adaptando os processos, meios e recursos ao novo modelo de governo baseado na especialização dos órgãos de governo da CEMG. Satisfazer os requisitos decorrentes do novo quadro legal das caixas económicas e ajustar o perfil e organização do Grupo em conformidade com esses requisitos e com os objetivos de geração de valor para concretizar as finalidades mutualistas.

9

Desenvolver o potencial do Grupo e assegurar o alinhamento estratégico das suas entidades, elaborando um Plano Estratégico para o Grupo, que assegure a articulação necessária.

O GRUPO MONTEPIO GERAL

Para realizar os seus fins, o **Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM)** pode criar estabelecimentos, deter participações financeiras e dispõe de uma Caixa Económica – Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), criada, em 1844, como entidade anexa e que por força da lei das caixas económicas (DL 190/2015) está a ser transformada em sociedade anónima, conforme deliberação da sua Assembleia Geral de 22 de novembro de 2016.

O MGAM, a CEMG e o conjunto de entidades em que o MGAM detém participação maioritária de capital, o controlo da respetiva gestão, com vista a concretizar a missão e os fins mutualistas, constituem o Grupo Montepio. As empresas que o constituem são estratégicas e estão ao serviço dos desígnios e finalidades mutualistas, através da oferta de produtos e de serviços que permitem a satisfação de necessidades dos associados e dos seus clientes.

As principais entidades do Grupo Montepio são as seguintes:

- **Caixa Económica Montepio Geral (CEMG)**, que por sua vez detém a Montepio Holding, SGPS, SA, e respetivas participações financeiras, indiretamente através da CEMG;
- **Lusitania – Companhia de Seguros, S.A.;**
- **Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A.;**
- **Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;**
- **Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.**, entidade de patrimónios financeiros, com foco nos fundos de investimento mobiliário e de gestão de carteiras;
- **Residências Montepio** – gestão de equipamentos sociais e promoção de serviços de saúde, de bem estar e qualidade de vida.

Fazem ainda parte do Grupo Montepio um conjunto diversificado de entidades que exercem atividades complementares, designadamente, no setor imobiliário (**Bolsimo, S.A., Germont, S.A. e Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.**). Para as ações de Responsabilidade Social, o Grupo conta com a **Fundação Montepio**.

MISSÃO, VISÃO E ESTRATÉGIA

No quadro destas orientações estratégicas que envolvem o Grupo Montepio as medidas mais relevantes executadas, em 2016, foram as seguintes:

- Entrada em funcionamento do Comité de Empresas Participadas (CEP), que reúne os responsáveis de topo das principais empresas do Grupo Montepio, onde é efetuado um controlo mensal e articulado do desempenho dessas empresas.
- Criação e início de funções do Centro Corporativo, como órgão especialmente focado na planificação e controlo, não só do MGAM como do Grupo Montepio, bem como na elaboração de análises e projetos estratégicos transversais ao mesmo.
- A elaboração e aprovação pelo Conselho Geral do Plano Estratégico do Grupo 2016-2018, que foi devidamente apresentado no CEP, que inclui um conjunto de medidas transversais de alinhamento e desenvolvimento harmonizado do Grupo.
- O processo em curso de transformação da CEMG em sociedade anónima, conforme deliberação da sua assembleia geral, composta pelo MGAM como único detentor do capital institucional, por força do novo quadro legal das caixas económicas – Decreto-Lei 190/2015, de 10 de setembro.

Ainda no domínio da gestão do Grupo, no sentido de melhorar a sua organização e a devida segregação das atividades são de referir as operações concretizadas, em 2016, de alienação da seguradora Finibanco Vida, de liquidação da Lestinvest e de aquisição à Futuro da participação que esta detinha na Montepio Seguros SGPS.

No último trimestre de 2016, seguindo a prática habitual, procedeu-se à reapreciação e atualização das Linhas de Orientação Estratégica trienais, após as devidas análises prospectivas sobre o contexto e de diagnóstico interno. As novas Linhas de Orientação Estratégica (LOE) do MGAM para o triénio 2017-2019, que foram aprovadas pelo Conselho Geral em 22 de dezembro de 2016, consubstanciaram o Programa de Ação e Orçamento para 2017, aprovado pela Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2016.

As novas orientações estratégicas estipulam o reforço e desenvolvimento do trabalho que tem vindo a ser efetuado em todas as vertentes descritas anteriormente, com particular aprofundamento da relação e da experiência associativas, com base na modernização tecnológica e maior abrangência da oferta e da distribuição mutualistas.

Definem igualmente o reforço dos recursos e da estrutura própria do MGAM e a sua autonomização e desenvolvimento funcional, bem como o reforço do controlo estratégico do Grupo Montepio e a sua racionalização e maior eficiência.

06

RESPONSABILIDADE
SOCIAL



6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para uma atuação organizada e especializada neste domínio, que é inerente à sua missão e finalidades, o MGAM dispõe de uma estrutura interna própria, o Gabinete de Responsabilidade Social (GRS), que trabalha em ligação com a Fundação Montepio em muitas das iniciativas realizadas, e de um Comité de Responsabilidade Social do Grupo Montepio, em que participam os membros dos órgãos de administração do MGAM e das principais empresas do Grupo, ao mais alto nível, com a assessoria do GRS.

Os objetivos, estratégia, política e ações empreendidas neste domínio são relatadas, de forma mais desenvolvida e estruturada, nos relatórios anuais de sustentabilidade do Grupo Montepio. Em 2016, foi elaborado o segundo relatório de sustentabilidade, referente a 2015, que, para além das atividades da Associação Mutualista, da Caixa Económica e da Fundação Montepio, passou a integrar a atividade da Lusitania - - Companhia de Seguros.

Este segundo relatório de sustentabilidade reflete o trabalho de concatenação e articulação entre áreas orgânicas das várias entidades do Grupo, possibilitando uma visão partilhada da estratégia de responsabilidade social, a convergência de políticas e de objetivos, bem como a construção de indicadores e metas para as ações que os concretizam.

O relatório de sustentabilidade relativo a 2016, que se encontra em preparação, efetuará uma descrição detalhada das ações e atividades realizadas neste domínio, das quais salientamos, em seguida, algumas das mais significativas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA

VOLUNTARIADO CORPORATIVO

No domínio da responsabilidade social interna, merece destaque a continuidade dada ao programa de voluntariado corporativo, que contava, em dezembro de 2016, com 1 467 colaboradores e reformados inscritos na bolsa de voluntariado.

O número de voluntários envolvidos em ações de voluntariado coletivo ao longo do ano foi de 457 trabalhadores.

O desenvolvimento do programa de voluntariado corporativo teve por base a celebração de parcerias com entidades externas nos diversos domínios de atuação - social, ambiental, proteção animal e cultural.

Para além do voluntariado organizado internamente pelo Montepio, os colaboradores tiveram oportunidade de participar noutras iniciativas promovidas por 26 entidades externas de norte a sul do país e regiões autónomas.

A estas experiências, acrescentamos os Programas dos Novos Líderes para a Cidadania, "Como Mobilizar as Empresas para Projetos Sociais" e "Projetos de Inovação Comunitária", todos em parceria com o GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, o Projeto voluntariado de leitura, em parceria com o CITI - Centro de Investigação para Tecnologias Interativas, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e os programas da Junior Achievement.

INICIATIVAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE E CADEIA DE VALOR

Em 2016, no âmbito do Comité de Responsabilidade Social do Grupo Montepio, iniciaram-se os trabalhos de elaboração de um código de conduta de fornecedores a aplicar nas entidades do Grupo, de modo a garantir a coerência entre as práticas do Montepio e dos seus *stakeholders* fornecedores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA

A estratégia de Responsabilidade Social do Grupo Montepio abrange as diversas atividades realizadas pelo Grupo, concretizando-se no desenvolvimento da sua atividade económica, no envolvimento com os *stakeholders* e com a comunidade.

CULTURA E DESPORTO

A Associação Mutualista, no quadro dos seus fins de promoção da cultura da sua comunidade associativa, de mais de 630 mil cidadãos, a que se juntam as respetivas famílias, tem vindo a apoiar diversas iniciativas culturais, em particular nas áreas da música e do teatro.



► **MÚSICA:** destaque para o apoio às tournées dos Deolinda e de Jorge Palma, que garantiram mais de vinte espetáculos realizados de norte a sul do País, e também aos concertos de Mariza, nos coliseus de Lisboa e Porto, e ao festival "Montepio às vezes o amor", que reuniu mais de 12 mil pessoas em oito concertos, realizados por oito prestigiados artistas nacionais em igual número de cidades portuguesas.

► **TEATRO E CINEMA:** O MGAM apoiou projetos como "As Árvores Morrem de Pé", de Filipe La Féria, e "O Apartamento", iniciativas culturais sempre acompanhadas pela atribuição de descontos exclusivos à comunidade de associados. O Fórum Luísa Todi, em Setúbal, e o cinema UCI, no Dolce Vita Tejo, foram palco de um projeto cultural inovador, cruzando teatro e cinema, no qual diversos atores conhecidos do grande público deram voz e corpo às personagens de Aladino.

► **EXPOSIÇÕES:** Foi apoiada a exposição "Testemunhas do Caos – Faces do Terramoto de 1755", resultante das escavações levadas a cabo no claustro do antigo Convento da Ordem Terceira de S. Francisco e onde se incluiu a apresentação de um busto de uma testemunha da época deste fenômeno natural.

► **DESPORTO:** É de destacar neste campo o Projeto Futebol de Rua – desenvolvido pela Associação CAIS, que celebrou, em 2016, a 13.ª edição com o apoio do Programa Football For Hope da FIFA, do Instituto Português do Desporto e Juventude / Plano Nacional de Desporto para todos, da Fundação Luso e da CEMG. Este projeto incentiva a prática desportiva para promover a inclusão social.

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

Este domínio é assumido, prioritariamente, pela **Fundação Montepio** no que se refere à articulação com as demais entidades da economia social. Dando continuidade à sua atuação nos anos anteriores, a Fundação desenvolve diversos projetos próprios, que são detalhadamente descritos no seu relatório e contas anual, dos quais se salientam os seguintes:



PRÉMIO VOLUNTARIADO JOVEM

Em 2016 foi dada continuidade ao modelo de Workhop de um dia tendo sido escolhido como tema de trabalho a inclusão e a diversidade. As equipas, constituídas por jovens, apresentaram as suas ideias perante um júri de especialistas nos temas do voluntariado e da diversidade, representando o Alto Comissariado para as Migrações, a Confederação Portuguesa do Voluntariado, a Junior Achievement Portugal e o GRACE.

O Prémio foi entregue à LEQUE – Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, que apresentou um projeto para a criação de uma horta pedagógica e terapêutica. Pela qualidade e inovação dos projetos, o júri decidiu atribuir, a título excepcional, quatro menções honrosas e prémios monetários a cada uma das restantes organizações finalistas.



PRÉMIO ESCOLAR MONTEPIO

Na oitava edição deste prémio, a Fundação Montepio entendeu introduzir um novo paradigma de atribuição do Prémio Escolar Montepio, materializado nas seguintes variáveis:

- Atribuição de 5 prémios a 5 estabelecimentos de ensino selecionados, no valor unitário de 6 000;
- Os prémios concedidos destinam-se em exclusivo às finalidades de aquisição de equipamento, realização de visitas de estudo e formação de docentes.



FROTA SOLIDÁRIA

Em 2016 foi dada continuidade a este projeto, criado com o objetivo de apoiar a mobilidade dos utentes das organizações de economia social e devolver à sociedade os montantes que os contribuintes atribuem à Fundação Montepio, através da consignação fiscal.

Na 9.ª Edição da Frota Solidária foram entregues 18 viaturas a entidades representativas das diversas valências da economia social e com forte difusão geográfica, em cerimónia realizada em Cascais.

Para além dos seus projetos próprios, a Fundação Montepio apoiou cerca de 131 projetos em parceria, dos quais salientamos os seguintes:



PROJETO MAIS - MELHOR AÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

O projeto de capacitação MAIS - Melhor Ação e Inovação Social resulta de uma parceria entre Fundação Montepio, o Programa Cidadania Ativa - EEA Grants | Fundação Calouste Gulbenkian, a UDIPSS (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social) do Porto, a TESE - - Associação para o Desenvolvimento, a Accenture, a Católica Porto Business School e a Impulso Positivo, e tem como objetivo a formação na área da gestão de dirigente e técnicos de organizações da economia social. A 3.ª edição do MAIS contou com o apoio da UDIPSS de Santarém e permitiu a formação de 53 dirigentes de 43 organizações e a implementação de um programa de consultoria junto de 4 organizações.

Concluída a 3.ª edição em Santarém, o programa MAIS iniciou, no final de 2016, a 4.ª edição em Évora, que contou para além dos parceiros iniciais, com a colaboração do MGAM, da UDIPSS Évora e da Fundação Eugénio de Almeida.

PROJETO CUIDAR MELHOR

Este projeto resulta de uma parceria entre a Fundação Montepio, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação Alzheimer Portugal e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, aos quais se associaram as empresas Sonae Sierra, a Lusitania - - Companhia de Seguros e os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.

Um dos objetivos do projeto consiste na criação de gabinetes técnicos pluridisciplinares. Atualmente estão a funcionar três gabinetes, um em cada um dos referidos concelhos, e, durante 2016, os três gabinetes em funcionamento realizaram 478 atendimentos a cuidadores familiares e 449 serviços clínicos.

O projeto visa também desenvolver o conceito *Memory Café* no nosso País, o qual consiste num local de encontro para pessoas com problemas de memória ou demência e seus familiares, para partilha de experiências e suporte mútuo. Em 2016, foram criados 3 novos Cafés Memória (Madeira, Almada e Barcelos) e renovadas as parcerias relativas aos 3 Cafés Memória de Lisboa, bem como aos Cafés Memória de Cascais, Viana do Castelo, Porto, Oeiras, Viseu, Braga e Guimarães (13 no total).

O Cuidar Melhor pretende ainda sensibilizar a comunidade para o tema das Demências, tendo realizado 34 ações de sensibilização com 1 475 participantes em 2016, bem como formar cuidadores familiares e profissionais nesta área específica de intervenção, tendo-se realizado 20 ações de formação.



GEPE – GRUPOS DE ENTREAJUDA PARA A PROCURA DE EMPREGO

Em 2016 estiveram ativos 66 grupos, repartidos por diversos concelhos nacionais localizados de norte a sul do país. Estes grupos foram acolhidos por 51 instituições anfitriãs e dinamizados por 135 animadores voluntários que, semanalmente, acompanharam os 659 participantes.

Em novembro de 2016, o projeto GEPE foi um dos 10 projetos distinguidos pelo Prémio Portugal Solidário, promovido pela Fundação Manuel António da Mota, obtendo uma menção honrosa.



PROJETO COMUNICATORIUM

Reconhecendo a necessidade de apoiar as instituições nos seus processos de divulgação e angariação de novos associados e parceiros financiadores, a Fundação Montepio apoiou, em 2016, a realização de formação específica no domínio da Comunicação e acesso à plataforma Comunicatorium a quatro instituições – CAIS; Fundação AFID (Associação Nacional de Famílias para a Integração de Pessoa Deficiente), Movimento Defesa da Vida e Fundação Ross Macdonald.



PLATAFORMA DE FONTES DE FINANCIAMENTO

PARA A ECONOMIA SOCIAL

Em março de 2016, ocorreu o lançamento da plataforma GEOFUNDOS – projeto pioneiro em Portugal –, como a única plataforma *online* que reúne as oportunidades de financiamento, nacionais e internacionais, disponíveis para as entidades e iniciativas da economia social.

O projeto resulta de uma parceria estratégica com o Montepio Geral Associação Mutualista, a Call to Action, a CASES, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP, a Fundação PT, a IES – Social Business School, a Stone Soup Consulting e a TESE, Associação para o desenvolvimento.

Além de reunir todas as oportunidades de financiamento para a Economia Social em Portugal, oferece ainda serviços e oportunidades de capacitação (conhecimento e uma lista de parceiros) a todas as entidades da economia social, para que estas se tornem mais aptas para aceder ao financiamento mais adequado para si, com eficácia e sucesso.



PROGRAMA IMPACTO SOCIAL

O Programa Impacto Social tem como objetivo medir e demonstrar o impacto social das intervenções das organizações da economia social, com recurso à metodologia SROI – *Social Return on Investment*, e é desenvolvido em parceria pela Fundação Montepio, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e pela 4Change.

Em 2016 este Programa teve duas fases: (i) período de seleção de 10 organizações, através de webinars (conferências web), nos quais participaram mais de 45 organizações; (ii) análises-protótipo dos projetos das 10 organizações melhor pontuadas nos webinars. No final, realizou-se uma conferência internacional sobre o tema, que reuniu cerca de 150 participantes, entre os quais potenciais parceiros e investidores.



APOIO À CAPACITAÇÃO DOS ATORES DA ECONOMIA SOCIAL

Na senda das preocupações de construir uma rede sólida de parcerias, a Fundação Montepio manteve os protocolos com estabelecimentos de ensino superior, de modo a permitir a formação em economia social e mutualismo e celebrou diversos protocolos com o objetivo de disponibilizar competências a dirigentes e profissionais das organizações do terceiro setor:

APQ - Associação Portuguesa de Qualidade - este protocolo pretende disponibilizar o financiamento anual de um processo de certificação da qualidade de uma entidade da economia social, segundo o referencial EQUASS nível Assurance, com a duração de 18 meses. Em 2016, a entidade beneficiada foi a Comunidade Vida e Paz, tendo o processo de certificação início a 15 de dezembro.

Certificação em práticas de responsabilidade social - projeto desenvolvido pela APEE (Associação Portuguesa de Ética Empresarial) e apoiado pela Fundação Montepio. Em 2016, realizou-se a 2.ª edição, na qual foram concedidos cinco prémios no âmbito do reconhecimento de práticas em Responsabilidade Social nas Categorias Voluntariado, Trabalho Digno e Conciliação, Direitos Humanos e Comunidade.

APAV - Associação de Apoio à Vítima, o prémio é destinado a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal, em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vítimologia, ou Pedagogia. Em 2016 verificou-se a atribuição de um prémio e duas menções honrosas.



PRÉMIO MONTEPIO DA CIÊNCIA

O Prémio Montepio da Ciência, instituído em 2015, é uma iniciativa promovida pela Academia das Ciências de Lisboa, por intermédio do Instituto de Altos Estudos, em parceria com o Montepio Geral Associação Mutualista, que se destina a estimular estudos académicos, com a natureza de dissertações de mestrado ou doutoramento, em universidades nacionais ou estrangeiras, alternadamente, nas áreas das Ciências e das Letras. Em 2016, o júri deliberou atribuir o 1.º Prémio Montepio da Ciência *ex aequo* a dois candidatos “pelo valor científico das teses apresentadas” e a entrega dos prémios, no valor individual de 5 mil euros, realizou-se no dia 7 de julho, na Academia das Ciências de Lisboa.

20º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO MONTEPIO

A Fundação Montepio completou, em 2016, **20 anos de Intervenção Social em Portugal** e o aniversário foi assinalado com a realização da conferência “20 anos de Intervenção Social em Portugal”, que teve lugar no auditório do Edifício-Sede do MGAM, em Lisboa.

O evento reuniu parceiros e serviu o propósito de fazer um balanço do trabalho da Fundação, tendo sido transmitido “em direto” através do portal Ei Montepio.

07

COOPERAÇÃO E DIFUSÃO
DO MUTUALISMO



7. COOPERAÇÃO E DIFUSÃO DO MUTUALISMO

Como estipulado nas linhas de orientação estratégica, o MGAM prosseguiu, em 2016, a política ativa que tem mantido desde sempre, de cooperação com outras entidades e organizações mutualistas e da economia social, com vista a contribuir para difundir e fortalecer o mutualismo no nosso país e a nível internacional.



REDEMUT

A redeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades, constituída em 2012, é um projeto pioneiro de cooperação entre associações mutualistas, de que o Montepio Geral Associação Mutualista faz parte. Esta rede tem por missão promover a cultura e a prática mutualista, estabelecendo formas de interação e partilha integrada de recursos, que garantam o acesso a serviços de saúde, de qualidade e com custos controlados.

A partir de 2015, a redeMut assumiu-se, igualmente, como uma estrutura de representação das associações mutualistas suas filiadas, pretendendo afirmar-se como parceiro do Estado na construção das políticas sociais na área da segurança social e da saúde.

Com este objetivo, alterou a sua visão no sentido de se transformar numa organização de cúpula das mutualidades portuguesas, promotora de partilha e discussão de assuntos comuns e representativa dos interesses e valores mutualistas, junto de parceiros públicos, privados e sociais, nacionais ou estrangeiros e congregadora de uma oferta consolidada de cuidados de saúde, e outros serviços de proteção social, com uma identidade própria.

Atualmente, a redeMut representa cerca de 800 000 associados mutualistas, a que corresponde 80% de todo o movimento mutualista nacional.

Das 21 associações mutualistas filiadas na redeMut, 15 disponibilizam aos seus associados modalidades de benefícios complementares de segurança

social e 15 prestam assistência médica. As associações da redeMut detêm, ainda, 2 caixas económicas, 7 farmácias sociais, 8 unidades de cuidados continuados e 2 unidades hospitalares com internamento. Complementarmente à prestação de serviços médicos diretos, a redeMut disponibiliza, também, à comunidade de associados o Serviço de Assistência Médica Domiciliária Noturna (SAMDN).

Durante 2016, verificou-se um crescimento significativo, de cerca de 31%, desde janeiro a dezembro, na adesão de associados do MGAM ao Serviço de Assistência Médica Domiciliária Noturna (SAMDN), os quais manifestaram elevados níveis de satisfação com os serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2016, o número de associados aderentes ao cartão RedeMut atingia 69 858, tendo crescido 31% face ao início do ano.

Para além da participação nas reuniões dos órgãos de gestão da redeMut, durante 2016, o MGAM participou no Dia Nacional do Mutualismo que a redeMut celebrou em 25 de outubro de 2016 e que contou com mais de 115 participantes, nacionais e estrangeiros, responsáveis públicos e parceiros do sector da economia social e, especificamente das associações mutualistas portuguesas, que, em conjunto, discutiram as grandes questões de natureza estratégica que preocupam o sector, nomeadamente ao nível das respostas complementares de previdência social e de saúde.

COOPERAÇÃO EXTERNA

Sendo membro efetivo da AIM – Associação Internacional da Mutualidade, o MGAM continuou a participar nas reuniões dos seus órgãos, ao mais alto nível, e a assegurar a Presidência do Grupo de Trabalho “ Mutual Values”, o qual tem a cargo a responsabilidade da promoção e defesa do modelo mutualista na esfera internacional e, particularmente, europeia. Efetuaram-se, em 2016, diversas reuniões do Grupo de Trabalho em Bruxelas e uma em Paris, que trataram de questões importantes para o futuro da AIM e do mutualismo europeu, designadamente a estratégia e posição da AIM face aos desenvolvimentos do processo da Economia Social no quadro da União Europeia.

Destaca-se, igualmente, a participação do MGAM na Direção do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-IUL), bem como a sua participação na Comissão Europa (presidência) e no Conselho de Orientação do Institut de la Protection Sociale Europeéenne (IPSE), com o qual coorganizou a conferência “A Economia Social em Portugal”, realizada em 15 e 16 de setembro 2016, no âmbito da visita de estudo a Lisboa de uma delegação de administradores da mutualidade francesa Chorum.

Refira-se que também a Fundação Montepio tem vindo a cooperar com entidades nacionais e internacionais nos domínios da economia social e responsabilidade social, presidindo ao GRACE, sendo membro da Direção da Junior Achievement Portugal e da Confederação Portuguesa de Voluntariado e participando ativamente no Centro Português de Fundações, no BCSD e no IPSE.

Sublinha-se que, enquanto representante do Grupo Montepio, a Fundação subscreveu a Carta da Diversidade e tornou-se membro da Aliança ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) Portugal.

ESTUDOS E EVENTOS SOBRE MUTUALISMO

O MGAM dispõe na sua estrutura de um Gabinete de Estudos Mutualistas, que prosseguiu, em 2016, os seus trabalhos no domínio da caracterização dos associados do MGAM, inquéritos aos associados sobre mutualismo, saúde e segurança social, e do estudo de saúde e bem-estar entre os associados - projeto Pro.Mo Saúde. Este projeto foi apresentado em 21 de maio no Espaço Comunidade Montepio do Portugal Economia Social (FIL Lisboa).

Destaca-se ainda a participação do MGAM nos seguintes eventos sobre mutualismo, em 2016:

- 31.º Congresso do CIRIEC Internacional, entre 21 e 23 de setembro, em Reims (França), com uma intervenção sobre “Contributo da Economia Social e Solidária para o desenvolvimento económico e social”.
- 1.º Fórum “Portugal Economia Social”, realizado de 19 a 21 de maio, na Feira Internacional de Lisboa – em que o Grupo Montepio marcou presença forte na qualidade de maior *player* nacional do setor da economia social. A partir do espaço “Comunidade Montepio”, que agregou a Associação Mutualista, a Caixa Económica e a Fundação Montepio, foram várias as iniciativas realizadas e destinadas à revelação de atividades, parcerias, dinâmicas, produtos e serviços orientados à inovação, intervenção social, empreendedorismo e às instituições da economia social.



08

DINÂMICA ASSOCIATIVA
E OFERTA MUTUALISTA



8.1 COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS

COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA

No Montepio Geral Associação Mutualista, a comunicação é considerada ferramenta fundamental para o fortalecimento dos laços e do sentimento de pertença a uma comunidade constituída por mais de 630 mil cidadãos que, juntos, constituem a maior associação portuguesa e uma das maiores da Europa.

Entre os suportes de comunicação da Associação com edição periódica, destacam-se:



REVISTA MONTEPIO	JORNAL MONTEPIO JOVEM	REVISTA VOA	E-NEWSLETTER MONTEPIO	E-NEWSLETTER ATIVIDADES
Revista com periodicidade trimestral dirigida a todos os associados com idade superior a 20 anos. Esta publicação retrata, através de entrevistas, reportagens, infografias, análises e crónicas, temas que marcam o contexto mundial, a realidade nacional, a vida dos nossos associados, mas também as tendências sociais, económicas e culturais, constituindo um meio privilegiado de comunicação entre a Associação Mutualista e os seus associados	Jornal com periodicidade trimestral dirigido a associados entre os 13 e os 20 anos de idade. A publicação, com uma tiragem média de 50 000 exemplares, aborda a adolescência de forma positiva, ligando todas as áreas da vida através de uma comunicação marcada pelo ritmo, utilidade, sentido prático e design apelativo, apoiado em ilustração e infografia	Revista com periodicidade trimestral dirigida a associados até aos 13 anos de idade sócios do Clube Pelicas. A revista tem por objetivo aproximar a comunidade infanto-juvenil dos valores que inspiram a Instituição, disseminando junto dos jovens associados os valores do mutualismo, sustentabilidade, solidariedade, amizade e entreajuda	Suporte digital que comunica soluções, vantagens, descontos e atividades promovidas pelas empresas que integram o Grupo Montepio	Suporte digital, com periodicidade mensal, que destaca as atividades culturais, descontos e atividades de lazer exclusivas para associados

REVISTA MONTEPIO

A Revista Montepio número 19 foi finalista dos Content Marketing Awards na categoria “Melhor utilização de fotografia” com a reportagem “Os Novos Evaristas”.

A qualidade editorial e o *design* da publicação portuguesa de maior tiragem (em 2016 a tiragem média superou os 420 mil exemplares) têm sido distinguidos em Portugal, mas também além-fronteiras.



JORNAL MONTEPIO JOVEM

O Jornal Montepio Jovem foi novamente distinguido pela sua criatividade e originalidade, sendo finalista na edição dos Content Marketing Awards na categoria de “Design”.

REVISTA VOA

Esta publicação foi, também, finalista dos Content Marketing Awards nas categorias “Designer of the Year” e “Best Use of Illustration”.

E-NEWSLETTER MONTEPIO



A e-newsletter Associados venceu o Grande Prémio APCE na categoria “Webletter | Comunicar para envolver”. Esta publicação digital, que convida ao convívio, potencia o sentimento de comunidade e a ligação da maior Associação Mutualista de Portugal à vida das pessoas.

A CAMPANHA “COMECE A POUPAR SEM POUPAR NA VIDA”, REVELADA EM NOVEMBRO DE 2016, APRESENTOU AO PAÍS AS SOLUÇÕES MUTUALISTAS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DE POUPANÇA ORIENTADAS PARA A REFORMA.



PORTAL EI – EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO

O Portal de Educação Financeira Montepio - Ei - Educação, Informação - foi distinguido pelo júri do "Grande Prémio APCE 2016" como o melhor site a concurso, vencendo na categoria "Website".

O Portal Ei - Educação, Informação (ei.montepio.pt) reforçou, ao longo de 2016, o seu papel de plataforma dedicada à disponibilização de conteúdos e ferramentas de educação financeira para gestão, conquistando novos recordes a nível de visitas, número de utilizadores e páginas visualizadas.

CAMPANHA MULTIMEIOS | SOLUÇÕES DE POUPANÇA

O último trimestre de 2016 foi o momento para a Instituição reforçar a estratégia de afirmação da sua natureza associativa, mutualista e o seu papel na oferta de soluções complementares ao sistema



público de previdência, através da veiculação de uma campanha de comunicação com mensagem centrada na poupança a longo prazo.

A campanha "Comece a poupar sem poupar na vida", revelada em novembro de 2016, apresentou ao país as soluções mutualistas da Associação Mutualista de poupança orientadas para a reforma. O principal objetivo da campanha foi divulgar as modalidades mutualistas Montepio Poupança Reforma e Montepio Poupança Reforma Mais, mas também apresentar a restante oferta disponibilizada pela mutualidade nas esferas da proteção e poupança. Pretendeu-se, desta forma, potenciar a subscrição de modalidades de poupança reforma e acolher quantos, identificando-se com a missão da Montepio Geral Associação Mutualista, pretendessem saber mais acerca da abrangência das soluções e atuação da Instituição.

Realça-se que esta foi uma campanha específica e exclusiva da Associação Mutualista e foi realizada numa lógica multimeios, isto é, a partir de televisão, rádio, imprensa e digital.



CELEBRAÇÕES DO 176.º ANIVERSÁRIO

Ao longo de 176 anos de atividade, o Montepio Geral Associação Mutualista atravessou acontecimentos e contextos económicos, políticos e sociais diversos (e muitas vezes adversos), nunca tendo deixado de contribuir para o desenvolvimento do País e para a afirmação da solidariedade e da cidadania.

O caminho percorrido desde 1840, construído a partir da relação firmada entre a Instituição, os associados e a sociedade civil, foi o mote para a celebração de mais um aniversário assinalado com a realização de dois espetáculos, assegurados pelo grupo Deolinda, cuja atuação decorreu nos coliseus de Lisboa e Porto, a 4 e 6 de outubro, respetivamente.

Além dos êxitos do repertório dos Deolinda, a atuação contou com a atuação de Custódio Castelo, mestre de guitarra portuguesa, e o ritmo de Sara Tavares, pontos altos nos dois espetáculos realizados.

OPEN DAY ESPAÇO MUTUALISTA

A 10 de dezembro de 2016, a convite do Montepio Geral Associação Mutualista, centenas de pessoas visitaram o Espaço Mutualista da Rua do Carmo, em Lisboa, para conhecer a dinâmica assegurada pela Associação e celebrar a quadra natalícia.



Ações de rua e promocionais realizadas junto dos atuais e potenciais associados, que incluíram atividades para crianças, concerto de Natal, oferta de castanhas, chá ou café, contribuíram para a divulgação da marca e oferta da Instituição, para a angariação de novos associados, prestação de informação e esclarecimento de questões colocadas por associados e potenciais associados, mas também para a revelação do espaço da Rua do Carmo, inteiramente dedicado à comunidade associativa. Aproveitando a quadra natalícia, foi disponibilizado e divulgado no Espaço Mutualista o *Kit Voucher Pelicas* – uma forma original de aproximar o tema da poupança do público mais jovem e um presente original para oferecer a crianças e jovens.



KIT VOUCHER PELICAS

Com o propósito de difundir os valores associativos e de fomentar hábitos de poupança desde tenra idade, o *Kit Voucher Pelicas* assumiu-se como um presente destinado às crianças, associadas ou não, ligado à subscrição ou reforço da modalidade mutualista Montepio Poupança Complementar Jovem. De formato dirigido ao público infantil, o *Kit* foi constituído por um *voucher*, um mealheiro, uma revista VOA (a revista do Clube Pelicas), um caderno de atividades, um porta-moedas e dois balões, e foi colocado a partir dos balcões da CEMG e dos espaços mutualistas de Lisboa e Porto.

CORRIDA MONTEPIO

A 4.ª Corrida Montepio, realizada em 2016, também foi merecedora de destaque, seja pelo elevado número de participantes, que ascendeu a 11 mil, seja pelo montante angariado a partir das inscrições – 60 mil euros – que reverteu, integralmente, para o Programa abem da Associação Dignitude, destinado a garantir o acesso a medicamentos por pessoas carenciadas.

Esta iniciativa desportiva que, pela dimensão alcançada, já constitui referência nacional, é reconhecida pela sua missão solidária e envolve o público em geral, mas também atletas de alta competição e individualidades ligadas às esferas da saúde, social, empresarial e da sociedade civil.



8.2 OFERTA DE MODALIDADES E BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES

MODALIDADES MUTUALISTAS

Prosseguindo a sua missão de satisfação das necessidades dos associados na aplicação de poupanças para proteção e previdência complementar e continuando a política de alargamento da base de associados e de aprofundamento do relacionamento associativo, o MGAM continuou, em 2016, a divulgar e a promover a sua oferta de modalidades mutualistas.

Assim, no que diz respeito às modalidades de poupança, foram emitidas, em 2016, 20 séries da modalidade Montepio Capital Certo a 5 anos e 1 dia, das quais 8 séries promoveram a subscrição conjunta com a modalidade Montepio Poupança Complementar, e foi emitida uma série especial de poupança para a reforma, a 25 anos, que permitiram captar um montante global de cerca de 246,2 milhões de euros.

ESTA INICIATIVA DESPORTIVA QUE, PELA DIMENSÃO ALCANÇADA, JÁ CONSTITUI REFERÊNCIA NACIONAL, É RECONHECIDA PELA SUA MISSÃO SOLIDÁRIA.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES E PARCERIAS

Pensado para os associados e respetivas famílias, o diversificado programa de atividades de formação, cultura, lazer, qualidade de vida e bem-estar foi, desde o início, desenhado com vista a cumprir a missão mutualista do MGAM e aprofundar os laços associativos.

De forma paulatina, as iniciativas neste âmbito têm vindo a granjear, ao longo dos anos, boa aceitação e interessantes níveis de adesão por parte dos associados. Em 2016, desenvolveram-se 300 iniciativas neste domínio (+25% que em 2015), as quais registaram 8 388 participações (+11% que em 2015), equivalendo a um número médio de 28 participantes por iniciativa.

Estes dados são reveladores do maior conhecimento e comunicação aos associados sobre esta oferta formativa, cultural e lúdica e, simultaneamente, do reconhecimento, não apenas da qualidade dos eventos em agenda, mas também do rigor e desempenho de excelência que é exigido e colocado no terreno pelos parceiros do MGAM nestes domínios.

A descentralização geográfica, a par da diferenciação dos assuntos tratados têm sido critérios privilegiados na elaboração do programa de iniciativas complementares, existindo a preocupação de contemplar todos os distritos do país e ir além-fronteiras, como aconteceu com a visita realizada em Espanha, intitulada “Abraçar o Apóstolo e viver Santiago de Compostela”.

INICIATIVAS CULTURAIS, FORMATIVAS, LÚDICAS, QUALIDADE DE VIDA

Designação das Iniciativas	2015		2016		Var. %	N.º Participantes	Var. %
	N.º Iniciativas	N.º Participantes	N.º Iniciativas	N.º Participantes			
Passeios com História	58	2 081	60	3.4%	3,4%	1 939	-6,8%
Visitas Orientadas	118	3 932	161	36,4%	36,4%	4 313	9,7%
Passeios ao Ar Livre	35	1 055	46	31,4%	31,4%	1 553	47,2%
Cursos/Workshops/Conferências	24	343	29	20,8%	20,8%	427	24,5%
Outras Iniciativas	5	142	4	-20,0%	-20,0%	156	9,9%
TOTAL	240	7 553	300	25,0%	25,0%	8 388	11,1%



ESPAÇOS ATMOSFERA M

Em funcionamento no Porto, desde 2014, e em Lisboa, desde 2015, os espaços *atmosfera m* apostaram, no último ano, em uniformizar a programação dos dois espaços, construindo uma agenda de atividades comuns e em paralelo.

Os associados Montepio têm beneficiado da utilização destes espaços para a exposição de trabalhos nas galerias, apresentação de livros, organização de formações e de encontros.

Pelas ações diretas com a sociedade civil, tem-se efetivado um diálogo contínuo com diversas instituições, para as quais os espaços no Porto e em Lisboa são essenciais à prossecução dos programas de ação a que se propõem.

A colaboração com a Academia de Ciências de Lisboa e a RUTIS – Rede de Universidades Seniores garante parte da formação e atividades voltadas para o público sénior; com a Associação Alzheimer Portugal,

os “Café Memória” tornaram-se espaços reconhecidos de partilha entre doentes e cuidadores; com a Sapana, a Entrajuda e o GEPE – Grupo de Entreajuda na Procura de Emprego orientou-se para o universo de pessoas desempregadas, dotando-as de mais ferramentas que as aproximaram do mercado de trabalho; com a PAR – Plataforma de Apoio a Refugiados, que nasceu no ano passado, dezenas de instituições e pessoas juntaram-se ao movimento “vemos, ouvimos e lemos e não podemos ignorar”, entre as quais o atual Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

Além destas organizações, largas dezenas de outras usufruíram, em 2016, da cedência de instalações dos espaços *atmosfera m*, para a realização de conferências, seminários, congressos, formações, ciclos de debates e apresentações de livros. Destaca-se a colaboração dos espaços *m* com a Unicef, a Associação Coração Amarelo, a Rede Europeia Anti Pobreza, a Ordem dos Nutricionistas, a Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, o GRACE, a Cáritas, entre muitas outras centenas de instituições.

Os espaços *atmosfera m* acolheram e organizaram 737 eventos, em 2016, em que participaram 19 594 pessoas (13 283 no Porto e 6 311 em Lisboa), com uma média de 1 635 pessoas por mês.

As bibliotecas do Porto e Lisboa, com uma coleção essencialmente voltada para áreas da Economia Social e do Terceiro Setor, têm mais de 1 300 utilizadores registados, que podem usufruir de mais 468 publicações, uma generosa oferta de Maria Manuela Silva, Associada Montepio.

Do *feedback* que os espaços *atmosfera m* recebem, através do preenchimento de breves inquéritos de satisfação, é de salientar a avaliação global de “Excelente” – máximo da escala apresentada.



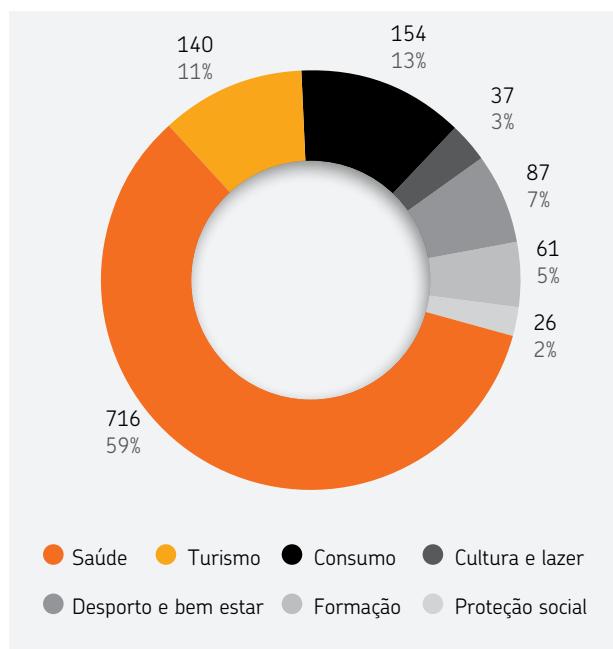
PARCERIAS

A Associação Mutualista tem mantido uma política de celebração de parcerias que visa proporcionar aos associados condições preferenciais na aquisição de produtos e serviços diversos das entidades parceiras.

Durante o ano de 2016, concretizaram-se 72 novas parcerias, das quais 60% na área da saúde e 14% no turismo, e procedeu-se a uma avaliação e acompanhamento dos acordos mais antigos, que determinou o cancelamento de 57 parcerias com entidades que deixaram de exercer atividade ou cujos benefícios deixaram de ser relevantes para os associados.

No final de 2016, estavam ativos 1 221 acordos de parceria, dos quais, 84 correspondem a parceiros que operam em todo o território nacional.

N.º PARCERIAS EM 31 DEZEMBRO 2016

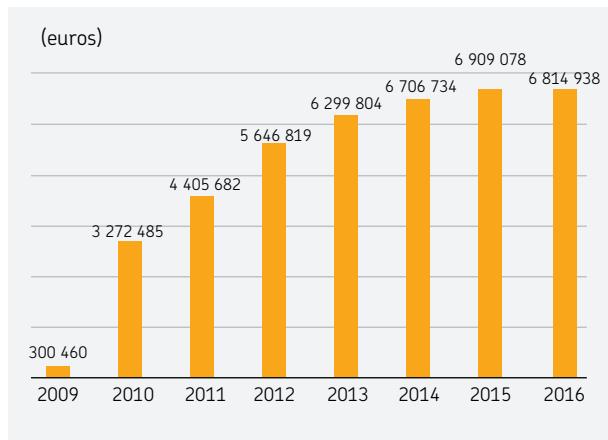


A área da saúde, pela sua importância, representa 59% do total de acordos de benefícios complementares existentes, com uma representatividade que cobre todo o território nacional e um total de 716 parcerias ativas.

É de salientar o desempenho, em termos dos benefícios obtidos pelos associados, das parcerias no setor das telecomunicações – com a MEO – e no dos combustíveis – com a Repsol Portuguesa.

O cartão Montepio Repsol, que permite aos associados efetivos, maiores de 18 anos, beneficiar de um desconto de 6 cêntimos por litro de combustível na rede de estações de serviço Repsol aderentes, tem vindo a ter a obter elevada adesão e utilização.

PARCERIA REPSOL BENEFÍCIO GERADO PARA OS ASSOCIADOS



Em 2016, foram emitidos 28 621 novos cartões Montepio Repsol e, no global, os associados utilizadores dos cartões Montepio Repsol obtiveram um benefício imediato acumulado de 6,8 milhões de euros em 2016. Desde o início da parceria, em outubro de 2009, até dezembro de 2016, o valor acumulado da poupança gerada pela utilização do Cartão Montepio Repsol pelos associados ascende a 40,4 milhões de euros.



CLUBE PELÍCAS

O Clube Pelícias abrangia, no final de 2016, 61 180 crianças com idades até aos 13 anos, que representavam 9,7% do total de associados.

A fidelização destes associados muito jovens é particularmente relevante para a manutenção da dimensão associativa e para a difusão e o futuro do mutualismo. Nesta perspetiva, prosseguiu a dinâmica na oferta de atividades para os mais pequenos, no sentido de contribuir para o seu relacionamento afetivo com a associação e para o seu desenvolvimento em termos de cidadania.

Dirigiram-se a esse fim, a revista VOA, a linha de atendimento exclusiva 707 504 505, o site do Clube Pelícias, bem como a presença do clube em eventos dirigidos ao *target* infantil e as várias atividades desenvolvidas nos espaços *atmosfera m*. Essas atividades, que contaram com 11 974 participantes em 2016, abrangeram as seguintes áreas:

- › **Expressão plástica** – workshops de temáticas diversas, que contribuem para desenvolver a criatividade, a imaginação e capacidade de expressão;
- › **Incentivo à leitura** – com a rubrica “Histórias Contadas”, como forma de divulgação de valores, com a apresentação de histórias com conteúdo moral;
- › **Raciocínio lógico e matemático** – com os workshops de Xadrez, importante para construção do pensamento independente e capacidade de transpor obstáculos;



DINÂMICA ASSOCIATIVA E OFERTA MUTUALISTA

- › **Realização da festa de carnaval e workshops** em que se criaram presentes para o Dia do Pai/ Dia da Mãe/Decorações de Páscoa e Natal, atividades que contribuem para afirmação da expressão cultural;
- › **Atividades físicas** – que desenvolvem o bem-estar, o respeito por si próprio e pelos outros, como é o caso do loga e do Judo.

Ao longo do ano, foram abrangidas, nas diversas ações desenvolvidas, cerca de 12 000 crianças.

Tipo de atividades	N.º Participantes	%
Workshops diversos + Férias Clube Pelicas	368	3,1
Ações na área da prevenção da saúde	1 304	10,9
Eventos dirigidos ao segmento Infantil	8 250	68,9
Clube Pelicas vai à Escola	2 052	17,1
Total	11 974	100,0

Iniciaram-se ainda, no final de 2016, nos atmosferas **m**, a rúbrica “Conversas entre Pais” que pretende ser um espaço de conversa informal entre pais e educadores para troca de experiências sobre questões ligadas à educação e desenvolvimento das crianças. Em cada sessão esteve sempre presente um psicólogo e/ou pedagogo e os primeiros temas abordados foram as “Pedagogias Alternativas” e a “Autonomia nas Crianças”.

Para divulgação de hábitos e comportamentos saudáveis entre os mais jovens, designadamente em termos alimentares, continuou, em 2016, a parceria estabelecida entre o Clube Pelicas e a APCOI – Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil, que levou à prática um programa de incentivo ao consumo de fruta, diariamente, ao longo do ano letivo, dirigido a crianças com idades entre os 4 e os 10 anos. No final de cada ano letivo são premiadas as escolas onde a participação e a mudança de hábitos foi mais premente, com a realização de uma peça teatral com a presença das mascotes da APCOI e a mascote do Clube Pelicas.

As ações do Clube Pelicas continuaram a abranger ainda a participação em diversos eventos dedicados aos mais pequenos, como foram os casos da presença do Clube e da mascote Pelicas no Festival Panda, na Parada das Mascotes, nas Corridas Pelicas, do Montepio e da S. Silvestre de Lisboa, no Kids Food Festival e na “Monstrinha” – Festival de Cinema Animado.



Destaca-se ainda o projeto “Clube Pelicas vai à Escola”, que tem permitido uma ampla divulgação dos valores mutualistas junto dos mais pequenos, que têm participado de forma entusiástica, sendo que os professores também têm reconhecido a relevância do projeto em prol da divulgação dos valores de cidadania.

No segmento Juvenil, dos 13 aos 23 anos, foi dado seguimento à estratégia, iniciada em 2015, tendo sido promovidas atividades exclusivas para os jovens associados que versaram essencialmente temas ligados às novas tecnologias, videojogos, banda desenhada e cultura pop, como foi o caso da Lisboa Games Week, IBERANIME, COMIC CON PORTUGAL ou atividades ligadas à natureza, como a noite de Pirilampos no Parque Biológico de Gaia e a visita aos bastidores do Oceanário de Lisboa.

As visitas aos bastidores dos meios de comunicação social (revista VOGUE, Jornal Record e Rádio Cidade) e aos estádios e museus dos grandes clubes desportivos, continuaram a despertar o interesse desta faixa etária.

09

BASE DE ASSOCIADOS
E SUBSCRIÇÕES
DE MODALIDADES



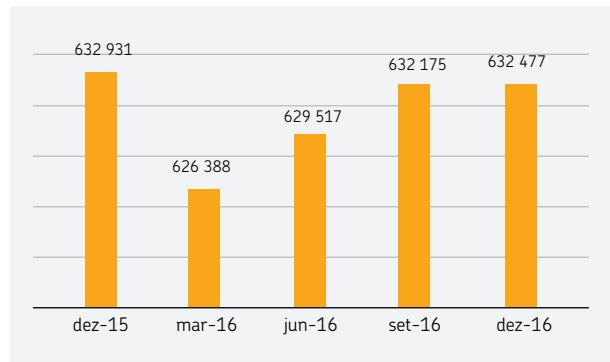
9.1 BASE DE ASSOCIADOS

O Montepio Geral Associação Mutualista encerrou o ano de 2016 com 632 477 associados efetivos (632 931 no final de 2015).

A base associativa evidenciou uma evolução diferenciada ao longo de 2016, tendo-se verificado uma retoma do crescimento do número de associados na segunda metade do ano, para a qual muito contribuiu a ação da recém-criada rede de Gestores Mutualistas.

A dimensão da base associativa evidenciou, assim, ao longo de 2016, um movimento de recuperação, visível já a partir do segundo trimestre do ano e que se reforçou nos trimestres seguintes.

Evolução do Número de Associados



Em termos de balanço do movimento associativo verificou-se que o MGAM admitiu mais de 40 mil novos associados em 2016, sendo que as saídas foram, felizmente, menores por falecimentos,

Movimento Anual Associativo

Designação	2015	2016	(unidades)	
			N.º	%
Associados existentes no início do ano	630 513	632 931	2 418	0,4
Entradas				
Admissões	43 013	40 380	-2 633	-6,1
Readmissões	1 008	1 382	374	37,1
Saídas				
Falecimentos e Habilitações	1 345	1 218	-127	-9,4
Cessões de Direitos, Desistências e Eliminações	40 258	40 998	740	1,8
TOTAL DE ASSOCIADOS NO FINAL DO ANO	632 931	632 477	-454	-0,1%



A partir de julho de 2016, o Montepio Geral Associação Mutualista, para assegurar maior proximidade e presença na vida dos seus associados, criou uma **Rede de Gestores Mutualistas**, implantada nos balcões da sua Caixa Económica Montepio Geral, de norte a sul do país, passando pelas regiões autónomas. No final de 2016, essa rede contava com **96 gestores mutualistas**, organizados em 6 departamentos: Porto Norte, Porto Sul, Coimbra, Leiria, Lisboa e Sul e Ilhas; 2 direções regionais (a do Norte e a do Centro, Sul e Ilhas) e 1 direção coordenadora central. A implantação desta rede de gestores especializados, designada como Projeto START, tem como lema fazer *START a uma nova ambição de futuro para a nossa associação mutualista*.

mas ligeiramente maiores por cessões de direitos, desistências e eliminações, pelo que o fluxo de associados foi de -454 no final do ano.

No que se refere à distribuição etária, o grupo etário compreendido entre os 40 e os 60 anos continua a ser o mais representativo na estrutura global dos associados, situando-se a idade média aproximadamente nos 42 anos (41 anos, em 2015).

Em termos de género, realça-se que o sexo feminino voltou a reforçar a sua expressão na estrutura associativa representando, no final de 2016, cerca de 51,0% do total de associados (50,9% em 2015).

No que concerne à distribuição geográfica dos associados, com exceção dos distritos de Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Lisboa e R. A. da Madeira, registaram-se aumento de associados nos restantes distritos do país.

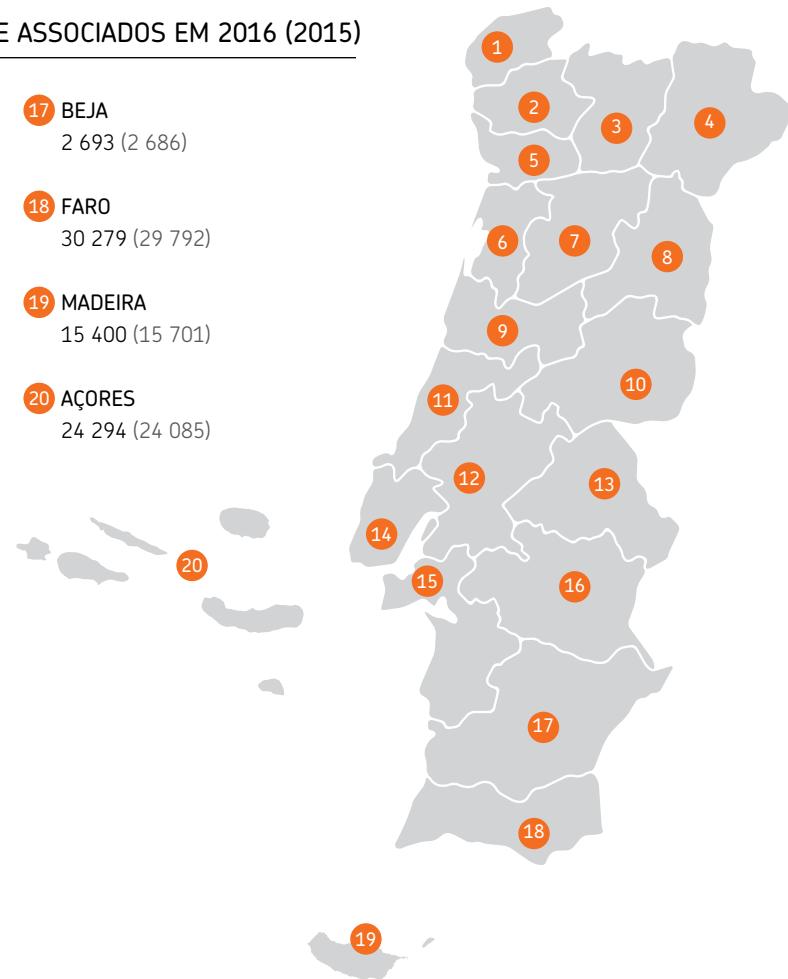
Salienta-se também a continuação do acréscimo do número de associados sediados no estrangeiro, que passou de 11 133, em 2015, para 12 092, em 2016. Este acréscimo contribuiu para que a representatividade deste tipo de associados atingisse 1,9% do total do número de associados.

Em termos de concentração geográfica da base associativa existe alinhamento com a distribuição populacional do país, com maior concentração de associados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (cerca de 44,0%). Nos distritos mais densamente habitados (Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro) concentram-se cerca de 66,7% dos associados e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira 6,3% do total de associados.

Total de associados fora de Portugal	12 092
(11 133)	

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 2016 (2015)

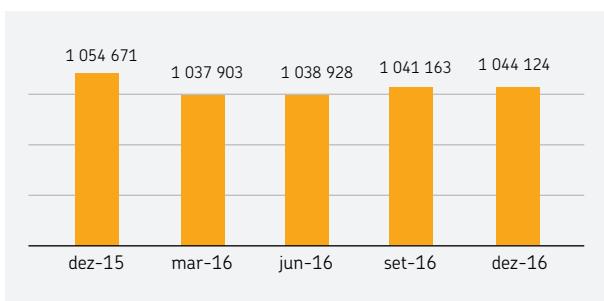
1 VIANA DO CASTELO 8 185 (8 117)	9 COIMBRA 18 392 (18 367)	17 BEJA 2 693 (2 686)
2 BRAGA 50 232 (50 302)	10 CASTELO BRANCO 15 259 (14 860)	18 FARO 30 279 (29 792)
3 VILA REAL 5 040 (5 147)	11 LEIRIA 20 267 (19 977)	19 MADEIRA 15 400 (15 701)
4 BRAGANÇA 5 471 (5 484)	12 SANTARÉM 20 879 (20 535)	20 AÇORES 24 294 (24 085)
5 PORTO 113 203 (114 359)	13 PORTALEGRE 4 136 (4 061)	
6 AVEIRO 39 021 (37 875)	14 LISBOA 164 934 (168 135)	
7 VISEU 13 497 (13 273)	15 SETÚBAL 54 388 (54 384)	
8 GUARDA 7 010 (6 908)	16 ÉVORA 7 805 (7 750)	



9.2 SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES

A evolução do número de subscrições de modalidades mutualistas refletiu, ao longo do ano, a evolução da base de associados, bem como a envolvente económico-social, no que se refere à redução do rendimento disponível e da taxa de poupança das famílias.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES ASSOCIATIVAS



Não obstante a evolução ter sido ascendente de trimestre para trimestre, em termos acumulados, observou-se uma ligeira quebra (de 1,0%), no total de subscrições de modalidades mutualistas em 2016, comparativamente com o ano anterior. O total de subscrições foi de 1 044 124 em 2016 (1 054 671, em 2015), com um número médio de subscrições por associado de 1,65 (1,67 em 2015).

NÚMERO DE NOVAS SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADES

MODALIDADES INDIVIDUAIS	2015		2016		VARIAÇÃO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montepio Poupança Complementar	43 234	49,9	32 288	34,0	-10 946	-25,3
Montepio Capital Certo	11 570	13,4	29 705	31,2	18 135	156,7
Montepio Proteção 5 em 5	25 543	29,5	26 263	27,6	720	2,8
Montepio Proteção Encargos	2 649	3,1	2 941	3,1	292	11,0
Montepio Proteção 18-30	1 080	1,2	1 128	1,2	48	4,4
Capitais Previdência Diferidos com Opção	2 077	2,4	2 160	2,3	83	4,0
Outras	431	0,5	605	0,6	174	40,4
TOTAL	86 584	100,0	95 090	100,0	8 506	9,8

10

POLÍTICA
DE INVESTIMENTOS
E GESTÃO DOS RISCOS



10.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos define os princípios e as regras quanto ao tipo de ativos que podem ser considerados para a realização de aplicações patrimoniais na Associação Mutualista, tendo em atenção a sua missão, fins e designio estratégico, bem como a respetiva rendibilidade, liquidez, riscos associados e perdas potenciais.

A seleção dos ativos para aplicação de recursos tem assim como objetivo principal assegurar a concretização dos fins mutualistas e gerar valor para os associados. Para concretização desses fins o MGAM criou, em 1844, a sua Caixa Económica Montepio Geral, que é o seu principal investimento, a que se juntam participações, de menor relevância, em diversas entidades instrumentais para a execução da missão do MGAM.

Para além dos fins estratégicos instrumentais, a política de investimentos tem em vista assegurar rendimento para as modalidades associativas, considerando as suas finalidades, designadamente, de poupança para proteção e previdência complementar, e o respetivo perfil de maturidade, pelo que, a nível financeiro, considera os níveis de risco estabelecidos, tendo por base a informação financeira disponível dos emitentes, como os relatórios e contas e publicações de *research* de bancos de investimento.

Os objetivos e limites da carteira de investimentos quanto à exposição por emitente, setor de atividade, zona geográfica e *rating* são definidos na política de investimentos financeiros.

A carteira de títulos da Associação Mutualista é composta, essencialmente, por dívida *corporate* de rendimento fixo, com uma *duration* de 3,9 anos, no final de 2016, o que compara com 3,6 anos em 31 de dezembro de 2015.

A política de investimentos prevê, ainda, que se efetuem operações de *trading*, atuando de acordo com as expectativas de alteração das variáveis de mercado (taxas de juro, inflação, variação das cotações de mercado dos títulos, etc.) proporcionando ganhos com mais-valias.

A utilização de derivados financeiros como “Interest Rate Swaps” (IRS) ou “Credit Default Swaps” (CDS) para a cobertura de riscos específicos é permitida de acordo com os limites definidos na política de investimentos.

Estas operações têm historicamente pouca expressão, sendo que, em 2016, foram realizadas operações de *trading*, que proporcionaram mais-valias líquidas de cerca de 0,6 milhões de euros. Atendendo à volatilidade dos preços no mercado de derivados não foram realizadas operações com CDS.

São produzidos relatórios mensais para o Conselho de Administração com a composição e evolução dos ativos da Associação Mutualista, com enfoque na Carteira de Títulos.

A Associação Mutualista tem no seu ativo Propriedades de Investimento avaliadas em 269 milhões de euros, sendo o principal objetivo da sua gestão maximizar os proveitos com as rendas recebidas dos inquilinos, assegurar o perfeito estado de conservação dos imóveis e aproveitar as condições de mercado para realizar mais-valias com alienações.

A política de investimentos é reavaliada numa base semestral, que poderá ser antecipada caso ocorram alterações nas condições de mercado que o justifiquem.

A Associação Mutualista gera os seus ativos de forma conservadora, procurando minimizar os riscos associados às suas aplicações com a finalidade de assegurar o cumprimento dos compromissos para com os seus associados.

10.2 POLÍTICA DE GESTÃO DOS RISCOS

No quadro da sua missão, finalidades e especificidades da sua natureza associativa e mutualista, as metodologias e processos de gestão dos riscos inerentes à atividade do MGAM têm em vista assegurar a melhor adequação possível da composição e características dos ativos com o perfil das responsabilidades, designadamente maturidades, taxas técnicas, esperança de vida e sinistralidade, permitindo a mitigação dos riscos e a antecipação da sua materialização e, assegurando que os compromissos assumidos pelo MGAM sejam cumpridos.

A política de gestão de riscos assenta na devida identificação e medição dos diversos tipos de risco a que o MGAM está sujeito, num controlo sistemático e tempestivo dos mesmos, que, nalguns casos, é efetuado numa base diária, como seja o risco de liquidez, na execução da política de investimentos e de medidas de mitigação de riscos tal como se descreve nos subpontos seguintes.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado da carteira de ativos financeiros tem sido gerido tendo em atenção os fatores que podem exercer pressão nos seus preços, nomeadamente, i) as taxas de juro de mercado, no caso dos títulos de rendimento fixo, ii) as expectativas de evolução das cotações dos títulos no mercado e iii) o risco dos emitentes.

A metodologia seguida assenta nas seguintes análises:

- i. *Duration* dos ativos e dos passivos;
- ii. *Gaps* de taxa de juro estáticos e dinâmicos, ou seja, considerando a evolução da atividade;
- iii. Risco de reinvestimento.

Periodicamente, são efetuadas análises de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor dos ativos financeiros resultantes de alterações das taxas de juro de mercado.

São elaborados relatórios semestrais de acompanhamento da evolução das Propriedades de Investimento, as quais são avaliadas ao preço de mercado numa base anual.

Também as Participações Financeiras são avaliadas em base anual.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é realizada através do controlo diário, com base numa previsão dos fluxos de recebimentos e de pagamentos e da construção de perfis de maturidade dos ativos e das responsabilidades, identificando antecipadamente *gaps* que possam vir a suceder com a finalidade de, por um lado, assegurar atempadamente os pagamentos dos benefícios aos subscritores das modalidades associativas e, por outro, rendibilizar eventuais excessos de liquidez, através de aplicações em ativos mais rentáveis apesar de menos líquidos.

Os *gaps* de liquidez produzidos são estáticos e dinâmicos permitindo uma análise mais aprofundada de eventuais desequilíbrios de tesouraria que possam vir a ocorrer.

São, também, realizadas análises de sensibilidade englobando cenários de aumento dos reembolsos antecipados com a finalidade de avaliar o seu impacto na liquidez e na rendibilidade.

Embora tendo essa possibilidade plasmada nos seus estatutos, o MGAM não emite dívida para financiar a sua atividade, pelo que as suas responsabilidades são para com os associados subscritores das modalidades associativas. No que respeita ao controlo da liquidez, observou-se que, a partir do mês de agosto, o fluxo financeiro global das modalidades da Associação Mutualista passou a ser positivo.

As análises de sensibilidade (*stress tests*) efetuadas revelaram a capacidade de resiliência da Associação Mutualista a aumentos de reembolsos ou de restituições de quotas por parte dos associados, à semelhança do ocorrido em 2014, 2015 e no 1.º semestre de 2016.

RISCO DE CRÉDITO

Da gestão do risco de crédito fazem parte o cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, no que concerne à distribuição por setores de atividade, exposição por zona geográfica e qualidade creditícia (classificação por *rating*) além da análise de impactos que possam vir a ter na atividade.

RISCO ESPECÍFICO DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

O risco específico das modalidades associativas refere-se ao risco associado às características, condições e parâmetros atuariais das modalidades, designadamente risco de descontinuidade ou de reembolso antecipado, risco de invalidez e risco de mortalidade, bem como o risco de adequação das responsabilidades por alterações nas taxas de juro e, ou, na maturidade.

No âmbito da gestão do risco específico das modalidades associativas, são efetuadas as seguintes análises de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor das responsabilidades:

i) Risco taxa de juro:

› Uma alteração no valor das taxas de juro tem impacto direto no valor de mercado das responsabilidades das modalidades associativas.

ii) Risco de mortalidade nas modalidades atuariais:

› Uma alteração nos pressupostos assumidos pode levar a um reforço das provisões matemáticas para fazer face às responsabilidades assumidas.

iii) Impacto de um aumento ou diminuição dos reembolsos nas modalidades de capitalização:

› Um aumento dos reembolsos acima do estimado pode obrigar à venda de ativos para fazer face a necessidades de liquidez.

Os resultados das análises de sensibilidade efetuadas são apresentados nas notas anexas ao Relatório e Contas no ponto dedicado à Gestão de Risco.

Refira-se, ainda, que o MGAM dispõe na sua estrutura orgânica de uma Área de Atuariado responsável por assegurar o cálculo atuarial das responsabilidades e efetuar o respetivo controlo, a qual elabora o relatório atuarial anexo a este relatório e contas.

11

EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS

11.1 EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO ATIVO

No final de 2016, o ativo líquido da Associação Mutualista situou-se em 3 742 milhões de euros, traduzindo uma variação anual de -3,2%, correspondente a -122 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DO ATIVO

(milhares de euros)

Rubricas	2015		2016		VARIAÇÃO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Títulos (Líquido)	1 606 338	41,6	1 257 827	33,6	-348 511	-21,7
<i>Valor bruto</i>	1 620 478	41,9	1 274 027	34,0	-346 451	-21,4
<i>Imparidade</i>	14 140	0,4	16 200	0,4	2 060	14,6
Participação na CEMG (Líquido)	1 355 026	35,1	1 666 122	44,5	311 096	23,0
<i>Valor bruto</i>	1 705 026	44,1	2 016 122	53,9	311 096	18,2
<i>Imparidade</i>	350 000	9,1	350 000	9,4	0	-
Outras Participações Financeiras	266 082	6,9	243 132	6,5	-22 950	-8,6
Propriedades de Investimento	419 168	10,8	269 711	7,2	-149 457	-35,7
Disponibilidades e Aplicações em IC's	167 225	4,3	251 715	6,7	84 490	50,5
Empréstimos a Associados	6 470	0,2	6 340	0,2	-130	-2,0
Ativos Tangíveis	35 994	0,9	38 375	1,0	2 381	6,6
Outros Ativos	7 768	0,2	8 650	0,2	882	11,4
Ativo Líquido	3 864 071	100,0	3 741 872	100,0	-122 199	-3,2

Em termos evolutivos verificou-se uma diminuição do valor da Carteira de Títulos, das Outras Participações Financeiras e das Propriedades de Investimento, enquanto a Participação na CEMG, decorrente do respetivo aumento de capital, e os ativos de liquidez, em Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (ICs), registaram acréscimos, de 2015 para 2016, que se descrevem nos pontos seguintes.

CARTEIRA DE TÍTULOS

O valor de mercado da carteira de títulos e outras aplicações financeiras era, no final do ano, de 1 257,8 milhões de euros, valor que compara com 1 606,3 milhões de euros, verificado em 2015. Esta evolução expressa uma variação anual negativa, de 21,7% e uma redução do peso da carteira de títulos no total do ativo, de 41,6% para 33,6%, embora continue a manter uma expressão significativa.

EVOLUÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

Designação	2015		2016		VARIAÇÃO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. CARTEIRA DE TÍTULOS						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	1 528 507	94,3	1 171 227	92,0	-357 280	-23,4
Obrigações do Tesouro	23 948	1,5	33 055	2,6	9 107	38,0
Papel Comercial	16 276	1,0	43 817	3,4	27 541	169,2
Ações (inclui Títulos de Negociação)	2 436	0,2	2 501	0,2	65	2,7
Total 1	1 571 167	97,0	1 250 600	98,2	-320 567	-20,4
% do Ativo	40,7		33,4			-7,2 p.p.
2. OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS						
Fundos de Investimento Mobiliários	1 029	0,1	1 503	0,1	474	46,1
Fundos de Investimento Imobiliários	36 954	2,3	9 451	0,7	-27 503	-74,4
Outros Fundos de Investimento	11 328	0,7	12 473	1,0	1 145	10,1
Total 2	49 311	3,0	23 427	1,8	-25 884	-52,5
% do Ativo	1,3		0,6			-0,7 p.p.
Total (1+2)	1 620 478	100,0	1 274 027	100,0	-346 451	-21,4
% do Ativo	41,9		34,0			-7,9 p.p.
3. IMPARIDADE						
Obrigações	4 960	35,1	8 790	54,3	3 830	77,2
Ações	1 055	7,5	1 199	7,4	144	13,6
Fundos de Investimento	8 125	57,5	6 211	38,3	-1 914	-23,6
Total 3	14 140	100,0	16 200	100,0	2 060	14,6
TOTAL LÍQUIDO	1 606 338		1 257 827		-348 511	-21,7
% do Ativo	41,6		33,6			-8,0 p.p.

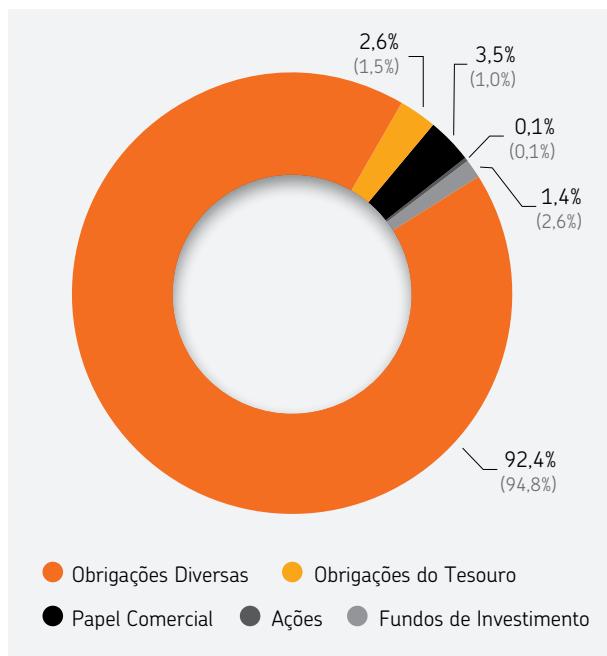
Nota: Inclui o montante de Juros Corridos de Obrigações.

O vencimento de obrigações, que estavam a cobrir responsabilidades de subscrições da modalidade de Montepio Capital Certo, e a operação de aumento de capital da CEMG explicam a redução da carteira de títulos, nomeadamente títulos de rendimento fixo.

A exposição da carteira de títulos do MGAM a ações e a fundos de investimento é residual, tendo-se verificado, ao longo de 2016, a alienação de algumas posições detidas em fundos de investimento imobiliário.

As posições de mercado mais significativas na carteira de títulos continuam concentradas na classe de *rating* inferior a BBB-.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2016 (2015)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSE DE RATING

(milhares de euros)

Classes de Rating	2015		2016	
	Valor	%	Valor	%
AA-	83	0,0	2 842	0,2
A-	13	0,0	0	0,0
BBB+	3 444	0,2	6 233	0,5
BBB	1 112	0,1	2 970	0,2
BBB-	5 295	0,3	0	0,0
<BBB-	1 452 255	93,9	1 095 547	91,7
NR	85 291	5,5	87 901	7,4
TOTAL	1 547 494	100,0	1 195 493	99,9

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos.

Os critérios de alocação dos investimentos pelas várias modalidades associativas têm mantido como referencial o perfil de responsabilidades, a liquidez que é necessária para fazer face aos respetivos compromissos e, também, o prazo para o vencimento de cada uma das modalidades, em particular, as séries de Montepio Capital Certo que têm uma maturidade definida.

A carteira de títulos da Associação Mutualista concentra-se em obrigações de rendimento fixo na carteira de investimento (*available for sale* - disponíveis para venda) e, sobretudo, na carteira a vencimento (*held to maturity* - detidos até à maturidade), onde, normalmente, são alocadas as obrigações subscritas para cobertura das responsabilidades da modalidade Montepio Capital Certo.

A representatividade das carteiras de negociação (*trading*) e da carteira de títulos classificados ao justo valor em resultados (*fair value option*) na estrutura global da carteira de títulos era reduzida. No ano de 2016, observou-se uma redução da exposição na carteira de *fair value option*, decorrente do vencimento de alguns títulos, e um reforço da carteira de *trading*.

O rendimento líquido da Carteira de Títulos foi de 52,7 milhões de euros, em 2016, inferior ao apurado no ano anterior (81,7 milhões de euros). Para este comportamento contribuiu, fundamentalmente, a redução da carteira devido a vencimentos e alienações e os níveis historicamente baixos das taxas de juro de mercado.

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

Designação	CARTEIRA		IMPARIDADE		VARIAÇÃO	
	2015	2016	2015	2016	Carteira	Imparidade
DISPONÍVEIS PARA VENDA	589 652	238 846	14 140	16 200	-350 806	2 060
Obrigações do Tesouro	23 948	30 552			6 604	
Obrigações Diversas	497 736	138 774	4 960	8 790	-358 962	3 830
Papel Comercial	16 276	43 817			27 541	
Ações	2 381	2 276	1 055	1 199	-105	144
Fundos de Investimento	49 311	23 427	8 125	6 211	-25 884	-1 914
DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	996 476	1 008 891			12 415	
Obrigações Diversas	996 476	1 008 891			12 415	
CLASSIFC. JUSTO VALOR EM RESULTADOS	34 295	21 629			-12 666	
Obrigações	34 295	21 629			-12 666	
NEGOCIAÇÃO	55	4 661			4 606	
Ações	55	225			170	
Obrigações do Tesouro	0	2 503			2 503	
Obrigações Diversas	0	1 933			1 933	
TOTAL	1 620 478	1 274 027	14 140	16 200	-346 451	2 060

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos.

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA CAIXA ECONÓMICA

Em 2016, para fazer face às necessidades de capital da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), para cumprimento dos respetivos requisitos de solvabilidade, verificou-se um aumento da Participação Financeira no Capital Institucional da CEMG em 270 milhões de euros, a qual passou de 1 500 milhões de euros, em 2015, para 1 770 milhões de euros, no final de 2016.

Durante o ano, a Associação Mutualista também investiu 41,1 milhões de euros em Unidades de Participação do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, elevando para 246,1 milhões de euros o investimento neste tipo de ativo, a que corresponde um total de 284 804 722 Unidades de Participação.

Desta forma, no final de dezembro de 2016, o valor bruto do investimento total no capital da Caixa Económica Montepio Geral (Participação no Capital Institucional + Unidades de Participação) era de 2 016 milhões de euros, sendo o valor líquido de imparidades de 1 666 milhões de euros. O valor da imparidade para a participação na CEMG não sofreu alteração em 2016, mantendo-se nos 350 milhões de euros registados nas contas de 2015, valor que se prevê seja revertido com base na concretização do Plano da CEMG para os próximos anos.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

No quadro da estratégia de reorganização e racionalização das participações de capital, a carteira de Outras Participações Financeiras do MGAM foi objeto das seguintes medidas durante 2016:

- A aquisição, à Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGFP), SA, da participação que esta detinha no capital social da Montepio Seguros – Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), no montante de 1,5 milhões de euros;
- Venda da participação financeira detida no Finibanco Vida – Companhia de Seguros;
- O abate da participação financeira na sociedade Lestinvest, – SGPS, em consequência da sua liquidação (13,2 milhões de euros).

O rendimento proporcionado pelas Participações Financeiras em dividendos foi de 2,3 milhões de euros em 2016, valor superior ao que tinha sido registado no ano anterior (1,7 milhões de euros).

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E DIVIDENDOS

(milhares de euros)

Designação	2015		2016	
	Investimento	%	Dividendos	%
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DE CAPITAL				
Investimentos em Subsidiárias	171 029	49,6	1 546	89,6
Montepio Gestão de Activos	1 331	0,4	1 046	60,6
Residências Montepio, S.A.	1 530	0,4		0,5
Finibanco Vida - Companhia de Seguros	17 665	5,2	500	29,0
Montepio Imóveis	1 505	0,4		0,5
Lestinvest, SGPS	13 195	3,8		0,0
Bolsimo	15 119	4,4		4,8
Leacock	242	0,1		0,1
Montepio Seguros, SGPS	118 850	34,4		120 340
Ace - Montepio Gestão Ativos Imobiliários	1 592	0,5		0,5
Investimentos em Associadas	3 323	1,0	178	10,3
Nebra Energ Renovables	611	0,2		0,2
Novacâmbios	527	0,2	26	1,5
Germont	1 700	0,5		0,5
Sagies	97	0,0		0,0
Silvip	308	0,1	152	8,8
Bem Comum, scr	80	0,0		0,0
Subtotal	174 352	50,5	1 724	100,0
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS/PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES				
Montepio Seguros, SGPS	135 500	39,2		135 500
Bolsimo	35 000	10,1		35 000
Residências Montepio, S.A.	765	0,2		765
Montepio Imóveis	0	0,0		314
Subtotal	171 265	49,6		171 579
TOTAL	345 617	100,0	1 724	100,0
Nota: Exclui o montante de Imparidades constituído e CEMG.				

Em termos de exposição setorial, excluindo o setor bancário, decorrente da participação no capital da Caixa Económica Montepio Geral e, tendo em consideração o investimento efetuado pelo MGAM em cada uma das restantes empresas participadas, observa-se que, em 2016, o setor de seguros e o setor imobiliário continuam a ser os mais representativos face a 2015.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2016, as Propriedades de Investimento apresentaram uma variação anual negativa de 149,5 milhões de euros, decorrente da alienação de um conjunto de imóveis da carteira (terrenos e edifícios), que se traduziram, em termos líquidos, na realização de mais-valias no montante de 48,8 milhões de euros.

Foram também realizadas algumas obras de beneficiação em imóveis, em particular naqueles que estão arrendados a terceiros. Foram igualmente realizados investimentos nas residências Montepio Parede II e Lisboa Entrecampos.

O rendimento líquido de imóveis, apurado em 2016, foi de 58,4 milhões de euros, sendo superior ao registado no ano anterior (24 milhões de euros), devido às mais-valias registadas decorrentes das alienações efetuadas.

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

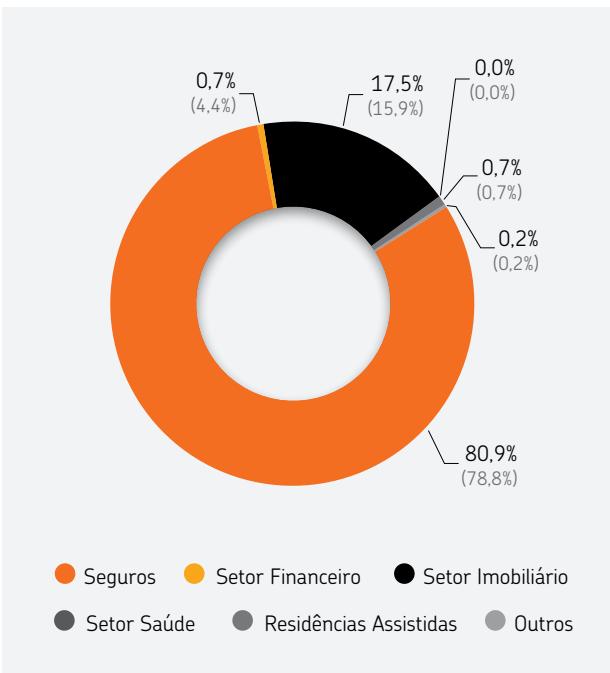
Os ativos de liquidez, referentes a Disponibilidades e, sobretudo, a Aplicações em Instituições de Crédito (depósitos a prazo), aumentaram significativamente em 2016, em +50,5%, elevando a sua representatividade na estrutura do ativo, de 4,3% em 2015, para 6,7% em 2016.

Em 31 de dezembro 2016, estes ativos de liquidez apresentavam um saldo de 251,7 milhões de euros, face a 167,2 milhões de euros observados no ano anterior.

ATIVOS TANGÍVEIS E OUTROS ATIVOS

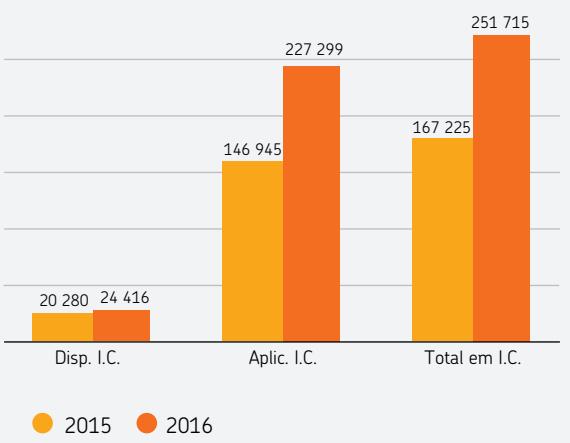
Em termos anuais, a rubrica de Ativos Tangíveis apresentou uma variação de inventário de 2,4 milhões de euros, em consequência, sobretudo, da aquisição de um imóvel (terreno e edifício) no concelho de Silves.

EXPOSIÇÃO SETORIAL DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS 2016 (2015)



DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (I.C.)

(milhares de euros)



A componente de Outros Ativos apresentou uma variação anual pouco significativa (1 milhão de euros) e incorpora, sobretudo, os valores a receber de inquilinos e de associados.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

Realizaram-se 2 269 novos contratos de Empréstimos a Associados em 2016, o que significou uma redução face ao número de contratos realizados em 2015 (2 596 novos contratos), com particular incidência na categoria de empréstimos sobre capitais reembolsáveis das modalidades de capitalização.

Em comparação com o ano anterior, observou-se uma redução do montante de novos empréstimos concedidos em 2,0 milhões de euros, sobretudo, nos empréstimos sobre capitais das modalidades

de capitalização. Em consequência, o valor médio por novo contrato de empréstimo reduziu-se, de 3,2 mil euros para 2,8 mil euros, de 2015 para 2016.

No final de 2016, o montante acumulado de empréstimos concedidos a associados baixou para 6,3 milhões de euros, refletindo um decréscimo, em termos líquidos, de 0,1 milhões de euros.

O valor de empréstimos sobre capitais, sobretudo, devido às subscrições efetuadas nas modalidades de capitalização (Montepio Poupança Complementar e, em particular, Montepio Capital Certo) continuam a ser os mais representativos no total dos empréstimos concedidos, mantendo-se em cerca de 65%.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

	2015	2016	VARIAÇÃO
Designação			(Unidades)
Número de Contratos Novos	2 596	2 269	-327
Sobre Reservas Matemáticas ⁽¹⁾	1 262	1 175	-87
Sobre Capitais	1 334	1 094	-240
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	8 345	6 379	-1 966
Sobre Reservas Matemáticas	2 613	2 494	-119
Sobre Capitais	5 732	3 885	-1 847
			(rácios)
Montante Médio por Contrato Novo	3,2	2,8	-0,4
Sobre Reservas Matemáticas	2,1	2,1	0,0
Sobre Capitais	4,3	3,6	-0,7
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	6 470	6 341	-129
Sobre Reservas Matemáticas	2 142	2 182	40
Juros Corridos	7	7	0
Sobre Capitais	4 308	4 139	-169
Juros Corridos	13	13	0

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis.

11.2 PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

Designação	2015		2016		VARIAÇÃO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES	3 573 371	97,7	3 503 135	98,6	-70 236	-2,0
OUTRAS PROVISÕES	37 014	1,0	5 572	0,2	-31 442	-84,9
PROVISÕES TÉCNICAS	3 468 519	94,9	3 432 800	96,6	-35 719	-1,0
Estatutárias	3 356 870	91,8	3 296 835	92,8	-60 035	-1,8
Rendas Vitalícias	17 032	0,5	17 499	0,5	467	2,7
Rendas Temporárias	658	0,0	672	0,0	14	2,1
Atuariais	93 959	2,6	117 794	3,3	23 835	25,4
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	67 838	2,0	64 763	1,8	-3 075	-4,5
OUTROS PASSIVOS	82 983	2,3	50 281	1,4	-32 702	-39,4
TOTAL	3 656 354	100,0	3 553 416	100,0	-102 938	-2,8

O montante do passivo registou um decréscimo de 2,8%, ou seja, cerca de -102,9 milhões de euros. A redução do volume de responsabilidades das modalidades, designadamente nas modalidades de capitalização, resultou do volume de reembolsos de capitais ocorridos na modalidade Montepio Poupança Complementar e, sobretudo, dos vencimentos verificados em séries da modalidade Montepio Capital Certo, dado que, em 2016, venceram-se 13 séries desta modalidade enquanto, no ano anterior, apenas ocorreram vencimentos de 8 séries.

As provisões técnicas relativas às modalidades atuariais registaram um aumento de 23,8 milhões de euros, resultante do teste de adequação das respetivas responsabilidades face às bases técnicas ajustadas à realidade atual.

A variação observada na rubrica de outros passivos, em 2016, de -32,7 milhões de euros, está diretamente relacionada com a liquidação à Caixa Económica da operação, realizada em dezembro de 2015, de aquisição da participação que esta detinha na Montepio Seguros, SGPS.

CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

Designação	2015		2016		VARIAÇÃO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	238 657	114,9	57 873	30,7	-180 784	-75,8
FUNDOS PRÓPRIOS	138 371	66,6	28 279	15,0	-110 092	-79,6
Fundo de Administração	374	0,2	395	0,2	21	5,6
Fundo Solidariedade Associativa	68 001	32,7	6 643	3,5	-61 358	-90,2
Fundo para Bolsas de Estudo	1 093	0,5	934	0,5	-159	-14,5
Fundo Montepio Proteção Encargos	68 580	33,0	20 005	10,6	-48 575	-70,8
Fundo Serv. Clínicos-Montepio Egitaliense	323	0,2	302	0,2	-21	-6,5
EXCEDENTES TÉCNICOS	100 286	48,3	29 594	15,7	-70 692	-70,5
RESERVAS	362 180	174,3	123 223	65,4	-238 957	-66,0
Reservas de Justo Valor	2 587	1,3	-2 970	-1,6	-5 557	-214,8
Reservas Legais	252 815	121,6	123 102	65,3	-129 713	-51,3
Outras Reservas	106 778	51,4	3 091	1,6	-103 687	-97,1
RESULTADOS LÍQUIDOS	-393 120	-189,3	7 360	3,9	400 480	101,9
TOTAL	207 717	100,0	188 456	100,0	-19 261	-9,3
TOTAL EXCLUINDO IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS	674 266	-	617 458,0	-	-56 808	-8,4

A evolução dos Capitais Próprios, em 2016, teve subjacente a incorporação, nas rubricas de Fundos Próprios e de Reservas, dos resultados líquidos negativos do ano anterior, motivados, essencialmente, pela constituição de imparidades para as participações financeiras no capital da Caixa Económica e da Montepio Seguros, SGPS.

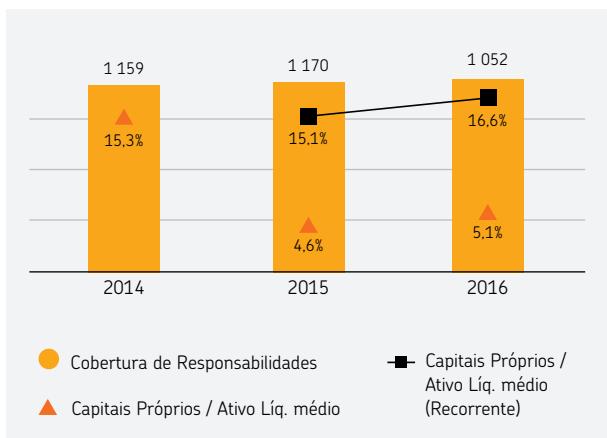
A evolução das Reservas de Justo Valor reflete a desvalorização da cotação de mercado dos títulos em carteira, tendo registado uma diminuição de 5,6 milhões de euros.

Em 2016, é de assinalar a significativa melhoria do resultado líquido do exercício, no montante de 7,4 milhões de euros, relativamente ao observado no ano anterior (-393,1 milhões de euros).

No que concerne aos níveis de solidez financeira, destacam-se as melhorias do rácio dos capitais próprios sobre o ativo líquido médio, que passou de 4,6% para 5,1%, bem como do rácio dos capitais próprios sobre o ativo líquido médio, sem incluir o efeito das provisões e imparidades (rácio recorrente), de 15,1%, em 2015, para 16,6%, em 2016. O rácio de cobertura das responsabilidades (fundos, reservas

e provisões matemáticas sobre provisões para riscos e encargos), embora tenha registado uma redução em 2016, por efeito da incorporação dos resultados negativos de 2015, mantém-se superior a 1, continuando a refletir a capacidade da Associação Mutualista honrar os seus compromissos.

NÍVEIS DE SOLIDEZ FINANCEIRA

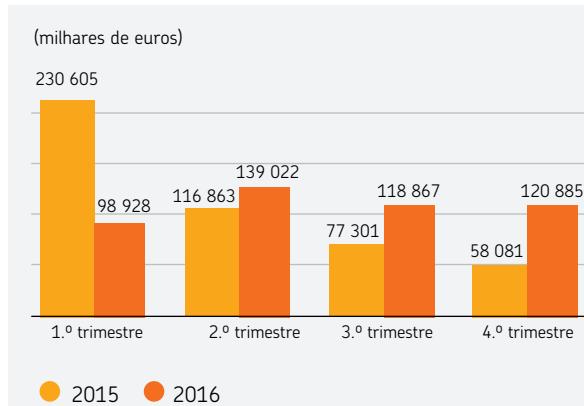


11.3 RECEITAS ASSOCIATIVAS

A partir do primeiro trimestre de 2016, os fluxos de receitas associativas retomaram a tendência de evolução trimestral positiva, em linha com a tendência evolutiva da base de associados e das subscrições de modalidades. Verificaram-se, assim, crescimentos do fluxo de receitas associativas no segundo, no terceiro e no quarto trimestres de 2016, por comparação com os trimestres homólogos de 2015.

Em termos do montante acumulado de Receitas Associativas, o ano de 2016 terminou com um valor de 477,7 milhões de euros, face a 482,8 milhões de euros, em 2015, o que significou um ligeiro decréscimo, de 1,1%.

FLUXO TRIMESTRAL DE RECEITAS ASSOCIATIVAS



EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (QUOTIZAÇÕES E CAPITAIS POR MODALIDADES)

(milhares de euros)

	2015	2016	VARIAÇÃO	
Modalidades	Valor	Valor	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	11 658	11 600	-58	-0,5
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	470 935	465 688	-5 247	-1,1
2.1. Montepio Poupança Complementar	225 219	121 099	-104 120	-46,2
2.2. Montepio Poupança de Reforma	4 686	4 324	-362	-7,7
2.3. Montepio Capital Certo	140 910	246 212	105 302	74,7
2.4 Outras Modalidades	100 120	94 053	-6 067	-6,1
Das quais:				
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	19 226	16 200	-3 026	-15,7
Montepio Proteção 5 em 5	49 513	47 111	-2 402	-4,9
Montepio Proteção Encargos ⁽¹⁾	23 582	23 876	294	1,0
Montepio Proteção 18-30	3 936	3 444	-492	-12,5
Capitais para Jovens	1 435	1 170	-265	-18,5
Montepio Pensões de Reforma	944	904	-40	-4,2
Outras	1 484	1 348	-136	-9,2
3. MODALIDADES COLETIVAS	254	414	160	63,0
5. TOTAL (1) + (2) + (3)	482 847	477 702	-5 145	-1,1

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.

⁽¹⁾ Engloba as modalidades "Proteção Crédito à Habitação", "Proteção Crédito Individual" e "Proteção Outros Encargos".

A ligeira redução verificada no montante acumulado anual de receitas associativas, em 2016, teve por base a redução do valor das quotizações nas modalidades de previdência (em particular, nas modalidades Montepio Proteção 5 em 5 e Capitais de Previdência Diferidos com Opção), devido à diminuição do montante de liberações realizadas pelos associados (35,3 milhões de euros, em 2015,

e 30,8 milhões de euros, em 2016), sendo que a diminuição dos capitais recebidos na modalidade Montepio Poupança Complementar foi compensada pelo volume de capitais recebidos na subscrição da modalidade Montepio Capital Certo, para o qual contribuiu a emissão de um maior número de séries desta modalidade (nove, em 2015, e, vinte e uma, em 2016).

11.4 BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

O montante total de benefícios vencidos e de reembolsos foi de 606 milhões de euros, em 2016, que compara com os 1 068 milhões de euros registados em 2015, evidenciando uma redução de 462 milhões de euros, ou seja, de -43,3%.

Para esta evolução contribuiu, decisivamente, a diminuição dos reembolsos das modalidades de capitalização, no montante de 509 milhões de euros, em 2016, face a 967 milhões de euros em 2015,

significando uma redução de 47,3%. Assinalam-se reduções, de 245 milhões de euros de reembolsos na modalidade Montepio Poupança Complementar e de 207 milhões de euros na modalidade Montepio Capital Certo, esta última, influenciada pelo vencimento de treze séries em 2016. Relativamente às modalidades de previdência importa salientar, o aumento dos capitais vencidos, sobretudo, por via do vencimento programado de frações de capital.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

Designação	2015		2016		VARIAÇÃO	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	8 194	10 693	8 349	11 032	339	3,2
Valores Subscritos	8 194	6 381	8 349	6 719	338	5,3
Subvenções e Melhorias		4 312		4 313	1	0,0
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	33 979	48 765	44 765	57 389	8 624	17,7
Valores Subscritos	33 979	47 350	44 765	56 220	8 870	18,7
Subvenções e Melhorias		1 415		1 169	-246	-17,4
REEMBOLSOS	188 109	966 825	133 950	509 069	-457 756	-47,3
OUTROS CUSTOS	20 615	41 968	16 818	28 474	-13 494	-32,2
TOTAL	250 897	1 068 251	203 882	605 964	-462 287	-43,3

Nota: Excluem-se os capitais pagos de Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias, uma vez que estes produtos não são considerados modalidades associativas.

A variação observada nos Outros Custos, de -13 milhões de euros (-32,2%), deveu-se à diminuição dos pedidos de restituições por quotas e de cessões de direitos solicitados pelos associados.

Em termos administrativos, observou-se, em 2016, relativamente ao ano anterior, uma diminuição do número de processos relacionados com reembolsos de capital, nomeadamente, nas modalidades de capitalização. Na sequência da redução do volume de reembolsos observou-se, também, uma diminuição do número de processos de reembolso, que foi transversal à generalidade das modalidades (Montepio Poupança Complementar, Montepio Poupança Reforma e, também, Montepio Capital Certo).

De acordo com as propostas aprovadas pela Assembleia Geral de 31 de março de 2016, na base do Artigo 18.º dos Estatutos do MGAM e do Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas e atendendo, também, às taxas técnicas de juro das Modalidades de Previdência que são utilizadas na capitalização das suas responsabilidades (3%, 4% e 6%) não foram atribuídas, em 2016, melhorias de benefícios a estas modalidades (em 2015, tinham sido atribuídas melhorias de benefícios de 0,1% às Modalidades de Previdência com taxa técnica de 3%).

Relativamente às Modalidades de Capitalização, excetuando a modalidade Montepio Capital Certo, foi distribuída, em 2016, uma taxa de rendimento global de 1,50%, composta pelas seguintes componentes:

- Taxa de Rendimento Anual Mínimo (0,0%);
- Taxa de Rendimento Anual Complementar (1,50%).

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Em 2016, observou-se um aumento do montante total de capitais recebidos em Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias, e, também, uma redução dos capitais que foram pagos ao longo do ano. Os capitais recebidos em rendas totalizaram 1 633 milhares de euros, em 2016, que compara com 1 119 milhares de euros em 2015, enquanto os capitais pagos passaram de 2 329 milhares de euros para 2 263 milhares de euros, de 2015 para 2016.

No final de 2016, encontravam-se registados 420 rendistas e contabilizadas 707 rendas vitalícias (imediatas, diferidas e a termos certos), das quais 32 rendas referiam-se a novas rendas constituídas durante o ano.

Relativamente à subscrição de Rendas Temporárias (imediatas e a termos certos) foram constituídas, em 2016, mais duas rendas do que em 2015, tendo o montante de capitais recebidos totalizado 94 mil euros. No final do ano, encontravam-se registados 21 rendistas e contabilizadas 18 rendas temporárias.

De acordo com o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do MGAM e atendendo, também, à taxa técnica de juro das rendas vitalícias e das rendas temporárias (3%, 4% e 6%), utilizada na capitalização das suas responsabilidades, não foram atualizadas, em 2016, as rendas vitalícias e as rendas temporárias (em 2015, estas rendas tinham sido atualizadas em 0,1%).

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

RUBRICAS	CAPITAIS RECEBIDOS (M€)		CAPITAIS PAGOS (M€)		NÚMERO TOTAL DE RENDAS	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Rendas Vitalícias	989	1 539	2 267	2 191	712	707
Rendas Temporárias	130	94	63	72	16	18
TOTAL	1 119	1 633	2 329	2 263	728	725

11.5 RESULTADOS

Em 2016, observou-se uma melhoria expressiva da Margem da Atividade Associativa, em +448,9 milhões de euros (+78,6%), a qual atingiu -122,4 milhões de euros, face a -571,4 milhões de euros em 2015. Para esta melhoria contribuiu a retoma da dinâmica da atividade, a partir do 1.º trimestre do ano, e a diminuição dos montantes reembolsados nas modalidades de capitalização.

A variação das Provisões Técnicas em 2016, de 59,1 milhões de euros, foi bastante inferior à de 2015 (-89,0%), devido ao menor montante de reversão de reservas matemáticas por via dos reembolsos,

de 634,4 milhões de euros (-40,4%), valor que excedeu o montante da constituição de reservas (575,4 milhões de euros).

A evolução do montante de Juros e de Rendimentos Similares (-29,7%) está relacionada com a diminuição da Carteira de Títulos e com a persistência do historicamente baixo nível das taxas de juro de mercado, que se situaram em valores negativos ao longo do ano de 2016.

Registou-se igualmente uma redução dos Gastos Gerais Administrativos, no valor de 14,8 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Designação	(milhares de euros)			
	2015	2016	VARIAÇÃO	
	Valor	Valor	Valor	%
Proveitos Inerentes a Associados	499 219	485 861	-13 358	-2,7
Custos Inerentes a Associados	-1 070 581	-608 227	462 354	43,2
1. Margem da Atividade Associativa	-571 362	-122 366	448 996	78,6
Reversão de Reservas Matemáticas	1 064 750	634 412	-430 338	-40,4
Constituição de Reservas Matemáticas	-525 957	-575 356	-49 399	-9,4
2. Variação de Provisões Técnicas	538 792	59 056	-479 736	-89,0
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	1 859	2 774	915	49,2
Outros Rendimentos e Ganhos	27 111	67 776	40 665	150,0
Outros Gastos e Perdas	-6 829	-14 810	-7 981	-116,9
4. Outros Resultados de Exploração	20 282	52 966	32 684	161,1
5. Juros e Rendimentos Similares	88 123	61 937	-26 186	-29,7
6. Juros e Encargos Similares	-533	-492	41	7,7
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de Resultados	-4 269	2 715	6 984	163,6
8. Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	13 096	-1 394	-14 490	-110,6
9. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	-2 725	-6 623	-3 898	-143,0
10. Custos com o Pessoal	-3 385	-4 450	-1 065	-31,5
11. Gastos Gerais Administrativos	-43 098	-28 343	14 755	34,2
12. Amortização do Exercício	-363	-419	-56	-15,4
RESULTADO OPERACIONAL	36 417	15 361	-21 056	-57,8
13. Imparidades e Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-429 537	-8 001	421 536	98,1
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-393 120	7 360	400 480	101,9

O Resultado Líquido do Exercício voltou, em 2016, a ser positivo. O valor registado foi de 7,4 milhões de euros, contrastando com o resultado expressivamente negativo em 2015 (-393,1 milhões de euros), sobretudo devido ao reconhecimento de imparidades em participações financeiras (em que a CEMG assumiu um peso expressivo).

Foram constituídas imparidades para as empresas participadas no montante de 39,9 milhões de euros em 2016, das quais 32,8 milhões de euros referentes à Lestinvest (que foi liquidada), valor que foi compensado pela reversão ocorrida na rubrica de provisões. É de salientar que, resultante das avaliações efetuadas, a imparidade constituída para a participação no capital da Caixa Económica Montepio Geral não registou alteração em 2016, tendo sido ligeiramente reforçada a imparidade da Montepio Seguros, SGPS.

	(milhares de euros)	
	2015	2016
1. RESULTADO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO	36 417	15 361
2. IMPACTO COM PROVISÕES E IMPARIDADES	-429 537	-8 001
das quais:		
2.1. Imparidades das Participadas:		
. Caixa Económica Montepio Geral	-409 563	-39 936
. Montepio Seguros	-350 000	0
. Lestinvest	-63 176	-6 124
. Bolsimo	3 488	0
. Germont	123	-652
. Montepio Imóveis		-314
. Outros	2	-6
2.2. Outras Provisões Líquidas	-19 974	31 935
3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (CONTABILÍSTICO) (3=1+2)	-393 120	7 360

12

PROPOSTAS

12.1 PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas modalidades apresentaram, no exercício de 2016, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59.º), “quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral”, propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades de capitalização, por via do recurso à sua Reserva de Estabilização de Resultados, no montante de 207 017,20 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 4 654 637,07 euros;

- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo de Benefício Solidariedade Associativa e do Fundo Montepio Egadianense, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 472 863,62 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 64 609 530,83 euros.

RESERVAS DE ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS

(euros)

Reservas de Estabilização de Resultados

(O existente nas respetivas Reservas de Estabilização de Resultados para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Modalidades Coletivas

Capitais Coletivos	207 017,20	207 017,20
SUBTOTAL RESERVA DE ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS		

FUNDO PERMANENTE DA RESPECTIVA MODALIDADE

(euros)

Excedentes Técnicos

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2008_2016 1.ª Série)	12 389,54
Montepio Capital Certo Rendimento Escolar (Série 2010_2024)	90 317,84
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1.ª Série)	375 398,98
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 4.ª Série)	43 062,66
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 5.ª Série)	179 926,09
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 7.ª Série)	212 074,91
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 8.ª Série)	64 108,27
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 9.ª Série)	146 195,40
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 10.ª Série)	94 011,64
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 11.ª Série)	111 881,37
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 1.ª Série)	22 595,88
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 1.ª Série)	58 618,74
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 10.ª Série)	121 162,49
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 5.ª Série)	34 545,27
Capitais de Previdência - 4%	540 161,94
Subsídio por Morte - 4%	17 497,98
Parcial - 1	2 123 949,00

FUNDO PERMANENTE DA RESPECTIVA MODALIDADE (CONTINUAÇÃO)

(euros)

Excedentes Técnicos (continuação)

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2009_2017 1.ª Série)	36 040,66
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 1.ª Série)	41 177,22
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 2.ª Série)	65 114,65
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 6.ª Série)	323 424,57
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 3.ª Série)	16 037,75
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 3.ª Série)	45 553,69
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 1.ª Série)	68 596,75
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 2.ª Série)	42 620,26
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2.ª Série)	262 848,52
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 3.ª Série)	253 694,14
Montepio Poupança Familiar (Série 2013_2018 1.ª Série)	27 391,95
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 5.ª Série)	301 783,17
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2.ª Série)	40 344,13
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 11.ª Série)	797 973,39
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 1.ª Série)	149 427,29
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 3.ª Série)	58 659,93
Parcial - 2	2 530 688,07

SUBTOTAL - FUNDO PERMANENTE**4 654 637,07**

FUNDO PRÓPRIO DO RESPECTIVO FUNDO AUTÓNOMO E DAS MODALIDADES

(euros)

Fundo Próprio

(O existente no respetivo Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Fundos Autónomos	
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	466 953,73
Fundo Montepio Egitaliense	5 909,89
SUBTOTAL - FUNDO PRÓPRIO	472 863,62

FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Montepio Capital Certo (Série 2009_2017 1.ª Série)	593,05
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1.ª Série)	367 024,24
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 1.ª Série)	320 252,33
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 2.ª Série)	468 825,34
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 6.ª Série)	320,02
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 3.ª Série)	219 044,06
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2.ª Série)	1 468 968,97
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 3.ª Série)	92 588,27
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4.ª Série)	620 150,42
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 5.ª Série)	1 405 642,63
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6.ª Série)	731 781,47
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7.ª Série)	772 187,76
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 8.ª Série)	161 516,24
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 3.ª Série)	172 637,51
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 9.ª Série)	3 914 249,55
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10.ª Série)	521 787,97
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 1.ª Série)	534 607,99
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 11.ª Série)	84 785,29
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 2.ª Série)	49 496,18
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 12.ª Série)	124 725,34
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1.ª Série)	730 221,89
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2.ª Série)	139 282,60
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 3.ª Série)	369 681,53
Montepio Poupança Familiar (Série 2013_2018 1.ª Série)	186 721,71
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 5.ª Série)	357 672,16
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2.ª Série)	27 600,73
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 11.ª Série)	1 638,85
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 1.ª Série)	75 515,57
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 3.ª Série)	158 637,45
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 8.ª Série)	196 023,95
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 10.ª Série)	729 408,24
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 11.ª Série)	781 356,68
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 1.ª Série)	3 787 092,41
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 2.ª Série)	89 312,39
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 5.ª Série)	167 680,20
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 8.ª Série)	19 669,49
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 1.ª Série)	466 976,52
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 2.ª Série)	3 679 598,24
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 3.ª Série)	1 051 146,43
Parcial - 1	25 046 421,67

FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)	
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 4.ª Série)	965 805,47
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 5.ª Série)	781 874,38
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 2.ª Série)	370,68
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 6.ª Série)	304 739,85
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 7.ª Série)	561 620,17
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 4.ª Série)	2 003,30
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 8.ª Série)	844 039,39
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 5.ª Série)	1 036,07
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 9.ª Série)	186 605,04
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 6.ª Série)	11 015,75
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 10.ª Série)	451 278,49
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 7.ª Série)	10 324,27
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 11.ª Série)	611 962,55
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	68,87
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 12.ª Série)	770 931,94
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	15 994,76
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	750 490,77
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	1 310 400,50
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	14 823 925,10
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3 339 561,34
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	181 357,04
Rendas Temporárias - 3%	27 181,32
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	7 011 750,73
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	3 845 396,57
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	1 254 198,56
Capitais para Estudos - 4%	114 017,07
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	1 385 159,18
Parcial - 2	39 563 109,16
SUBTOTAL - FUNDO DE RESERVA	64 609 530,83

12.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 207 017,20 euros da Reserva de Estabilização de Resultados para cobertura dos Fundos Disponíveis de algumas modalidades de capitalização;
- A transferência de 4 654 637,07 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;
- A transferência de 472 863,62 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis dos Fundos Autónomos;

- A transferência de 64 609 530,83 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias e Outros Fundos no montante total de 7 359 801,04 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 77 303 849,76 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

- Reposição do Fundo de Reserva Geral dos valores utilizados, em anos anteriores, para completar os Fundos Disponíveis negativos, no cumprimento do n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral - Associação Mutualista

Modalidades Individuais

Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 1.ª Série)	625 590,97
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 2.ª Série)	681 246,40
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 3.ª Série)	457 064,96
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 12.ª Série)	111 124,97
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 1.ª Série)	139 924,94
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4.ª Série)	3 975,67
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6.ª Série)	158 618,21
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7.ª Série)	97 103,53
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8.ª Série)	159 712,62
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9.ª Série)	218 134,71
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12.ª Série)	16 989,16
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4.ª Série)	7 938,55
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7.ª Série)	91 981,25
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 9.ª Série)	64 757,80
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 12.ª Série)	7 941,47
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 3.ª Série)	29 125,59
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 4.ª Série)	2 414 898,96
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 7.ª Série)	20 725,65
SUBTOTAL_REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL	5 306 855,41

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

- Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:

- Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (55% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis) 4 876 813,60

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Crédito à Habitação	7 203 919,80
Montepio Proteção Outros Encargos	1 081 121,28
Montepio Proteção Crédito Individual	3 955,12

- Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Vida - 3%	3 738,22
Montepio Proteção Invalidez - 3%	32,45
Capitais de Garantia	3 909,26
Quotas para Invalidez - Modalidades Coletivas	34,43
Parcial - 1	7 714,36

13 173 524,16

PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL

(euros)

Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas - 3%	4 105,82
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	153,39
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	60,99
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	5 593,49
Capitais para Jovens - 4%	63 894,89
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	6 018,97
Pensões para Deficientes - 4%	217,98
Capital Temporário de Invalidez - 4%	469,11
Rendas de Sobrevivência - 4%	3 200,17
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	370,41
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	123,81
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	101,52
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4 %	208,95
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	217,06
Montepio Poupança Reforma	103 230,28
Montepio Poupança Complementar	2 343 694,64
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 1.ª Série)	0,89
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 2.ª Série)	779,84
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 7.ª Série)	0,24
Montepio Rendimento Escolar (Série 2010_2025)	65,80
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 8.ª Série)	0,23
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 1.ª Série)	10 800,43
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 2.ª Série)	28 411,28
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 3.ª Série)	2 203,69
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 4.ª Série)	108,70
Montepio Rendimento Escolar (Série 2011_2026)	69,27
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 2.ª Série)	1 079,52
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7.ª Série)	458,27
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 2.ª Série)	5 666,23
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4.ª Série)	2 564,97
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 6.ª Série)	143,06
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7.ª Série)	3 508,29
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 6.ª Série)	544,67
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 9.ª Série)	394,25
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 1.ª Série)	49,17
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 3.ª Série)	19,18
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 8.ª Série)	81,67
Fundos Diversos	
Fundo Bolsas de Estudos	3 294,77
Parcial - 2	2 591 905,90

PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS DAS RESPECTIVAS MODALIDADES E OUTROS FUNDOS

(euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

Modalidades de Capitalização

Modalidades Individuais

Montepio Poupança Complementar	44 530 198,25
Capitais de Garantia	74 275,98
Montepio Poupança Reforma	1 961 375,28
Montepio Capital Certo	1 082 043,84
Quota para Invalidez - Modalidades Coletivas	654,25 47 648 547,60
Fundo de Administração	56 872,62
Fundo Bolsas de Estudo	62 600,59
Montepio Proteção Crédito à Habitação	5 894 116,20
Montepio Proteção Outros Encargos	884 553,77
Montepio Proteção Crédito Individual	3 236,00
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS	54 549 926,78

PARA OS FUNDOS PERMANENTES DAS RESPECTIVAS MODALIDADES E RENDAS

(euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

Excedentes Técnicos

Montepio Proteção Vida - 3%	71 026,22
Montepio Proteção Invalidez - 3%	616,56
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas - 3%	78 010,57
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	2 914,50
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	1 158,82
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	106 276,25
Capitais para Jovens - 4%	1 214 003,00
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	114 360,48
Pensões para Deficientes - 4%	4 141,67
Capital Temporário de Invalidez - 4%	8 913,14
Rendas de Sobrevivência - 4%	60 803,20
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	7 037,70
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	2 352,33
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	1 928,90
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4 %	3 970,13
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	4 124,04
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PERMANENTES	1 681 637,51
TOTAL	77 303 849,76

12.3 PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DO VALOR DOS EXCEDENTES TÉCNICOS DAS SÉRIES ENCERRADAS DA MODALIDADE MONTEPIO CAPITAL CERTO

Por encerramento das séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2010 e vencidas no ano de 2015, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries, **propõe-se** a transferência dos seguintes valores para o Fundo de Reserva Geral:

	(euros)
Para o Fundo de Reserva Geral	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 1.ª Série)	18 198,20
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 2.ª Série)	30 101,19
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 3.ª Série)	14 789,18
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 4.ª Série)	17 448,73
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 5.ª Série)	9 659,31
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 6.ª Série)	9 877,51
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 7.ª Série)	12 190,21
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 8.ª Série)	11 287,14
TOTAL	123 551,47

12.4 PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, **propõe-se** que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2016:

MODALIDADES	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,887
Montepio Poupança Reforma	0,887
Montepio Coletivas	0,887
Montepio Capital Certo	0,750
Modalidades Montepio de Proteção Encargos	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,350

12.5 ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que não sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de dezembro de 2016).

PROPOSTAS

12.6 EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2015 não sofram qualquer atualização.

12.7 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Tendo em consideração os valores acumulados na Reserva de Estabilização de Resultados de cada uma das Modalidades Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, propõe-se:

- que a atribuição do rendimento anual complementar seja efetuada de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 1,00%.

	(%)
Montepio Poupança Reforma	1,00
Montepio Poupança Complementar	1,00
Capitais Coletivos	1,00

De forma a atribuir-se uma taxa global de rendibilidade de 1,00% à modalidade coletiva “Capitais Coletivos”, prevê-se a necessidade de um recurso financeiro extraordinário de 83,4 mil euros que será coberto pela Reserva de Estabilização de Resultados acumulada da própria modalidade.

12.8 PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral Associação Mutualista em 1995, possa dar satisfação aos seus fins estatutários, prosseguindo a sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada

e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1 000 000,00 euros.

13

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS
EMPRESAS DO GRUPO
MONTEPIO

13. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO

Apresentam-se, neste capítulo, os principais destaques sobre a atividade e o desempenho, em 2016, das empresas estratégicas do Grupo Montepio, nas quais a Associação Mutualista é detentora, diretamente, da maior parte ou da totalidade do capital, bem como do controlo da gestão.

SETOR BANCÁRIO

O Grupo Montepio desenvolve a atividade bancária através da sua principal entidade - Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) e de um conjunto de entidades, nas quais a CEMG detém participações maioritárias e o domínio da gestão, consolidando, por isso, as suas contas (Montepio Geral Cabo Verde e Montepio Holding-SGPS que congrega o Finibanco Angola, S.A., o Banco Terra, S.A., em Moçambique, o Montepio Investimento, S.A., o Montepio Crédito, S.A. e o Montepio Valor, S.A.).

A atividade da CEMG e do seu grupo, em 2016, continuou condicionada pela fragilidade da situação económica e financeira das empresas e das famílias, pela persistência de elevados fatores de risco, pelos baixos níveis das taxas de juro, com a Euribor a atingir valores negativos em todos os prazos, e por crescentes exigências de liquidez e de capital.

É de referir que o setor bancário tem vivido um dos piores períodos da sua história recente, estando perante desafios extraordinários, de grande amplitude, não só decorrentes da conjuntura muito desfavorável, como das novas exigências de Basileia III e da construção da União Bancária, agudizados pelos efeitos colaterais dos eventos extraordinários, ocorridos algumas instituições, que têm alimentado a crise de confiança, na qual se alicerça a atividade.

O desempenho da CEMG em 2016 continuou a refletir os efeitos da desalavancagem do balanço, em ativos não fundamentais e não geradores de rendimento, mas, também, no ajustamento da dimensão

da carteira de crédito ao financiamento por recursos de clientes e redução do BCE, conduzindo a uma redução dos ativos ajustados pelo risco, para efeitos de reforço dos rácios de capital e de melhoria dos níveis de liquidez.

Contrariando este quadro adverso, o desempenho do Grupo CEMG beneficiou da aplicação de uma rigorosa política de *repricing* e da redução da dívida emitida, ao ser substituída por fontes de financiamento menos onerosas. Em consequência, a margem financeira registou um expressivo crescimento homólogo, de 10,3%, até final de setembro 2016, e o produto bancário comercial apresentou um acréscimo de 4,9% face ao período homólogo.

Desta forma, o resultado consolidado do exercício da CEMG foi de -67,5 milhões de euros, em setembro 2016, perspetivando-se que continue negativo no acumulado do ano de 2016, não obstante no 3.º trimestre do ano se tenha observado a inversão da tendência recente de resultados trimestrais negativos, com um resultado líquido do terceiro trimestre positivo, no valor de 144 milhares de euros.

SETOR SEGURADOR E DE FUNDOS DE PENSÕES

No final do ano de 2016, a produção de seguro direto das empresas de seguros⁽¹⁾ fixou-se em 10,8 mil milhões de euros, o que representou um decréscimo, em termos homólogos, de 14,4%. Esta evolução reflete, essencialmente, a expressiva redução da produção registada pelo Ramo Vida, que contraiu 23,3%, no ano.

O Grupo Montepio agrupa as entidades dedicadas à atividade seguradora na *holding* Montepio Seguros SGPS, SA, que detém participações maioritárias na Lusitania, Companhia de Seguros, operadora no mercado de Seguros Não Vida, N Seguros, seguradora não vida dedicada ao ramo automóvel através de canais à distância e a Lusitania Vida, entidade do Grupo dedicada ao segmento de Seguros Vida.

⁽¹⁾ Fonte dos dados setoriais: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (valores provisórios).

ATIVIDADE DE SEGUROS NÃO VIDA

Esta atividade é desenvolvida pela Lusitania, Companhia de Seguros, SA e pela N Seguros, SA.

Em 2016, a produção de seguro direto da Lusitania, Companhia de Seguros cresceu marginalmente, 0,2%, tendo-se situado em 185,1 milhões de euros, no final do ano. O crescimento residual reflete as perdas significativas no ramo Transportes, na modalidade Acidentes Pessoais e no ramo Automóvel, que foram compensados por crescimentos nas modalidades Acidentes de trabalho (7,4%), Doença (2,8%) e no ramo Responsabilidade Civil (9,5%). A quota de mercado global observou uma diminuição de 0,2 p.p., tendo-se fixado, no final de 2016, em 4,4%. Os custos com sinistros cifraram-se em 124,0 milhões de euros, diminuindo 6,5%, face a igual período do ano anterior. O efeito combinado destas duas variáveis, Prémios de Seguro Direto e Custos com Sinistros, contribuiu para a melhoria da taxa de sinistralidade, em 5,2 p.p., que se situou em 67,0% no final do ano de 2016.

O resultado líquido do exercício registou uma melhoria considerável, continuando no entanto a ser negativo, no montante de 3,7 milhões de euros (valor provisório).

A N Seguros, SA opera no mercado dos seguros diretos em Portugal desde fevereiro de 2008 e define a sua atuação por um forte investimento em plataformas tecnológicas orientadas para o apoio ao cliente e para a subscrição direta de seguros.

Com uma oferta abrangente, a N Seguros aposta na segmentação e na personalização dos seus produtos dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Saúde. No ano de 2016, a produção de seguro direto da N Seguros registou um aumento de 1,5%, situando-se em 12,0 milhões de euros, em dezembro. Para esta evolução contribuiu o crescimento homólogo, de 1,2%, do principal segmento da Companhia, o Ramo Automóvel.

Os custos com sinistros aumentaram 20,0% no ano, e a taxa de sinistralidade registou um agravamento, em 11,8 p.p., que se fixou em 79,9%, no final do ano de 2016.

O resultado líquido do exercício agravou-se em 2016, para 2,4 milhões de euros negativos, quando em 2015 se tinha fixado em -1,2 milhões de euros (valores provisórios).

ATIVIDADE DE SEGUROS VIDA

Esta área de negócio é desenvolvida pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR.

A Lusitania Vida complementa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária, nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania, Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

Num ano em que o mercado vida registou uma forte contração de 23%, a produção de seguro direto da Lusitania Vida registou um crescimento assinalável, de 17,0%, atingindo um valor de 162,2 milhões de euros, no final do ano.

Esta evolução favorável permitiu a recuperação da quota de mercado, no final de dezembro de 2016, que aumentou de 1,65% para 2,40%.

Os custos com sinistros cifraram-se em 119,3 milhões de euros, no ano de 2016, o que corresponde a uma redução de 41,5% face ao registado em igual período do ano anterior.

A Lusitania Vida obteve um resultado líquido do exercício de 2,9 milhões de euros, em 2016 (valor provisório), que compara com 3,5 milhões de euros, em 2015.

FUNDOS DE PENSÕES

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares.

Os ativos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro registaram um crescimento de 6,0%, ascendendo a 1 468 milhões de euros, em dezembro de 2016. No final do ano, a quota da Futuro no mercado de fundos de pensões português era de 8,0%, valor que compara com 7,7%, em dezembro de 2015.

Em 2016, o valor dos serviços prestados registou uma redução de 20%, situando-se em 6,9 milhões de euros, e o resultado líquido do exercício (provisório) ascendeu a 0,5 milhões de euros.

GESTÃO DE ATIVOS

A Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA é a entidade do Grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Em 2016, o negócio Gestão Discricionária de Carteiras da sociedade gestora Montepio Gestão de Ativos registou um montante total de 1 538 milhões de euros em ativos sob gestão, traduzindo o crescimento de 5% face a 2015. A quota de mercado é de 2,48%, que representa uma subida face a 2015 (2,23%).

Na componente Fundos de Investimento Mobiliário, o montante de ativos sob gestão registou 177 milhões de euros no final de dezembro, o que corresponde a uma quebra de 19% face a 2015. A quota de mercado é de 1,60%, que representa uma quebra de 0,24 pp face a 2015.

Como resultado, no final de 2016 a Montepio Gestão de Ativos tinha sob gestão um montante total de 1 715 milhões de euros, que se traduz no crescimento de 1,9% face a 2015.

O produto bancário gerado no exercício de 2016 foi de 2,0 milhões de euros, o que representa uma variação homóloga negativa de 42,4%. Os Gastos Operacionais registaram comportamento positivo, com uma redução de 1,1%, situando-se em 1,6 milhões de euros. O resultado líquido do exercício (provisório) regista uma variação negativa face a 2015 de 79,2%, situando-se em 0,31 milhões de euros.

SERVIÇOS DE SAÚDE E GESTÃO DE CENTROS RESIDENCIAIS

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. é a entidade do Grupo Montepio vocacionada para a prestação de serviços nesta área, orientados em especial para o segmento sénior. A sua atividade centra-se na gestão de centros residenciais, em Portugal, que incluem residências geriátricas, residências assistidas e serviços pessoais ao domicílio.

Em 2016, a Residências Montepio dispunha de seis residências em funcionamento, situadas no Porto, em Gaia, em Coimbra, na Parede, no Montijo e em Lisboa (Parque das Nações).

As taxas de ocupação médias das residências, no ano de 2016, mantiveram-se em níveis bastante elevados e próximos dos 100% na generalidade das residências.

Na atividade de cuidados continuados mantiveram-se os índices de faturação em 100% das capacidades disponíveis nas residências de Gaia, Coimbra e Montijo, sendo a ocupação efetiva significativamente acima dos 85% em todas as tipologias e mesmo muito próxima dos 100% nas tipologias de média duração e recuperação e de longa duração e manutenção.

Os proveitos da empresa fixaram-se em 19,1 milhões de euros, no final do ano, sensivelmente em linha com o valor atingido em 2015, e o resultado líquido do exercício (provisório) foi negativo em 0,1 milhões de euros.

No início de 2017 iniciou a sua atividade a nova residência, Parede II, que acrescentou uma capacidade de oferta de mais 93 camas, das quais 64 convencionadas para cuidados continuados e 29 para residência assistida – privados.

De referir que a unidade de Lisboa-Entrecampos se encontra em fase final de licenciamento, havendo a perspetiva de que o início da sua construção ocorra ainda no 1.º semestre do ano.

Expressão do reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pelas Residências Montepio e da notoriedade alcançada, são as aprovações recebidas dos serviços de inspeção da Segurança Social e Administrações Regionais de Saúde e a obtenção, mais uma vez, do prémio "Escolha Sénior", no ano de 2016, na categoria de residências sénior, resultante da avaliação e escolha da marca mais prestigiada em estudo desenvolvido pela *Consumers Choice* – Centro de Avaliação de Satisfação do Consumidor.

14

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS,
NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(valores expressos em milhares de euros)

	NOTAS	2016	2015
Ativo			
Disponibilidades em instituições de crédito	16	24 416	20 280
Aplicações em instituições de crédito	17	227 299	146 945
Ativos financeiros detidos para negociação	18	4 661	55
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	21 629	34 295
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	222 646	575 512
Investimentos detidos até à maturidade	21	1 008 891	996 476
Investimentos em subsidiárias e associadas	22	1 909 254	1 621 108
Propriedades de investimento	23	269 711	419 168
Ativos tangíveis	24	38 375	35 994
Ativos intangíveis		15	29
Outros ativos	25	14 975	14 209
TOTAL DO ATIVO		3 741 872	3 864 071
Passivo			
Outras Provisões	28	5 572	37 014
Provisões Técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	29	3 432 800	3 468 519
Subvenções e melhorias de benefícios	29	64 763	67 838
Outros passivos	26	50 281	82 983
TOTAL DO PASSIVO		3 553 416	3 656 354
Capital Próprio			
Fundos próprios	30	28 279	138 371
Excedentes técnicos	30	29 594	100 286
Reservas de justo valor	31	(2 970)	2 587
Reserva geral	31	123 102	252 815
Outras reservas e resultados transitados	31	3 091	106 778
Resultado líquido do exercício	31	7 360	(393 120)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		188 456	207 717
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		3 741 872	3 864 071

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

Carlos Vicente Morais Beato

Fernando Ribeiro Mendes

Virgílio Manuel Boavista Lima

Miguel Alexandre Teixeira Coelho

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(valores expressos em milhares de euros)

	NOTAS	2016	2015
Proveitos inerentes a associados	3	485 861	499 219
Custos inerentes a associados	4	(608 227)	(1 070 581)
Variação das provisões técnicas	5	59 056	538 792
Juros e rendimentos similares	6	61 937	88 123
Juros e encargos similares	6	(492)	(533)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	2 774	1 859
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	2 715	(4 269)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9	(1 394)	13 096
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(6 623)	(2 725)
Custos com pessoal	12	(4 450)	(3 385)
Gastos gerais administrativos	13	(28 343)	(43 098)
Amortizações do exercício	14	(419)	(363)
Outros resultados de exploração	15	52 966	20 282
RESULTADO OPERACIONAL		15 361	36 417
Provisões liquidadas de reposições e anulações	28	31 935	(19 974)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	(39 936)	(409 563)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7 360	(393 120)

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

Carlos Vicente Morais Beato

Fernando Ribeiro Mendes

Virgílio Manuel Boavista Lima

Miguel Alexandre Teixeira Coelho

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reserva de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5 557)	(43 384)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultados		
Reconhecimento dos desvios atuariais	(177)	23
TOTAL OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	(5 734)	(43 361)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7 360	(393 120)
TOTAL DE RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	1 626	(436 481)

MAPA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(valores expressos em milhares de euros)

	FUNDOS PRÓPRIOS	EXCEDENTES TÉCNICOS	RESERVA DE JUSTO VALOR	RESERVA GERAL	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	129 862	94 826	45 971	248 453	121 689	41 461	682 262
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	8 509	10 207	-	2 084	-	(41 461)	(20 661)
Distribuição de resultados transitados (ver nota 31)	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(2 337)	-	-	-	-	(2 337)
Recurso às reservas (nota 31)	-	-	-	-	(14 934)	-	(14 934)
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	-	(2 278)	-	2 278	-	-	-
Atribuição de benefícios	-	(132)	-	-	-	-	(132)
Variação da reserva de justo valor	-	-	(43 384)	-	-	-	(43 384)
Desvios atuariais (nota 27)	-	-	-	-	23	-	23
Resultado líquido do exercício						(393 120)	(393 120)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	138 371	100 286	2 587	252 815	106 778	(393 120)	207 717
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	21	525	-	61	109	-	716
Distribuição de resultados transitados (ver nota 31)	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(625)	-	-	-	-	(625)
Recurso às reservas (nota 31)	-	1 169	-	(1 169)	(20 262)	-	(20 262)
Recurso às reservas (nota 31)	(110 113)	(69 888)	-	(130 478)	(83 357)	393 120	(716)
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	-	(1 873)	-	1 873	-	-	-
Atribuição de benefícios	-	-	-	-	-	-	-
Variação da reserva de justo valor	-	-	(5 557)	-	-	-	(5 557)
Desvios atuariais (nota 27)	-	-	-	-	(177)	-	(177)
Resultado líquido do exercício						7 360	7 360
Saldos em 31 de dezembro de 2016	28 279	29 594	(2 970)	123 102	3 091	7 360	188 456

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais		
Custos inerentes a associados	(608 227)	(1 070 581)
Proveitos inerentes a associados	485 861	499 219
Dotação para a Fundação Montepio Geral	(1 000)	(1 000)
Outros pagamentos e recebimentos	(73 273)	(31 964)
	(196 639)	(604 325)
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(340 335)	(278 177)
Pagamentos e recebimentos relativos a propriedades de investimentos	208 808	18 881
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos detidos até à maturidade	(12 415)	(2 686)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros detidos para negociação	(4 788)	2 004
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12 666	(13 867)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros disponíveis para venda	418 394	397 552
Aplicações em instituições de crédito	(84 491)	463 079
Juros de depósitos à ordem	30	224
Dividendos	2 353	1 799
Empréstimos de financiamento	553	121
	200 775	588 929
Variação líquida em disponibilidade em instituições de crédito	4 136	(15 396)
Disponibilidades em instituições de crédito no início do período	20 280	35 676
Disponibilidades em instituições de crédito no fim período	24 416	20 280

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) BASES DE APRESENTAÇÃO

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”) e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) da Associação, agora apresentadas, reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2016. A Associação elabora contas consolidadas que serão apresentadas oportunamente.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2015.

Em 2016 a Associação adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 36. De acordo

com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 s).

As demonstrações financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequacidade deste pressuposto ver nota 22 Investimentos em subsidiárias e associadas e 35 Gestão de Riscos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2017.

b) ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

TIPO DE ATIVO	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Obras em imóveis arrendados	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

d) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

e) INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

f) ATIVOS FINANCEIROS

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date") ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são despreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam despreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido

após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

g) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

i) DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

j) PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

k) COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral ("CEMG") que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

m) PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

n) CONTRATOS DE SEGURO

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como

um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento, com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos associados. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

o) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são despreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transacção.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) DIVIDENDOS RECEBIDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) DESPESAS RELATIVAS À CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

A Associação suporta custos com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Gabinete de Responsabilidade Social, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Gabinete de Dinamização Associativa, Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, Gabinete de Relações Públicas Institucionais, Gabinete Financeiro, Gabinete Imobiliário, Unidade de Contabilidade, Rede de Gestores Mutualistas e Centro Corporativo do Grupo Montepio.

s) PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2. NÚMERO DE ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Associação possuía 632 477 (2015: 632 931) associados efetivos, que efetuaram 1 044 124 inscrições (2015: 1 054 671). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Modalidades individuais		
Montepio Poupança Complementar	357 087	350 751
Montepio Proteção de Encargos	116 508	118 857
Capitais de Previdência Diferidos com Opção + Montepio 5 em 5	197 156	197 069
Montepio Poupança reforma	19 809	20 391
Capitais para Jovens + Montepio 18-30	13 500	14 097
Capitais de Previdência + Montepio Proteção Vida	5 919	6 150
Montepio Capital Certo	113 600	166 744
Pensões de Reforma	3 481	3 856
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 322	1 364
Outros	1 738	1 854
	830 120	881 133
Modalidades de coberturas adicionais		
Pensões de Reforma - restituição de quotas	3 675	4 087
Capital Temporário de Invalidez	123	133
Pensões de Reforma - adicional de invalidez	100	116
Quotas para Capitais de Garantia	21	28
	3 919	4 364

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

3. PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Jóias	362	385
Quotizações e capitais	479 335	483 966
Outros proveitos inerentes a associados	6 164	14 868
	485 861	499 219

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 n). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Modalidades atuariais		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	63 311	68 739
Garantia de Pagamento de Encargos	23 876	23 582
Capitais para Jovens	4 614	5 371
Pensões de Reforma	904	944
Capitais de Previdência	689	748
Capitais transferidos para Pensão / Renda	-	-
Outras	472	541
	93 866	99 925
Outras Modalidades		
Encargos médicos administrativos	2	2
Capitais de Garantia	185	193
	187	195
Modalidades de capitalização		
Capitais de Reforma	121 099	225 219
Poupança Reforma	4 324	4 686
Capitais de Reforma de prazo certo	246 212	140 910
Modalidades Coletivas	414	254
	372 049	371 069
Outros		
Benefícios de Solidariedade Associativa	11 600	11 658
Rendas Vitalícias	1 539	989
Rendas Temporárias	94	130
	13 233	12 777
	479 335	483 966

4. CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Prestações e capitais	574 271	1 022 886
Melhorias de benefícios	5 482	5 727
Outros custos inerentes a associados	28 474	41 968
	608 227	1 070 581

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 m). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2016	2015
Modalidades atuariais		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	49 955	41 186
Capitais para Jovens	5 209	5 331
Pensões de Reforma	5 429	5 032
Capitais de Previdência	394	314
Capitais transferidos para Pensão / Renda	821	831
Outras	845	793
	62 653	53 487
Modalidades de capitalização		
Capitais de Reforma	204 243	449 447
Poupança Reforma	6 732	11 940
Capitais de Reforma de prazo certo	297 338	504 552
Modalidades Coletivas	756	886
	509 069	966 825
Outros		
Benefício de Solidariedade Associativa	286	244
Rendas Vitalícias	2 191	2 267
Rendas Temporárias	72	63
	2 549	2 574
	574 271	1 022 886

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Modalidades atuariais		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	653	663
Capitais para Jovens	276	463
Pensões de Reforma	2 444	2 395
Capitais de Previdência	773	793
Capitais Transferidos para Pensão / Renda	51	51
Outras	1 285	1 362
	5 482	5 727

5. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)		
	2016	2015	
	MODALIDADES CAPITALIZAÇÃO	MODALIDADES ATUARIAIS	TOTAL
Provisões matemáticas	85 913	(29 932)	55 981
Melhorias de benefícios	-	3 075	3 075
	85 913	(26 857)	59 056
	MODALIDADES CAPITALIZAÇÃO	MODALIDADES ATUARIAIS	TOTAL
	540 765	(5 347)	535 418
	-	3 374	3 374
	540 765	(1 973)	538 792

Em 31 de dezembro de 2016, a variação das provisões matemáticas de capitalização inclui um montante negativo de Euros 9 088 (2015: positivo de Euros 308 651 000) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6. JUROS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2016	2015
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	3 710	11 598
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	52	11
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	680	1 026
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	13 640	33 560
Juros de investimentos detidos até à maturidade	43 432	41 496
Outros juros	423	432
	61 937	88 123
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(492)	(533)
	(492)	(533)
	61 445	87 590

7. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2016	2015
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	478	135
Rendimentos de subsidiárias e associadas	2 296	1 724
	2 774	1 859

O detalhe do rendimento de subsidiárias e associadas pode ser analisado na nota 33 – Transações com partes relacionadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

8. RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	PROVEITOS	CUSTOS	TOTAL	PROVEITOS	CUSTOS	TOTAL
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	472	(248)	224	-	-	-
de outros emissores	146	(144)	2	187	(29)	158
Ações	34	(5)	29	-	-	-
Unidades Participação	16	(1)	15	-	-	-
	668	(398)	270	187	(29)	158
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de outros emissores	3 593	(1 148)	2 445	457	(4 884)	(4 427)
	3 593	(1 148)	2 445	457	(4 884)	(4 427)
	4 261	(1 546)	2 715	644	(4 913)	(4 269)

9. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	PROVEITOS	CUSTOS	TOTAL	PROVEITOS	CUSTOS	TOTAL
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	956	(40)	916	5 119	(1 130)	3 989
De outros emissores	4 773	(6 998)	(2 225)	13 027	(2 300)	10 727
Ações	-	-	-	65	(33)	32
Outros títulos de rendimento variável	-	(85)	(85)	-	(1 652)	(1 652)
	5 729	(7 123)	(1 394)	18 211	(5 115)	13 096

10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	14 140	13 915
Dotação do exercício	8 013	7 064
Reversão do exercício	(1 390)	(4 339)
	6 623	2 725
Utilização	(4 562)	(2 500)
Saldo em 31 de dezembro	16 200	14 140

11. IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			
	CONTAS A RECEBER	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS	ATIVOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro	635	429 536	80	430 251
Dotação do exercício	105	46 708	-	46 813
Reversão do exercício	(98)	(6 779)	-	(6 877)
Utilização	-	(46 035)	-	(46 035)
Saldo em 31 de dezembro	642	423 430	80	424 152
2015				
Saldo em 1 de Janeiro	1 215	19 971	80	21 266
Dotação do exercício	75	409 565	-	409 640
Reversão do exercício	(77)	-	-	(77)
Utilização	(578)	-	-	(578)
Saldo em 31 de dezembro	635	429 536	80	430 251

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 22.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

12. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	2 161	1 973
Remunerações do pessoal	637	139
Benefícios pós emprego	1 018	882
Encargos sobre remunerações	564	360
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	8	7
Outros gastos com o pessoal	62	24
	4 450	3 385

13. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Trabalhos especializados	23 581	33 429
<i>Cedência de pessoal</i>	7 222	4 206
<i>Informática</i>	864	1 002
<i>Trabalho independente</i>	331	95
<i>Encargos com inspeções médicas</i>	206	187
<i>Custos com MGAI</i>	1 084	1 295
<i>Outros serviços especializados</i>	13 874	26 644
Publicidade e propaganda	1 657	3 733
Vigilância e segurança	122	111
Comissões	74	-
Conservação e reparação	87	75
Materiais	254	212
Energia e fluídos	41	23
Deslocações, estadas e transportes	103	42
Serviços diversos	2 424	5 473
<i>Rendas e alugueres</i>	571	2 168
<i>Comunicações</i>	1 040	770
<i>Seguros</i>	62	30
<i>Contencioso e notariado</i>	346	274
<i>Despesas de representação</i>	61	52
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	3	5
<i>Outros serviços</i>	341	2 174
	28 343	43 098

A rubrica Cedência de Pessoal refere-se a custos suportados pela Associação com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Gabinete de Responsabilidade Social, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Gabinete de Dinamização Associativa, Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, Gabinete de Relações Públicas Institucionais, Gabinete Financeiro, Gabinete Imobiliário, Unidade de Contabilidade, Rede de Gestores Mutualistas e Centro Corporativo do Grupo Montepio.

Adicionalmente, a Associação suportou em 2015 um conjunto de custos referentes a serviços especializados no montante de Euros 26 000 000, alguns de natureza extraordinária, prestados pela Caixa Económica Montepio Geral, nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria, nomeadamente na promoção, divulgação e colocação de produtos mutualistas.

No exercício de 2016, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, excluindo IVA, ascendem ao montante de Euros 490 000 dos quais, Euros 435 000 no âmbito da revisão legal das contas anuais, Euros 45 000 no âmbito de Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade decorrentes da função de Revisor Oficial de Contas e Euros 10 000 de serviços de consultoria fiscal.

14. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	19	1
Equipamento de transporte	31	7
Equipamento administrativo	148	140
Equipamento básico	41	38
Outros ativos fixos tangíveis	166	166
	405	352
Ativos intangíveis		
Programas de computador	14	11
	14	11
	419	363

15. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2016	2015
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos em Propriedade de Investimento	14 279	26 547
Ganhos Justo Valor - propriedades de investimento	27	154
Mais valias na alienação de subsidiárias e associadas	4 536	-
Rendimentos suplementares	165	101
Outros	48 769	309
	67 776	27 111
Outras custos de exploração:		
Perdas Justo Valor - Propriedades de Investimento	-	-
Despesas com propriedades de investimento	(4 600)	(2 687)
Donativos diversos	(1 275)	(1 249)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(137)	(157)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(1 247)	(1 387)
Programa de educação financeira	(128)	(175)
Despesas com eventos institucionais	(653)	(516)
Serviços bancários	(103)	(10)
Outros	(6 667)	(648)
	(14 810)	(6 829)
	52 966	20 282

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 46 063 000 relativos a mais-valias obtidas no âmbito da alienação de imóveis à Caixa Económica Montepio Geral (ver nota 33).

16. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica ascende a Euros 24 416 000, sendo Euros 24 166 000 de depósitos na Caixa Económica Montepio Geral.

17. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desta rubrica ascende a Euros 227 299 000, correspondendo Euros 227 249 000 a depósitos a prazo na Caixa Económica Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de Dezembro de 2016, vencem juros à taxa média anual de 2,01% (2015: 3,77%).

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Até 3 meses	19 950	2 985
3 meses a 6 meses	82 400	-
6 meses a 1 anos	122 542	18 234
1 ano a 5 anos	2 407	125 726
Mais de 5 anos	-	-
	227 299	146 945

18. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos	225	55
Ações	2 503	-
Obrigações de Emissores Públicos	1 933	-
Obrigações de outros emissores	4 661	55
Instrumentos financeiros derivados com justo valor	-	-
	4 661	55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

117

RELATÓRIO & CONTAS 2016

Os níveis de valorização são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ações	225	-	-	225
Obrigações de emissores públicos	2 503	-	-	2 503
Obrigações de outros emissores	1 933	-	-	1 933
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	4 661	-	-	4 661
	2015			
Ações	55	-	-	55
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	55	-	-	55

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é apresentada como segue:

	2016					(milhares de euros)
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	INDETERMINADO	
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ações	-	-	-	-	225	225
Obrigações de Emissores Públicos	-	-	-	2 503	-	2 503
Obrigações de outros emissores	-	-	-	1 933	-	1 933
	-	-	-	4 436	225	4 661
2015						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ações	-	-	-	-	55	55
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	55	55

19. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016	2015
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Obrigações de outros emissores	21 629	34 295
	21 629	34 295

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

119

RELATÓRIO & CONTAS 2016

Dos quais:

(milhares de euros)

2016				
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Obrigações de outros emissores	18 349	3 280	-	21 629
	18 349	3 280	-	21 629
2015				
Obrigações de outros emissores	28 577	5 718	-	34 295
	28 577	5 718	-	34 295

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

(milhares de euros)

2016					
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações de outros emissores	-	3 280	18 349	-	21 629
	-	3 280	18 349	-	21 629
2015					
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações de outros emissores	-	3 145	31 150	-	34 295
	-	3 145	31 150	-	34 295

Esta rubrica é analisada como segue:

**20. ATIVOS
FINANCEIROS
DISPONÍVEIS
PARA VENDA**

(milhares de euros)

	2016			
	CUSTO DE AQUISIÇÃO ⁽¹⁾	RESERVA DE JUSTO VALOR	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	32 975	(2 423)	-	30 552
Obrigações de outros emissores	143 491	(4 717)	(8 790)	129 984
Papel comercial	43 817	-	-	43 817
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 039	237	(1 199)	1 076
Fundos de investimento	19 494	3 933	(6 211)	17 216
	241 816	(2 970)	(16 200)	222 646

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	2016			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	30 552	-	-	30 552
Obrigações de outros emissores	63 915	66 069	-	129 984
Papel comercial	-	-	43 817	43 817
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	150	-	927	1 077
Fundos de investimento	3 158	-	14 058	17 216
	97 775	66 069	58 802	222 646

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

(milhares de euros)

2015				
	CUSTO DE AQUISIÇÃO ⁽¹⁾	RESERVA DE JUSTO VALOR	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	23 479	469	-	23 948
Obrigações de outros emissores	499 079	(1 343)	(4 960)	492 776
Papel comercial	16 276	-	-	16 276
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 040	341	(1 055)	1 326
Fundos de investimento	46 190	3 120	(8 125)	41 186
	587 065	2 587	(14 140)	575 512

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

2015				
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	23 948	-	-	23 948
Obrigações de outros emissores	104 470	388 306	-	492 776
Papel comercial	-		16 276	16 276
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	148		1 178	1 326
Fundos de investimento	7 976		33 210	41 186
	136 542	388 306	50 664	575 512

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os ativos classificados no nível 3 incluem unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Euros 14 058 000 (2015: Euros 33 210 000), cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Euros 1 406 000 (2015: Euros 3 321 000) no capital próprio (Reserva de justo valor).

Os ativos classificados no nível 3 incluem adicionalmente, ações de várias entidades e papel comercial nos montantes de Euros 43 817 000 (2015: Euros 16 276 000) e Euros 927 000 (2015: 1 178 000), respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base dados não observáveis de mercado. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do valor determinado teria um impacto de Euros 4 474 000 (2015: Euros 1 745 000).

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

(milhares de euros)

	2016					
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos	-	-	5 540	25 012	-	30 552
Obrigações de outros emissores	2 007	48 897	26 627	52 454	-	129 985
Papel comercial	13 916	29 900	-	-	-	43 816
	15 923	78 797	32 167	77 466	-	204 353
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas	-	-	-	-	1 077	1 077
Fundos de investimento	-	-	-	-	17 216	17 216
	-	-	-	-	18 293	18 293
	15 923	78 797	32 167	77 466	18 293	222 646

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

(milhares de euros)

2015						
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos	-	-	-	23 948	-	23 948
Obrigações de outros emissores	43 894	76 038	301 575	54 094	17 175	492 776
Papel comercial	3 365	12 911	-	-	-	16 276
	47 259	88 949	301 575	78 042	17 175	533 000
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas	-	-	-	-	1 326	1 326
Fundos de investimento	-	-	-	-	41 186	41 186
	-	-	-	-	42 512	42 512
	47 259	88 949	301 575	78 042	59 687	575 512

**21. INVESTIMENTOS
DETIDOS ATÉ
À MATURIDADE**

Esta rubrica é analisada como segue:

2016		2015	
Investimentos detidos até à maturidade			
Obrigações de outros emissores	1 008 891	996 476	
	1 008 891	996 476	

A análise dos investimentos detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

2016						
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL	
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores	73 139	155 798	779 954	-	1 008 891	
2015						
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores	-	31 520	961 878	3 078	996 476	

22. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2016							
	CAPITAL SOCIAL	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO	VALOR BALANÇO	ATIVO	PASSIVO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas) c)	1 770 000	100,00%	2 016 122	21 225 918	19 680 528	1 545 390	(67 483)
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	1 200	99,856%	1 331	3 714	588	3 126	306
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	93 390	51 096	42 294	1 281
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. d)	3 000	50,99%	2 295	5 878	3 890	1 988	(134)
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 143	7	2 136	(69)
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. e)	250	100,00%	1 819	10 243	13 555	(3 312)	(321)
Montepio Seguros, SGPS, S.A. Consolidado b)	137 750	89,55%	255 840	1 063	949	116	(1 830)
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 719	1 269	2 450	-
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	309	2 808	708	2 100	600
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	18 370	16 806	1 564	(1 405)
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	500	27,00%	97	1 517	612	905	754
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d	n.d
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	7 729	2 454	5 275	(546)
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	333	15	318	42
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral			(350 000)				
Montepio Seguros SGPS S.A.			(69 300)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(1 819)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			(1 700)				
NEBRA, Energias Renovables, SL			(611)				
			(423 430)				
			1 909 254				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 135 500 001 referente a prestações acessórias de capital.

c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 246 122 238 referente ao Fundo de Participação.

A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 94,73%.

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

e) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 314 000 referente a prestações acessórias de capital

Todas as subsidiárias e associadas acima identificadas são sediadas em Portugal, com exceção da Nebra, Energias Renovables, SL.

Em Março de 2016, a Caixa Económica Montepio Geral procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 270 000 000 integralmente subscrito e realizado pelo MGAM.

No seguimento da deliberação de março de 2016 em Conselho Geral foi aprovada a subscrição pelo MGAM de unidades de participação no Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral no montante de Euros 31 500 000 com o valor nominal de Euros 1. Adicionalmente, durante o exercício o MGAM adquiriu unidades de participação adicionais no montante de Euros 9 595 720.

No final de 2016 o MGAM procedeu à alienação da participação que detinha na Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A. à Real Seguros Vida, S.A. pelo montante de Euros 17 400 000 tendo realizado uma menos valia no montante de Euros 264 000. No âmbito desta transacção a Real Seguros Vida, S.A. alienou uma carteira de seguros de vida à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 7 100 000.

No final de 2016 o MGAM adquiriu a participação que a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. na Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. pelo montante de Euros 1 489 824, tendo aumentado a sua participação para 89,55%.

Durante o exercício de 2016, o MGAM procedeu à liquidação da Lestinvest, S.G.P.S. S.A.

(milhares de euros)

2015							
	CAPITAL SOCIAL	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO	VALOR BALANÇO	ATIVO	PASSIVO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas) c)	1 500 000	100,00%	1 705 027	21 824 857	20 392 728	1 432 129	(59 461)
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	1 200	99,86%	1 331	4 827	707	4 120	1 446
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	93 597	52 584	41 013	510
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. d)	3 000	50,99%	2 295	6 237	4 116	2 121	188
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 228	23	2 205	(155)
Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A.	7 500	100,00%	17 664	67 767	54 021	13 746	1 246
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.	250	100,00%	1 505	10 665	13 970	(3 305)	275
Lestinvest, SGPS, S.A.	20 000	100,00%	13 195	4 637	38 757	(34 120)	(24 877)
Montepio Seguros, SGPS, S.A. Consolidado b)	137 750	86,28%	254 350	1 034 733	923 311	111 422	(22 321)
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 762	1 312	2 450	-
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	308	2 430	601	1 829	329
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	19 864	16 895	2 969	(556)
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	500	27,00%	97	1 463	612	851	25
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d	n.d	n.d
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	15 918	8 579	7 339	4 242
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	286	10	276	(2)
			2 050 643				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral			(350 000)				
Montepio Seguros SGPS S.A.			(63 176)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(1 505)				
Lestinvest, SGPS, S.A.			(13 195)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			(1 048)				
NEBRA, Energias Renovables, SL			(611)				
			429 535				
			1 621 108				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis. No caso particular da CEMG, a informação refere-se a 30 de setembro de 2015, última informação publicada e referente à Montepio Seguros, SGPS, S.A. refere-se a contas provisórias com referência a 31 de dezembro de 2015.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 135 500 001 referente a prestações acessórias de capital.

c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 205 026 518 referente ao Fundo de Participação.

A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 94,73%

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

No seguimento da deliberação de 18 de junho de 2015 em Conselho Geral foi aprovada a subscrição pelo MGAM de unidades de participação no Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral no montante de Euros 200 000 000 com o valor nominal de Euros 1. Adicionalmente, durante o exercício o MGAM adquiriu unidades de participação adicionais no montante de Euros 5 027 000.

Em 11 de setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, SGPS, S.A. no montante de Euros 55 000 000.

Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à Caixa Económica Montepio Geral 33,65% da participação na Montepio Seguros, SGPS, S.A. pelo preço de Euros 65 100 000, que inclui Euros 18 750 000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela Caixa Económica Montepio Geral a esta entidade. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, tal como permitido pelas IFRS.

O MGAM procedeu à análise da imparidade relativamente aos investimentos em subsidiárias e associadas. A análise da imparidade foi efetuada considerando o valor recuperável dos negócios controlados por cada uma destas entidades.

O valor recuperável, de acordo com a política contabilística descrita, foi determinado pelo maior entre o justo valor líquido de custos de venda e o valor em uso.

Com base nos resultados das análises efetuadas, o MGAM reconheceu imparidade, líquida de reversões, no exercício de 2016 no montante de Euros (39 930 000) (2015: Euros 409 565 000), assim distribuídos: constituição de Euros 32 840 000 relativos à Lestinvest, constituição de Euros 6 124 000 relativos ao Montepio Seguros SGPS, S.A., constituição de Euros 314 000 relativos ao Montepio Imóveis, Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A., e constituição de Euros 652 000 relativos à Germont empreendimentos imobiliários S.A. (2015: constituição de Euros 350 000 000 referentes à Caixa Económica Montepio Geral e Euros 63 176 000 relativos ao Montepio Seguros SGPS, S.A. e reversão de imparidade de Euros 3 488 000 para a Bolsimo Gestão de Ativos S.A. e de Euros 123 000 para Germont empreendimentos imobiliários S.A.).

Esta situação resulta das condições adversas de mercado e da conjuntura macroeconómica subjacentes à atividade desenvolvida pelas suas subsidiárias e associadas.

O valor em uso foi determinado para a Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Seguros, SGPS, S.A. com base nos seguintes pressupostos:

- Caixa Económica Montepio Geral - (i) o plano de negócios aprovado pela gestão para o período de 2017 a 2018, (ii) taxa de desconto de 10% (2015 10,5%), (iii) níveis de solvência exigidos para a atividade bancária de 10,5% (2015: 10,5%), e, (iii) crescimento na perpetuidade de 2% (2015: 0,9%);

- Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. - (i) o plano de negócios aprovado pela gestão para algumas entidades incluídas nesta subsidiária (Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., N-Seguros, S.A. e Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) para o período de 2017 a 2020, (ii) taxa de desconto entre 9,38% e 11,55% (2015: 10,3%), (iii) níveis de solvência exigidos para a atividade seguradora de 100%, e, (iv) crescimento na perpetuidade 2,15% (2015: 2,00%). Relativamente à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., o valor foi determinado tendo por base o Valor Intrínseco (*Embedded Value*) adicionado do valor de negócio futuro (*goodwill*) (relativamente ao negócio futuro foi utilizada uma taxa de desconto de 17,34%). O Valor Intrínseco corresponde ao somatório do seu *Net asset value* adicionado do *value in force* da carteira incluindo o custo de opções e garantias, sendo que neste último a margem é calculada com base nos requisitos de capital definidos no âmbito do Solvência II.

A análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados, nas duas subsidiárias mais relevantes na determinação dos valores de imparidade, é analisada como segue:

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL				MONTEPIO SEGUROS, SGPS S.A.				(milhares de euros)		
TAXA DE CRESCIMENTO (g)	TAXA DE DESCONTO			TAXA DE CRESCIMENTO (g)	TAXA DE DESCONTO				-0,5% CENÁRIO BASE +0,5%	-0,5% CENÁRIO BASE +0,5%
	-0,5%	CENÁRIO BASE	+0,5%		-0,5%	CENÁRIO BASE	+0,5%			
	-0,25%	99 630	(32 671)	(161 337)	-0,25%	2 330	(4 480)	(10 610)		
	Cenário Base	138 134	-	(133 860)	Cenário Base	8 920	-	(8 030)		
	0,25%	179 294	34 786	(104 718)	0,25%	10 140	2 390	(4 540)		

A verificação dos pressupostos utilizados e evolução das condições macroeconómicas e do mercado poderão traduzir-se na alteração destes mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das subsidiárias.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das respetivas operações, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável das suas participações financeiras bem como ao sucesso das iniciativas que vierem a ser tomadas pelo Conselho de Administração com vista ao reforço do capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2015, no que respeita às sociedades Lestinvest, SGPS, S.A. e Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A., tendo em conta que os capitais próprios das sociedades eram negativos, o MGAM reconheceu a totalidade da imparidade no investimento. No entanto, tendo em consideração que detinha a totalidade do capital destas sociedades, constituiu uma provisão para o diferencial de passivos não cobertos pelos ativos destas sociedades (ver nota 28). Em 2016, o MGAM procedeu à dissolução da sociedade Lestinvest, SGPS, S.A. Em 2016, na sequência das prestações suplementares concedidas à Lestinvest no montante de Euros 32 840 000, foi revertida a provisão existente para cobertura de capitais próprios negativos no montante de Euros 32 840 000, tendo sido simultaneamente reforçada a imparidade para esta participada em Euros 32 840 000 (ver nota 28).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

23. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2016 e 2015, são analisados como segue:

	2016						(milhares de euros)
	SALDO EM 1 JANEIRO	AQUISIÇÕES/ DOTAÇÕES	ALIENAÇÕES/ ABATES	REGULARIZAÇÕES/ TRANSFERÊNCIAS	AJUSTAMENTOS JUSTO VALOR	SALDO EM 31 DEZEMBRO	
Propriedades de investimento	419 168	6 229	(155 713)	-	27	269 711	
	419 168	6 229	(155 713)	-	27	269 711	

	2015						(milhares de euros)
	SALDO EM 1 JANEIRO	AQUISIÇÕES/ DOTAÇÕES	ALIENAÇÕES/ ABATES	REGULARIZAÇÕES/ TRANSFERÊNCIAS	AJUSTAMENTOS JUSTO VALOR	SALDO EM 31 DEZEMBRO	
Propriedades de investimento	415 237	5 658	(1 878)	(3)	154	419 168	
	415 237	5 658	(1 878)	(3)	154	419 168	

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

	2016		(milhares de euros)
	2016	2015	
Rendimentos	14 279	26 547	
	14 279	26 547	
Despesas de manutenção e conservação	2 342	2 533	
	2 342	2 533	

Importa salientar a existência de compromissos firmados ao nível de investimentos futuros nas propriedades de investimento na reabilitação dos prédios de rendimento, nomeadamente obras estruturais e remodelações de frações em diversos imóveis em Lisboa, Porto e Alhandra. Em 31 de dezembro de 2016 estes compromissos ascendem ao montante de Euros 490 000 (2015: Euros 3 612 000).

Adicionalmente, as alienações de propriedades de investimentos incluem alienações no montante de cerca de Euros 154 330 000 à Caixa Económica Montepio Geral (ver notas 15 e 33).

24. ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativos tangíveis		
Bens património histórico	1 024	1 009
Outros ativos fixos tangíveis	38 329	35 559
Terrenos	32 688	31 664
Edifícios e outras construções	2 821	1 110
Equipamento básico	204	201
Equipamento de transporte	124	120
Equipamento administrativo	833	805
Obras em imóveis arrendados	1 659	1 659
	39 353	36 568
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(405)	(352)
Relativas a exercícios anteriores	(493)	(142)
	(898)	(494)
Imparidade		
Terrenos	(80)	(80)
	(80)	(80)
	38 375	35 994

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

131

RELATÓRIO & CONTAS 2016

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o exercício de 2016, são analisados como segue:

	2016					(milhares de euros)
	SALDO EM 1 JANEIRO	AQUISIÇÕES/ DOTAÇÕES	ALIENAÇÕES / ABATES	REGULARIZAÇÕES/ TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM 31 DEZEMBRO	
Ativos tangíveis						
Bens património histórico	1 009	15	-	-	1 024	
Outros ativos fixos tangíveis	35 559	2 770	-	-	38 329	
Terrenos	31 664	1 024	-	-	32 688	
Edifícios e outras construções	1 110	1 711	-		2 821	
Equipamento básico	201	3	-		204	
Equipamento de transporte	120	4	-		124	
Equipamento administrativo	805	28	-		833	
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-		1 659	
	36 568	2 785	-		39 353	
Amortizações acumuladas						
Outros ativos tangíveis						
Terrenos	-	-	-		-	
Edifícios e outras construções	(2)	(19)	-		(21)	
Equipamento básico	(65)	(41)	-		(106)	
Equipamento de transporte	(7)	(31)	-		(38)	
Equipamento administrativo	(240)	(148)	-		(388)	
Obras em imóveis arrendados	(180)	(166)	-	(1)	(345)	
Outros	-	-	-		-	
	(494)	(405)	-	(1)	(898)	
Imparidade						
Terrenos	(80)	-	-	-	(80)	
	(80)	-	-		(80)	
VALOR DE BALANÇO	35 994	2 380	-	(1)	38 375	

25. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Estado e outros entes públicos	444	91
Associados c/ quotas	349	365
Devedores diversos	8 474	7 918
Empréstimos de financiamento	6 340	6 470
Outros custos diferidos	10	-
	15 617	14 844
Imparidade para outros ativos	(642)	(635)
	14 975	14 209

A análise dos Outros ativos por maturidade, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	(milhares de euros)				
	2016				TOTAL
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	
Estado e outros entes públicos	444	-	-	-	444
Associados	349	-	-	-	349
Devedores diversos	1 394	7 080	-	-	8 474
Empréstimos de financiamento	636	1 620	3 577	507	6 340
Outros custos diferidos	10	-	-	-	10
	2 833	8 700	3 577	507	15 617

	(milhares de euros)				
	2015				TOTAL
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	
Estado e outros entes públicos	91	-	-	-	91
Associados	365	-	-	-	365
Devedores diversos	972	-	6 946	-	7 918
Empréstimos de financiamento	374	760	5 336	-	6 470
	1 802	760	12 282	-	14 844

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Fornecedores	876	2 797
Estado e outros entes públicos	1 506	1 124
Beneficiários	5 361	3 978
Credores por acréscimos de gastos	39 786	28 237
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 27)	552	88
Credores diversos	2 200	46 759
	50 281	82 983

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a maturidade dos Outros passivos acima referidos é inferior a 3 meses, excepto o passivo por benefícios pós-emprego.

27. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Conforme referido na nota 1 I), no final do exercício de 2012 procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,75%	1,0%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,5%
Taxa de rendimento do fundo	1,75%	2,0%
Taxa de desconto	1,75%	2,0%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2016	2015
Ativos	5	4
Reformados e sobreviventes	3	1
	8	5

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Ativos / (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	4 211	7 937
Reformados	5 550	916
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Ativos	186	207
Responsabilidades com subsidio por morte		
Ativos	2	5
Reformados	3	-
TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	9 952	9 065
Coberturas		
Valor dos fundos	9 400	8 977
ATIVOS/ (PASSIVOS) LÍQUIDOS EM BALANÇO (VER NOTA 26)	(552)	(88)
DESVIOS ATUARIAIS ACUMULADOS RECONHECIDOS EM OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	(12)	(189)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2016				2015			
	PENSÕES DE REFORMA	BENEFÍCIOS DE SAÚDE	SUBSÍDIO POR MORTE	TOTAL	PENSÕES DE REFORMA	BENEFÍCIOS DE SAÚDE	SUBSÍDIO POR MORTE	TOTAL
Responsabilidades no início do exercício	8 853	207	5	9 065	7 895	186	4	8 085
Custo do serviço corrente	1 016	-	-	1 016	820	53	1	874
Custo dos juros	177	4	-	181	158	4	-	162
(Ganhos) e perdas atuariais	116	(25)	-	91	33	(36)	-	(3)
Pagamentos	(401)	-	-	(401)	(53)	-	-	(53)
Responsabilidades no fim do exercício	9 761	186	5	9 952	8 853	207	5	9 065

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
Saldos do fundo no início do exercício			8 977	7 690
Contribuição			731	1 166
Rendimento esperado do fundo			179	154
Ganhos e (perdas) atuariais			(86)	20
Pagamentos			(401)	(53)
Saldos do fundo no fim do exercício			9 400	8 977

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
Aplicação em bancos e outras			971	489
Obrigações			5 746	5 870
Ações e outros títulos de rendimento variável			2 581	2 510
Imóveis			102	108
			9 400	8 977

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio e outras aplicações são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Aplicação em bancos e outras	971	447
Imóveis	102	108
Obrigações	1	1
Outros	17	-
	1 091	556

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Desvios atuariais no início do exercício	(189)	(166)
(Ganhos) e perdas atuariais		
nas responsabilidades	91	(3)
nos ativos do plano	86	(20)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(12)	(189)

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Custo do serviço corrente	1 016	874
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	2	8
Custo do exercício	1 018	882

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
No início do exercício	(88)	(395)
Contribuição	731	1 166
Custo do serviço corrente	(1 016)	(874)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(2)	(8)
Ganhos e (perdas) atuariais e financeiros	(177)	23
No final do exercício	(552)	(88)

Em 31 de dezembro de 2016, a *duration* das responsabilidades ascende a cerca de 16 anos.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
IMPACTO NAS ALTERAÇÕES DOS PRESSUPOSTOS FINANCEIROS RESPONSABILIDADES		
	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	259	(249)
Taxa de crescimento salarial	(40)	41
Taxa decrescimento das pensões	(213)	220
Contribuição SAMS	(7)	7

	(milhares de euros)	
	2016	2015
IMPACTO NAS ALTERAÇÕES DOS PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS RESPONSABILIDADES		
	-1%	1%
Mortalidade	427	(418)

28. OUTRAS PROVISÕES

A rubrica Outras provisões é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016					
	SALDO EM 1 JANEIRO	DOTAÇÃO	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM 31 DEZEMBRO
Processos judiciais em curso	204	260	(4)	-	-	460
Responsabilidades com subsidiárias	36 810	649	(32 840)	(1 307)	-	3 312
Provisões ambientais	-	-	-	-	1 800	1 800
	37 014	909	(32 844)	(1 307)	1 800	5 572

(milhares de euros)

	2015					
	SALDO EM 1 JANEIRO	DOTAÇÃO	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM 31 DEZEMBRO
Processos judiciais em curso	172	1 593	(1 561)	-	-	204
Responsabilidades com subsidiárias	16 867	21 083	(1 141)	-	-	36 810
	17 039	22 676	(2 702)	-		37 014

No final de 2016, o MGAM procedeu à dissolução da sociedade Lestinvest, SGPS, S.A. Em 2016, na sequência das prestações suplementares concedidas à Lestinvest no montante de Euros 32 840 000, foi revertida a provisão existente para cobertura de capitais próprios negativos no montante de Euros 32 840 000, tendo sido simultaneamente reforçada a imparidade para esta participada em Euros 32 840 000.

Em 31 de dezembro de 2015 relativamente às responsabilidades com subsidiárias, tal resulta das responsabilidades inerentes aos passivos não cobertos pelos ativos das sociedades Lestinvest, SGPS, S.A. e Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. nos montantes de Euros 34 146 000 e Euros 2 663 000, respetivamente, conforme referido na nota 22.

29. PROVISÕES TÉCNICAS

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) Provisões matemáticas – destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 m).

b) Subvenções e melhorias de benefícios – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016		
	PROVISÕES MATEMÁTICAS	MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	TOTAL
Modalidades de capitalização			
Capitais de Reforma	1 206 963	-	1 206 963
Capitais de Reforma prazo certo	1 575 374	-	1 575 374
Poupança Reforma	83 356	-	83 356
Modalidades Coletivas	8 549	-	8 549
	2 874 242	-	2 874 242
Modalidades atuariais			
Capitais de Previdência	13 696	22 236	35 932
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	266 031	1 888	267 919
Pensões de Reforma	154 655	22 007	176 662
Capitais para Jovens	50 568	955	51 523
Pensões de Sobrevivência e Dotes	8 530	16 104	24 634
Rendas Vitalícias / Rendas Temporárias	28 562	-	28 562
Outros	36 516	1 573	38 090
	558 558	64 763	623 322
	3 432 800	64 763	3 497 564
	2015		
Modalidades de capitalização			
Capitais de Reforma / Poupança Complementar	1 271 219	-	1 271 219
Capitais de Reforma prazo certo	1 575 365	-	1 575 365
Poupança Reforma	84 520	-	84 520
Modalidades Coletivas	8 789	-	8 789
	2 939 893	-	2 939 893
Modalidades atuariais			
Capitais de Previdência	13 686	22 792	36 478
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	259 435	2 581	262 016
Pensões de Reforma	144 995	22 865	167 860
Capitais para Jovens	51 845	1 217	53 061
Pensões de Sobrevivência e Dotes	7 432	16 702	24 134
Rendas Vitalícias / Rendas Temporárias	28 449	-	28 449
Outros	22 784	1 682	24 466
	528 626	67 838	596 464
	3 468 519	67 838	3 536 357

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

2016		
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA	TÁBUA DE MORTALIDADE E/OU TÁBUA DE INVALIDEZ	TAXA TÉCNICA
Capitais de Previdência - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - Restituição de quotas - 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens - 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez - 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA		
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA	TÁBUA DE MORTALIDADE E/OU TÁBUA DE INVALIDEZ	TAXA TÉCNICA
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma - 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma - Restituição de quotas - 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma - Restituição de quotas - 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - Adicional de invalidez - 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	6%
Pensões de Reforma - Adicional de invalidez - 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a Prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais diferidos com cobertura adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	PF 60/64	6%
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	PF 60/64	4%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a favor de pessoas certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a favor de pessoas certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%

2016

RENDAS VITALÍCIAS	TÁBUA DE MORTALIDADE E/OU TÁBUA DE INVALIDEZ	TAXA TÉCNICA
Rendas vitalícias - 6%	PF 60/64	6%
Rendas vitalícias - 4%	PF 60/64	4%
Rendas vitalícias - 3%	TV 99/01	3%
RENDAS TEMPORÁRIAS	TÁBUA DE MORTALIDADE E/OU TÁBUA DE INVALIDEZ	TAXA TÉCNICA
Rendas temporárias - 3%	TV 88/90	3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0% e 5%.

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 117 794 000 (2015: Euros 93 959 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 m). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2016 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1% e 3,15% (2015: 1,24% e 3,42%) Adicionalmente, o teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida.

30. FUNDOS PRÓPRIOS E EXCEDENTES TÉCNICOS

Os **Fundos próprios** são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros.

Os **Excedentes técnicos** são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações no capital próprio.

31. RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(2 970)	2 587
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	123 102	252 815
Outras reservas e resultados transitados	3 091	106 778
	126 193	359 593

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, os resultados negativos de 2016, foram cobertos através da reserva de estabilização no montante de Euros 83 357 000, dos excedentes técnicos disponíveis no montante de Euros 69 888 000, dos fundos próprios no montante de Euros 110 113 000 e da reserva geral no montante de Euros 130 478 000. Adicionalmente, foram distribuídos Euros 716 000 aos fundos próprios, reserva geral e excedentes técnicos de determinadas modalidades.

Como resultado da distribuição as rubricas de Reservas registaram, em 2016, uma diminuição devendo-se esta evolução, fundamentalmente à absorção dos resultados negativos dos fundos, modalidades e rendas da Associação Mutualista que foram cobertos pelas Reservas das Próprias Modalidades (Fundos Próprios e Fundos Permanentes) de acordo com o artigo 59.º dos estatutos da Associação Mutualista, ou, no caso de aquelas Reservas serem insuficientes, pela Reserva Geral, nos termos do número 1 do Artigo 56.º dos estatutos da Associação Mutualista.

Em 1 de abril de 2016, para além da dotação da Reserva Geral, foi aprovada a reposição desta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, no montante de Euros 1 873 000 (2015: Euros 2 278 000).

No decurso do exercício de 2016 a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 20 262 000 (2015: Euros 14 934 000).

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 f).

A movimentação durante o exercício de 2016 desta rubrica é analisada conforme segue:

(milhares de euros)

	2016			
	SALDO EM 1 JANEIRO	AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR	ALIENAÇÕES	IMPARIDADE RECONHECIDA NO EXERCÍCIO
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos	469	3 291	(481)	(5 702)
Obrigações de outros emissores	(1 343)	(248)	(3 127)	-
Papel comercial	-	-	-	-
	(874)	3 043	(3 608)	(5 702)
				(7 141)
Títulos de rendimento variável				
Ações de empresas	341	41	-	(144)
Fundos de investimento	3 120	1 856	(266)	(777)
	3 461	1 897	(266)	(921)
	2 586	4 940	(3 874)	(6 623)
				(2 970)

A movimentação durante o exercício de 2015 desta rubrica é analisada conforme segue:

(milhares de euros)

	2015			
	SALDO EM 1 JANEIRO	AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR	ALIENAÇÕES	IMPARIDADE RECONHECIDA NO EXERCÍCIO
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos	5 410	(545)	(4 396)	-
Obrigações de outros emissores	36 516	(22 291)	(11 881)	(3 687)
Papel comercial	819	-	(819)	-
	42 745	(22 836)	(17 096)	(3 687)
				(874)
Títulos de rendimento variável				
Ações de empresas	564	(360)	(413)	549
Fundos de investimento	2 662	1 807	(1 761)	412
	3 226	1 447	(2 174)	962
	45 971	(21 389)	(19 270)	(2 725)
				2 587

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2016	2015
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	241 816	587 065
Imparidade acumulada reconhecida	(16 200)	(14 140)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	225 616	572 925
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	222 646	575 512
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(2 970)	2 587

32. JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015		
	NÍVEIS	JUSTO VALOR	VALOR BALANÇO	JUSTO VALOR	VALOR BALANÇO
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO					
Disponibilidades em instituições de crédito	1	24 416	24 416	20 280	20 280
Aplicações em instituições de crédito	1	228 940	227 299	149 675	146 945
Investimentos detidos até à maturidade	2	1 064 116	1 008 891	1 051 287	996 476
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	14 975	14 975	14 209	14 209
		1 332 447	1 275 581	1 235 451	1 177 910
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	50 281	50 281	82 983	82 983

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas detalhadas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de 1.ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O conjunto das empresas consideradas como partes relacionadas do MGAM pode ser analisado como segue:

PARTES RELACIONADAS

Subsidiárias do MGAM	Associadas do MGAM
Caixa Económica Montepio Geral	Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	NEBRA, Energias Renovables, SL
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE	

PARTES RELACIONADAS (CONTINUAÇÃO)

Outras partes relacionadas

Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)

Montepio Holding, SGPS, S.A.

Montepio Investimento, S.A.

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Finibanco Angola, S.A.

Banco Terra, S.A.

Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

N Seguros, S.A.

Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.

HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.

Clinica de Serviços Médicos Computerizados de Belém, S.A.

Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Clínica CUF Belém, S.A.

SSagincentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.

Semelhanças e Coincidências, S.A.

Almina Holding, SGPS, S.A.

Fundo de Pensões – Montepio Geral

Valor Prime Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (anteriormente designado Finipredial)

Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

Montepio Arrendamento II – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

Montepio Arrendamento III – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

PEF – Portugal Estates Fund

Carteira Imobiliária – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEIIA)

Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração do pessoal chave diz respeito aos custos com pessoal analisados na nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios a empregados analisados na nota 27.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com os fundos de pensões. A contribuição para o fundo de pensões foi efetuada em dinheiro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

147

RELATÓRIO & CONTAS 2016

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos detidos pela Associação com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

2016				
EMPRESAS	ATIVO	PASSIVO	RENDIMENTOS	GASTOS
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL				
Depósitos à ordem	24 166	-	31	-
Depósitos a prazo	227 249	-	3 347	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 153	-	75	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	53 529	-	8 069	-
Investimentos detidos até à maturidade	966 194	-	42 706	
Outros passivos	-	28 282	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	7 160
Prestação de serviços	-	-	-	1 780
Comissões de custódia	-	-	-	33
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	4 292	-
Outros proveitos exploração	-	-	46 063	-
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 305	-	1 040	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	62
LUSITANIA VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 986	-	111	-
MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS, ACE				
Outros passivos	-	311	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 084
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	286	-
BOLSIMO - GESTÃO DE ACTIVOS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	25 019	-	564	-
Investimentos detidos até à maturidade	25 172	-	702	-
MONTEPIO CRÉDITO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 127	-	-	-
Outros passivos	-	13	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	15	-
Cedência de pessoal	-	-	-	61
FINIPREDIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	280
FUTURO - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	150
MONTEPIO SEGUROS SGPS SA				
Investimentos detidos até à maturidade	17 524	-	24	-
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	3 296	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS (DIVIDENDOS)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos - S.G.F.I., S.A.	-	-	1 299	-
Finibanco - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	550	
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	87	-
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	-	-	360	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.	-	-	-	-
	1 356 423	28 606	112 933	10 610

Durante o exercício de 2016, o MGAM procedeu à alienação de propriedades de investimentos à Caixa Económica Montepio Geral, adquiridos em anos anteriores, e que se encontravam no balanço por Euros 154 330 000 tendo realizado uma mais-valia no montante de Euros 46 063 000. Em dezembro de 2016 o MGAM adquiriu à Caixa Económica Montepio Geral comprou imóveis pelo valor de Euros 2 735 000. Adicionalmente, 2 868 092 UP detidas pelo MGAM no FII Finipredial foram alienadas no montante de Euros 24 738 000 à Caixa Económica Montepio Geral.

No final de 2016 o MGAM procedeu à alienação da participação que detinha na Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A. à Real Seguros Vida, S.A. pelo montante de Euros 17 400.000 tendo realizado uma menos valia no montante de Euros 264 000. No âmbito desta transacção a Real Seguros Vida, S.A. alienou uma carteira de seguros de vida à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 7 100 000.

No final de 2016 o MGAM adquiriu a participação que a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. na Montepio Seguros, SGPS, S.A. pelo montante de Euros 1 489 824, tendo aumentado a sua participação para 89,55%.

Durante o exercício a CEMG adquiriu ao Montepio Geral Associação Mutualista títulos de dívida subordinada e perpétua, no valor global de Euros 45 191 000

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

149

RELATÓRIO & CONTAS 2016

(milhares de euros)

2015				
EMPRESAS	ATIVO	PASSIVO	RENDIMENTOS	GASTOS
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL				
Depósitos à ordem	20 280	-	224	-
Depósitos a prazo	146 945	-	11 374	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 760	-	81	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	381 927	-	22 575	-
Investimentos detidos até à maturidade	971 476	-	40 539	
Outros passivos	-	71 944	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	4 206
Prestação de serviços	-	-	-	26 000
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	16 535	-
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 315	-	642	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	1	-
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
LUSITANIA VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.				1 636
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 959	-	122	-
MONTEPIO HOLDING, SGPS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	266	-
MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS, ACE				
Outros passivos	-	437	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 295
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	24	-
MONTEPIO RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO, ACE				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	25	-
MONTEPIO INVESTIMENTO S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	117	-
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	275	-
BOLSIMO – GESTÃO DE ATIVOS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 911	-	213	-
Investimentos detidos até à maturidade	25 000	-	763	-
MONTEPIO CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 958	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	4	-
FINIPREDIAL – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	311
NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	1	-
FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	149
OUTRAS PARTES RELACIONADAS (DIVIDENDOS)				
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	-	1 046	-
Finibanco – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	500	-
Silvip – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	152	-
Sagies – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	-	-	-	-
Novacâmbios – Instituição de Pagamentos, S.A.	-	-	26	-
	1 579 531	72 381	95 505	33 597

34. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Em 29 de dezembro de 2016, o MGAM celebrou um contrato de compra e venda de ações das Residência Montepio, Serviços de Saúde, S.A. correspondente a 49,01% do capital desta entidade com a Lusitana Sénior Vida, SL pelo preço de Euros 6 500 000, sujeito a aprovação da Autoridade da Concorrência. No início de 2017, a autorização foi concedida.

35. GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de riscos do Montepio Geral - Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral - Associação Mutualista mas igualmente as expetativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objecto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da atividade do Montepio Geral - Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a optimizar a rendibilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

RISCO DE MERCADO

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflete a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

	2016		2015	
	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(7 797)	-	(18 467)
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(968)	(968)	(1 063)	(1 063)
	(968)	(8 765)	(1 063)	(19 530)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(8 135)	-	19 268
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(1 020)	(1 020)	1 120	1 120
	(1 020)	(9 155)	1 120	20 388

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

	2016		2015	
	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO
Mercado mobiliário +10%				
Ações	22	130	5	138
Fundos de investimento	-	1 722	-	4 119
	22	1 852	5	4 257
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(334)	(376)	(26)	(138)
Fundos de investimento	(323)	(1 722)	(2 675)	(4 119)
	(657)	(2 098)	(2 701)	(4 257)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	2016		2015	
	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO
Mercado imobiliário +10%				
Ativos tangíveis	35	35	10	10
Propriedades de investimento	26 971	26 971	41 917	41 917
	27 006	27 006	41 927	41 927
Mercado imobiliário -10%				
Ativos tangíveis	(35)	(35)	(10)	(10)
Propriedades de investimento	(26 971)	(26 971)	(41 917)	(41 917)
	(27 006)	(27 006)	(41 927)	(41 927)

RISCO DE LIQUIDEZ

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros é apresentada nas notas dos ativos respetivos (ver notas 16, 17, 18, 19, 20 e 29).

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral - - Associação Mutualista é efectuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita de uma forma conservadora com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura optimizar ao máximo a rendibilidade dos ativos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RISCO DE CRÉDITO

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2016 e 2015, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de euros)

Setor de atividade	2016				
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Setor de atividade	Valor bruto	valor bruto	valor bruto	valor bruto	imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	-	-	12 197	(5 344)
Atividades financeiras	983 719	-	3 280	84 834	(4 242)
Atividades imobiliárias	25 172	-	-	34 470	(2 420)
Administração e serviços públicos	-	2 503	-	31 906	-
Construção e obras públicas	-	-	-	5 260	-
Eletricidade, gás e água	-	649	-	4 151	(164)
Indústria	-	51	-	9 986	(431)
Papel e indústrias gráficas	-	-	6 039	17 183	-
Refinação de petróleo	-	-	12 310	10 542	-
Transportes	-	-	-	5 093	-
Outros	-	1 458	-	23 224	(3 599)
TOTAL	1 008 891	4 661	21 629	238 846	(16 200)

(milhares de euros)

Setor de atividade	2015				
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Setor de atividade	Valor bruto	valor bruto	valor bruto	valor bruto	imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	-	1 819	8 128	-
Atividades financeiras	971 476	55	10 677	428 264	(5 617)
Atividades imobiliárias	25 000	-	-	49 865	(4 852)
Administração e serviços públicos	-	-	-	25 297	-
Construção e obras públicas	-	-	-	5 969	-
Eletricidade, gás e água	-	-	-	8 677	(164)
Outras atividades de serviços	-	-	-	2 926	(428)
Indústria	-	-	7 467	16 781	-
Refinação de petróleo	-	-	14 333	9 159	-
Transportes	-	-	-	15 455	-
Outros	-	-	-	19 132	(3 079)
TOTAL	996 476	55	34 295	589 652	(14 140)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

(milhares de euros)

Zona geográfica	2016				
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	valor bruto
	valor bruto	valor bruto	valor bruto	valor bruto	imparidade
Zona Euro					
Portugal	1 008 891	225	15 590	184 568	(8 017)
Espanha	-	-	-	2 693	(780)
Itália	-	476	-	5 146	(1 484)
Alemanha	-	-	-	2 464	(196)
França	-	1 458	6 039	2 962	-
Holanda	-	-	-	3 587	-
Luxemburgo	-	-	-	6 339	-
Suécia	-	-	-	-	-
Bélgica	-	-	-	36	(10)
Outros	-	-	-	2 062	-
Outros Países					
Reino Unido	-	-	-	3 060	-
Brasil	-	-	-	16 227	(5 345)
Estados Unidos	-	-	-	-	-
Outros	-	2 503	-	9 702	(369)
TOTAL	1 008 891	4 661	21 629	238 846	(16 200)

(milhares de euros)

Zona geográfica	2015				
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	valor bruto
Zona Euro					
Portugal	996 476	55	25 009	520 193	(10 402)
Espanha	-	-	-	6 303	(419)
Itália	-	-	-	2 614	-
Alemanha	-	-	-	2 136	-
França	-	-	-	1 402	-
Holanda	-	-	1 819	13 345	-
Luxemburgo	-	-	-	5 346	(209)
Suécia	-	-	-	2 773	-
Bélgica	-	-	-	36	(10)
Outros	-	-	7 467	8 749	(489)
Outros Países					
Reino Unido	-	-	-	2 941	-
Brasil	-	-	-	6 074	-
Estados Unidos	-	-	-	3 080	-
Outros	-	-	-	14 658	(2 612)
TOTAL	996 476	55	34 295	589 652	(14 140)

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

(milhares de euros)

2016					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Rating	Valor bruto	valor bruto	valor bruto	valor bruto	imparidade
AA-	-	-	-	2 842	-
A-	-	-	-	-	-
BBB+	-	2 503	-	3 730	-
BBB	-	1 933	-	1 037	-
BBB-	-	-	-	-	-
<BBB-	966 194	-	3 280	132 033	(5 961)
N.R.	42 697	-	18 349	29 684	(2 829)
TOTAL	1 008 891	4 436	21 629	169 326	(8 790)

(milhares de euros)

2015					
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	
Rating	Valor bruto	valor bruto	valor bruto	valor bruto	imparidade
AA-	-	-	-	83	-
A-	-	-	-	13	-
BBB+	-	-	-	3 444	-
BBB	-	-	-	1 112	-
BBB-	-	-	-	5 295	-
<BBB-	971 476	-	8 718	472 699	(638)
N.R.	25 000	-	25 577	39 037	(4 323)
TOTAL	996 476	-	34 295	521 683	(4 960)

RISCO ESPECÍFICO DAS MODALIDADES

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	2016		2015	
	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	51 553	51 553	49 638	49 638
Modalidades de capitalização	(4 558)	(4 558)	(4 923)	(4 923)
	46 995	46 995	44 715	44 715
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(61 435)	(61 435)	(59 354)	(59 354)
Modalidades de capitalização	-	-	-	-
	(61 435)	(61 435)	(59 354)	(59 354)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

	2016		2015	
	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	17 741	17 741	15 975	15 975
	17 741	17 741	15 975	15 975
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(25 315)	(25 315)	(22 597)	(22 597)
	(25 315)	(25 315)	(22 597)	(22 597)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO	CAPITAL PRÓPRIO
Reembolsos +10%				
Modalidades capitalização	466	466	4 488	4 488
	466	466	4 488	4 488
Reembolsos -10%				
Modalidades capitalização	(466)	(466)	(4 488)	(4 488)
	(466)	(466)	(4 488)	(4 488)

A maturidade das responsabilidades com modalidades associativas, em 2016 e 2015, é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016					
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
Modalidades atuariais	4 478	17 599	128 367	192 848	280 028	623 320
Modalidades capitalização	75 180	356 768	1 140 637	2 791	1 298 867	2 874 243
	79 658	374 367	1 269 004	195 639	1 578 895	3 497 563

(milhares de euros)

	2015					
	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES E 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
Modalidades atuariais	4 680	16 042	120 658	184 471	270 612	596 463
Modalidades capitalização	51 956	107 795	1 411 359	4 254	1 364 529	2 939 894
	56 636	123 837	1 532 017	188 725	1 635 141	3 536 357

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas. Adicionalmente as modalidades de capitalização com prazo indeterminado corresponde a produtos de reforma sem maturidade definida.

36. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MGAM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (ALTERADA) – PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO: CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O MGAM não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

MELHORAMENTOS ÀS IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

• IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

• IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O MGAM não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

MELHORAMENTOS ÀS IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- **IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição**

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários”

(ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados**

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas**

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros - não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- **IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional**

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”**

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O MGAM não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

O MGAM não adotou nas suas contas separadas esta opção.

EXCEÇÃO À CONSOLIDAÇÃO (ALTERAÇÕES À IFRS 10, IFRS 12 E IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis ao MGAM.

OUTRAS ALTERAÇÕES

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("Bearer Plants") (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

O MGAM não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

O MGAM decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (EMITIDA EM 2009 E ALTERADA EM 2010, 2013 E 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros.

A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

O MGAM iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Associação, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Associação.

IFRS 15 RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção,

IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise para determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O MGAM encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o MGAM:

IFRS 14 CONTAS DIFERIDAS REGULATÓRIAS

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável ao MGAM.

IFRIC 22 - TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA E CONTRAPRESTAÇÃO DE ADIANTAMENTOS

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O MGAM não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - LOCAÇÕES

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

OUTRAS ALTERAÇÕES

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa – Portugal
Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Geral – Associação Mutualista** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.741.872 milhares de euros e um total de capital próprio de 188.456 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.360 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 22 do Anexo que inclui informação sobre os investimentos em subsidiárias e associadas (participações financeiras), nomeadamente, sobre o registo de imparidades resultante da aplicação da política contabilística referida na nota 1 e).



Os testes efectuados pelo Montepio Geral – Associação Mutualista relativamente à determinação do valor recuperável das suas participações financeiras tiveram por base pressupostos cuja influência da actual conjuntura económico-financeira e condições gerais do mercado são determinantes. Conforme descrito na referida nota, a verificação dos pressupostos utilizados nos respectivos testes e evolução das condições macro económicas e do mercado em geral poderão traduzir-se na alteração desses mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das suas participações financeiras. As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das respectivas operações, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável das suas participações financeiras bem como ao sucesso das iniciativas que vierem a ser tomadas pelo Conselho de Administração com vista ao reforço do capital próprio.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos scepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 14 de Março de 2017



 KPMG & Associados
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

15

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

Exmos. Senhores Associados,

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), é da responsabilidade do Conselho Fiscal elaborar um Relatório sobre a sua atividade fiscalizadora e emitir um Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, cuja preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

O Conselho Fiscal foi eleito na Assembleia Geral eleitoral realizada em 2 de Dezembro de 2015 e iniciou as suas funções após a tomada posse, evento que ocorreu em 6 de Janeiro de 2016. Subsequentemente, a renúncia do então Presidente, Joaquim Morão, obrigou à sua recomposição, tendo passado a assumir as funções de Presidente Manuel Rui dos Santos Caseirão, enquanto que António Mendes de Almeida, até então Vogal Suplente, foi chamado a exercer as funções de Vogal efetivo, ficando o Conselho com a composição que se encontra expressa na última página deste Relatório e Parecer. O exercício em apreciação foi o primeiro em que este Conselho Fiscal exerceu as suas funções de fiscalização durante o conjunto dos doze meses.

2 - TRABALHOS REALIZADOS

De forma a cumprir as suas funções legais e estatutárias, o Conselho Fiscal desenvolveu os seguintes trabalhos:



- a. Procedeu à leitura das atas das sessões do Conselho de Administração realizadas durante 2016;
- b. Analisou mensalmente as Demonstrações Financeiras e os Indicadores de Gestão, documentos que relatam com grande objetividade e de forma exaustiva a evolução mensal das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como toda a informação referente aos fluxos de entradas e saídas de Associados e outra informação não exclusivamente financeira. A informação disponibilizada compara o desempenho de cada período com o desempenho verificado em períodos homólogos, bem como com os valores previamente orçamentados;
- c. Reuniu com responsáveis de algumas áreas chave da Associação Mutualista e de empresas participadas, como por exemplo, do Projeto Start, Centro Corporativo, Gabinete Financeiro, Contabilidade, Auditoria e Inspeção, Gestão de Ativos Imobiliários, Gestão de Ativos Mobiliários, Residências assistidas, Responsabilidade Social e Fundação Montepio, de forma a identificar os assuntos mais relevantes de cada área, bem como os procedimentos e controlos internos administrativos e operacionais que estão em vigor e que têm por objetivo detetar, tempestivamente, todos os desvios aos normativos instituídos e impedir que tais desvios possam ser relevantes quanto à sua frequência e onerosos quanto ao seu impacto;
- d. O Conselho Fiscal reuniu várias vezes com o Conselho de Administração para se inteirar da evolução dos negócios da Associação e das decisões de gestão mais relevantes que foram tomadas no decurso do exercício;
- e. Reuniu também com os Auditores Externos, a KPMG & Associados, SROC, SA, de forma a assegurar que os procedimentos de auditoria exigidos pelos normativos nacionais em vigor e pela boa prática internacional foram aplicados em toda a sua extensão. Foram também abordados os impactos decorrentes relativos aos testes de imparidade realizados aos principais ativos que integram o Balanço, especialmente os que se referem às suas participações financeiras. Obteve também a confirmação de que os trabalhos realizados permitiram concluir que, em relação a 31 de Dezembro de 2016, não eram do seu conhecimento quaisquer situações que pudessem originar a emissão de uma opinião com reservas, quer sobre as contas do MGAM,



quer sobre as contas das entidades que integram o universo do Grupo. Também foi apurado que no decurso do exercício não foram introduzidos procedimentos ou critérios contabilísticos diferentes dos utilizados em períodos anteriores, tendo em vista a comparabilidade das demonstrações financeiras agora apresentadas;

- f. Analisou e emitiu parecer favorável ao Programa de Ação e Orçamento para 2017, documento que mereceu a aprovação do Conselho Geral e da Assembleia Geral da Associação Mutualista.

3 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Da análise efetuada ao Relatório e Contas do MGAM, destacam-se os factos mais relevantes ocorridos em 2016:

- a. A atividade mutualista teve um desempenho muito distinto ao longo do ano. No primeiro trimestre manteve a tendência de queda já observada no decurso do ano anterior, no 2º trimestre inverteu a tendência e começou a revelar sinais positivos, sendo que nos dois últimos trimestres registou um crescimento modesto mas consistente;
- b. O desempenho acima descrito coincidiu com a evolução do Projeto Start, que consistiu na criação da rede de gestores mutualistas, planeado no 1º trimestre, implementado no 2º trimestre e em desenvolvimento nos últimos trimestres;
- c. Diminuição inexpressiva do número de Associados, de 632 931 em 2015 para 632 477 em 2016;
- d. Pese embora a cadência das emissões de Capital Certo, em regra mensal, tivesse sido interrompida em Setembro de 2015 e só tivesse sido retomada em Fevereiro de 2016, o número de planos mutualistas subscritos pelos Associados sofreu apenas uma ligeira redução, de 1 054 671 para 1 044 124;
- e. O volume anual de Receitas Associativas manteve-se nos 480 milhões de euros, adiante M€, mas a Margem da Atividade Associativa melhorou, significativamente, em 449 M€;
- f. Os reembolsos antecipados e os capitais pagos aos Associados tiveram uma melhoria significativa, ao baixarem de 1 066 M€ para 606 M€;
- g. Diminuição do Ativo Líquido, em 122 M€, influenciada pelo fluxo financeiro líquido negativo gerado pela não reaplicação de verbas reembolsadas em modalidades de capitalização;



- h. A recomposição do Ativo deveu-se essencialmente ao aumento de capital efetuado na CEMG, que envolveu a venda de Propriedades de Investimento e a mobilização de Títulos, por contrapartida do aumento da Participação na CEMG;
- i. Alienação à CEMG de 421 imóveis que se encontravam ao serviço desta, por 200 M€. Esta operação, que contribuiu para uma maior segregação das atividades do MGAM e da CEMG, foi realizada ao justo valor dos ativos, o que, face aos valores de aquisição e suas benfeitorias, apurou uma mais-valia de 46 M€;
- j. Com o aumento do Capital Institucional da CEMG em 270 M€ e a aquisição de 41 M€ de Unidades do Fundo de Participação, no final de 2016 o valor bruto do investimento no capital da CEMG ascendia a 2 016 M€. Contudo, considerando que os testes de imparidade realizados este ano mantiveram, sem alteração, a desvalorização da participação em 350 M€, o valor líquido investido na CEMG valia 1 666 M€;
- k. Recomposição das rubricas do Capital Próprio, positivo em 188 M€, após aplicação de Resultados do exercício anterior, aprovada na Assembleia Geral de 31 de Março de 2016;
- l. Decréscimo homólogo dos Resultados Operacionais de 36 M€ para 15 M€, justificados por:
 - i. Constituição de 24 M€ de provisões resultantes dos testes de adequação de Provisões Matemáticas Estatutárias e Reservas, para acautelar um cenário de taxas de juro cada vez mais negativas;
 - ii. Redução de Juros e Rendimentos similares, de 88 M€ para 61 M€;
 - iii. Quebra de 13 M€ de rendas referentes a imóveis que estavam ao serviço da CEMG e que lhe foram vendidos em Março de 2016, conforme aliena i. acima;
 - iv. Acréscimo de 3 M€ de custos com a cedência de pessoal da CEMG, designadamente para o Centro Corporativo e para a rede de gestores mutualistas afetos ao Projeto Start;
 - v. Pagamento de cerca de 2 M€ de comissões à CEMG pela sua intermediação na colocação das séries Capital Certo;



- vi. Poupança de 13 M€ de Outros serviços especializados, designadamente de trabalhos que, antes da cedência de pessoal, eram realizados pela CEMG;
- m. Reforço de 7 M€ de imparidades imputadas à Montepio Seguros SGPS;
- n. Utilização, no momento da sua dissolução, de 33 M€ de provisões que foram constituídas ao longo dos anos para fazer face à perda de valor da Lestinvest SGPS;
- o. Melhoria do Resultado líquido do exercício, que passou de um prejuízo de 393 M€, para um lucro de 7 M€;
- p. Reforço da autonomia financeira, de 4,6% para 5,1% em termos globais, e de 15,1% para 16,6% se for expurgado o efeito das provisões e imparidades.

4 - ASPECTOS RELEVANTES

No que se refere aos aspectos mais relevantes, o Conselho Fiscal destaca os seguintes:

- a. O número de colaboradores cedidos pela CEMG passou de 77 no final de 2015, para 201 no final de 2016, dos quais 96 foram afetos ao Projecto Start e 13 ao Centro Corporativo, ambos implementados em 2016;
- b. Alienação da participação financeira no Finibanco Vida – Companhia de Seguros, SA, por 17,4 M€, o que gerou uma menos-valia de 0,26 M€;
- c. Liquidação da participação financeira da Lestinvest SGPS, que foi dissolvida em Junho de 2016;
- d. Aquisição à Futuro-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA da participação de 3,267% que esta detinha no capital social da holding Montepio Seguros, por 1,5 M€;
- e. Celebração de contrato de promessa de compra à espanhola Lusitana Sénior Vida, SL, dos 49,01% de capital que esta detinha na empresa Residências Montepio, para que, concluído o negócio, passe a ser exclusivamente detida pelo MGAM;
- f. Publicação do Relatório de Sustentabilidade de 2015 das quatro principais entidades que integram o Grupo, relatório que foi sujeito a verificação independente por entidade externa;
- g. Comemoração do 20º aniversário da Fundação Montepio.



5 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM OS AUDITORES EXTERNOS

Na apreciação das demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MGAM elaborada pelos auditores externos, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, entidade que acompanhou e auditou as contas consolidadas do Grupo, bem com as contas individuais das Empresas do Grupo.

6 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM OS SERVIÇOS DO MGAM

O Conselho Fiscal gostaria de realçar o bom relacionamento e toda a colaboração prestada pelos vários Serviços com que se relacionou no decurso das suas tarefas de fiscalização. Aqui fica registado o nosso agradecimento por todo o apoio recebido e que muito contribuiu para que este Conselho Fiscal pudesse cumprir a sua missão estatutária.

7 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho Fiscal manteve um constante diálogo com o Conselho de Administração no sentido de obter todas as informações e outros elementos de análise considerados relevantes ao desenvolvimento do seu trabalho. O Conselho Fiscal contou sempre, em termos que lhe apraz registar, com toda a disponibilidade e colaboração do Conselho de Administração.

8 - LIGAÇÃO DO CONSELHO FISCAL COM O CONSELHO GERAL

O Conselho Fiscal que, por inerência do cargo, integra o Conselho Geral, esteve presente em todas as reuniões deste Conselho que foram realizadas em 2016. O Conselho Geral constitui um fórum privilegiado onde todos os assuntos mais relevantes para vida do Grupo são apresentados, discutidos e analisados com a necessária profundidade.

9 - NOTAS FINAIS

Como notas finais, o Conselho Fiscal gostaria de salientar:

- a. O Conselho Fiscal apreciou os documentos de prestação de contas, compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento integral, das Alterações no capital próprio e



dos Fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão;

- b.** Na apreciação das Demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração, como refere no Ponto 5, acima, a opinião emitida pelos Auditores Externos, KPMG & Associados, SROC, SA, cujo parecer expressa a opinião de que "as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes" e contém uma ênfase que remete para "a nota 22 do Anexo que inclui informação sobre os investimentos em subsidiárias e associadas (participações financeiras), nomeadamente, sobre o registo de imparidades resultante da aplicação da política contabilística referida na nota 1 e).";
- c.** Sobre a questão das imparidades, o Conselho Fiscal gostaria de realçar que, no seu Relatório e Parecer referente às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 2015, se referiu a esta situação, focando que os testes de imparidades efetuados às participações financeiras decorrem da atualização dos cash-flows futuros previstos nos Planos de Negócio das empresas participadas e têm como pressuposto a utilização de taxas de desconto que comportam em si também alguma subjetividade. A taxa de desconto utilizada é composta por várias componentes, como sejam o prémio de risco do país, o prémio de risco do setor (o chamado β eta do setor onde as empresas se inserem), bem como o prémio de risco específico de cada entidade;
- d.** Sem colocar minimamente em causa a adequação de todas as premissas utilizadas e a correção matemática dos cálculos subjacentes, importa ter presente que, variações, ainda que mínimas, na ordem de 0,5%, podem provocar oscilações significativas no valor das imparidades. O simples aumento de 0,5% implicaria um reforço de 134 M€ de imparidades, mas, por outro lado, a redução de 0,5% permitiria libertar 138 M€ de imparidades.



PARECER

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM em 31 de Dezembro de 2016, o Resultado das suas operações, o Rendimento integral, as Alterações na situação líquida e os Fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotados na União Europeia.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras do **Montepio Geral Associação Mutualista**, referentes a 31 de Dezembro de 2016, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

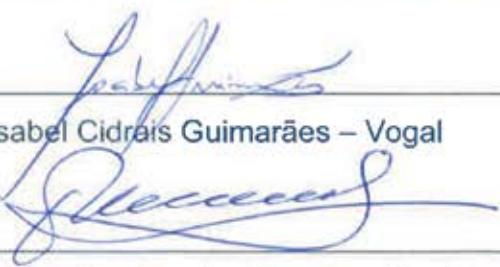
- a. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração; e
- b. A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Lisboa, 14 de Março de 2017

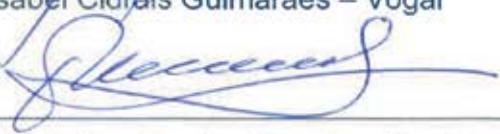
O CONSELHO FISCAL



Manuel Rui dos Santos Caseirão – Presidente



Isabel Cidrais Guimarães – Vogal



António Mendes de Almeida – Vogal

16

ANEXOS

16.1 DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA 2017

1. As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do artigo 25.º b) dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.

2. O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.

3. O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:

a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de janeiro (subsídio de férias) e novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;

b) Eventualmente, um subsídio anual de montante fixo, pago no mês de abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual, conforme vier a ser deliberado pela Comissão de Vencimentos;

c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG);

d) As remunerações referidas em a) e c) podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal da CEMG;

e) No termo das suas funções, têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;

f) No caso de destituição sem justa causa, têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhes fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;

g) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pelo MGAM.

4. A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea f) do número antecedente.

5. Os restantes membros dos órgãos associativos, titulares da Mesa da Assembleia Geral e titulares do Conselho Geral, a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos, são remunerados, em senhas de presença, pelas reuniões em que participem.

16.2 RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades individuais atuariais do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM) com e sem reservas matemáticas, as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas, sendo a informação apresentada reportada a 31 de dezembro de 2016.

As reservas matemáticas das modalidades atuariais e das rendas são calculadas com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela⁽¹⁾ e são denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, uma vez que são as únicas que o MGAM tem obrigatoriedade de constituir.

Contudo, e uma vez que as Reservas Matemáticas Estatutárias poderão estar subavaliadas, por desatualização das bases técnicas, são efetuados periodicamente, e por iniciativa do MGAM, testes à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, os quais consistem no seu recálculo utilizando tábua de mortalidade e taxas técnicas de juro mais adequadas à realidade atual.

Estes testes, realizados desde 2005, permitem avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 505,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 0,6% relativamente a 31 de dezembro de 2015.

Na sequência dos testes à adequação das responsabilidades realizados durante o ano, o MGAM constituiu, em 2016, um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 23,8 milhões de euros, situando-se o valor das Reservas Matemáticas Atuariais, em 31 de dezembro de 2016, nos 117,8 milhões de euros (+25,4% do que em período homólogo de 2015).

O valor total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2016, os 623,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 4,5% relativamente a 31 de dezembro de 2015.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

2.1 ANÁLISE GLOBAL

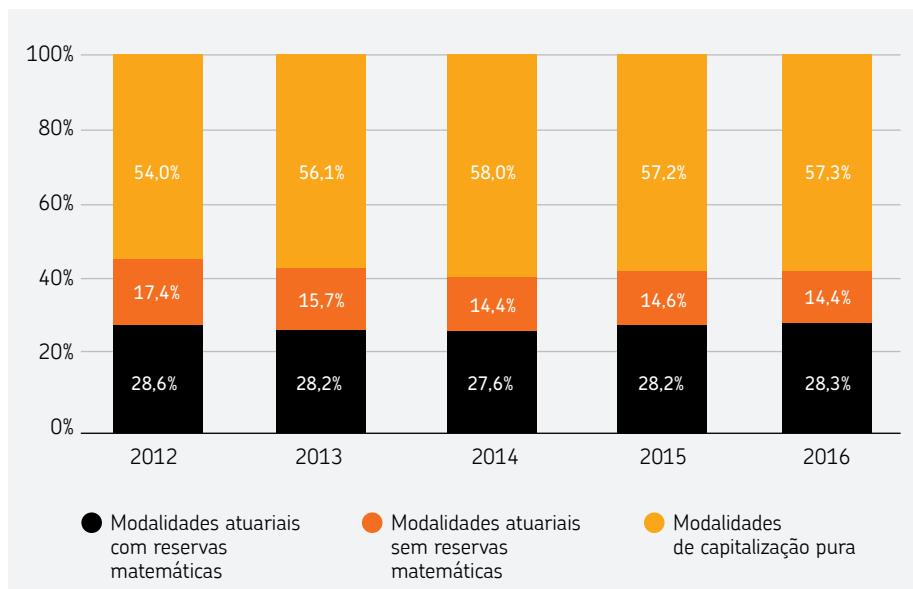
Em 31 de dezembro de 2016, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 1 048 419, o que representa um decréscimo de 1% relativamente a 31 de dezembro de 2015. Neste número estão incluídas 4 295 subscrições em coberturas adicionais.

1) Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades atuariais com reservas matemáticas⁽²⁾;
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas⁽³⁾;
- Modalidades de capitalização pura⁽⁴⁾.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



Da sua análise constata-se que o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições aumentou ligeiramente em 2016, representando atualmente 28,3% do total de subscrições (face a 28,2% em 2015).

Também as modalidades de capitalização pura aumentaram ligeiramente o seu peso no total de subscrições, representando atualmente 57,3% do total de subscrições (face a 57,2% em 2015).

Quanto às modalidades atuariais sem reservas matemáticas, o peso das subscrições destas modalidades no total de subscrições registou uma diminuição, tendo atualmente um peso de 14,4% no total de subscrições (face a 14,6% em 2015).

2) Nesta análise gráfica não estão incluídas as rendas vitalícias e as rendas temporárias, por não serem modalidades associativas.

3) Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual.

4) Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

2.2 MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual), o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano situou-se nos 23,9 milhões de euros enquanto os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano atingiram os 9,8 milhões de euros.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS – ANO 2016

(euros)

MODALIDADES	QUOTIZAÇÕES RECEBIDAS PELO MGAM	CAPITAIS PAGOS PELO MGAM	SALDO
Montepio Proteção – Crédito Habitação	23 420 930,20	9 776 905,13	13 644 025,07
Montepio Proteção – Outros Encargos	446 567,96	0,00	446 567,96
Montepio Proteção – Crédito Individual	8 101,37	0,00	8 101,37
TOTAL	23 875 599,53	9 776 905,13	14 098 694,40

2.3 MODALIDADES ATUARIAIS COM RESERVAS MATEMÁTICAS

Analizando as subscrições de 2016, verifica-se que a modalidade atuarial com reservas matemáticas mais subscrita, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), representando cerca de 95,2% do total de subscrições de 2016 e 93,3% do total de capital subscrito nas modalidades atuariais com reservas matemáticas.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES		CAPITAIS SUBSCRITOS	
MODALIDADES	%	MODALIDADES	%
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	95,2	Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	93,3
Montepio Proteção 18-30 - 3%	4,5	Montepio Proteção 18-30 - 3%	6,3
Outras Modalidades	0,3	Outras Modalidades	0,4

Apresenta-se, de seguida, em termos acumulados, o número de subscrições e valores subscritos, bem como a quotização anual, à data de 31 de dezembro de 2016, destacando-se a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), com 183 208 subscrições e 47,1 milhões de euros de quotização anual.

SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES

(euros)

	N.º SUBSCRIÇÕES	SUBSCRIÇÃO		QUOTIZAÇÃO ANUAL	
		TOTAL	MÉDIA	TOTAL	MÉDIA
Modalidades de subscrição aberta					
Montepio Proteção Vida - 3%	798	6 065 421,32	7 600,78	160 635,04	201,30
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 188	911 270,01	767,06	904 148,28	761,07
Restituição de Quotas - 3%	1 052	5 657 201,97	5 377,57	120 370,73	114,42
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	183 208	458 464 119,52	2 502,42	47 111 634,11	257,15
Montepio Proteção 18-30 - 3%	15 445	55 772 578,77	3 611,04	3 444 097,52	222,99
Montepio Proteção Invalidez - 3%	83	154 268,48	1 858,66	965,79	11,64
Subtotal	201 774	527 024 860,07	2 611,96	51 741 851,47	256,43
Modalidades de subscrição fechada com entregas^(a)					
Capitais de Previdência - 4%	6 059	19 392 379,18	3 200,59	528 289,78	87,19
Subsídio por Morte - 4%	1 228	1 256 350,65	1 023,09	25 028,81	20,38
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	74 566	256 657 953,45	3 442,02	16 199 747,05	217,25
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	72	1 224 991,80	17 013,78	34 729,37	482,35
Capitais para Jovens - 4%	4 341	23 387 298,74	5 387,54	1 170 202,90	269,57
Pensões para Deficientes - 4%	21	66 043,46	3 144,93	25 070,88	1 193,85
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	52	264 281,53	5 082,34	1 765,58	33,95
Rendas de Sobrevivência - 4%	30	74 011,13	2 467,04	31 522,94	1 050,76
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	14	60 358,77	4 311,34	3 856,64	275,47
Capitais para Estudos - 4%	569	326 710,33	574,18	221 097,28	388,57
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 594	26 763,12	16,79	6 316,78	3,96
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	5	7 042,15	1 408,43	173,64	34,73
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subtotal	88 555	302 744 280,09	3 418,71	18 247 837,05	206,06
Modalidades de subscrição fechada sem entregas^(b)					
Pensões de Reforma - 6%	613	923 219,46	1 506,07	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4%	962	765 762,87	796,01	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	1 113	622 841,84	559,61	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 6%	688	5 720 130,48	8 314,14	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 4%	2 295	13 511 969,90	5 887,57	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 6%	47	305 646,91	6 503,13	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 4%	57	70 016,52	1 228,36	0,00	0,00
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	91,48	0,00	0,00
Subtotal	5 832	21 924 802,30	3 759,40	0,00	0,00
TOTAL	296 161	851 693 942,46	2 875,78	69 989 688,52	236,32

(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscritores existentes procederem às entregas de capitais previstas aquando da data da subscrição.

(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

Apresenta-se também o número de pensões⁽⁵⁾ existentes em 31 de dezembro de 2016, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam 7 951 pensões em pagamento, a que corresponde um encargo médio anual de 1 432,03 euros.

PENSÕES EM PAGAMENTO

(euros)

MODALIDADES	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL ^(a)		ENCARGO MÉDIO POR PENSÃO	RELAÇÃO ENTRE SUBV. +MELH. E PENSÕES
		PENSÕES	SUBVENÇÕES E MELHORIAS ^(b)		
Montepio Proteção Vida – 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01
Capitais de Previdência – 4%	1 515	233 966,64	590 200,44	544,00	2,52
Pensões de Reforma – 6%	2 120	3 930 137,16	2 352 927,36	2 963,71	0,60
Pensões de Reforma – 4%	996	1 178 373,48	90 262,08	1 273,73	0,08
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	383	391 384,80	124,92	1 022,22	0,00
Montepio Proteção 18-30 – 3%	3	10 736,40	360,72	3 699,04	0,03
Capitais para Jovens – 4%	88	171 094,08	23 768,16	2 214,34	0,14
Pensões para Deficientes – 4%	4	3 766,80	1 469,52	1 309,08	0,39
Rendas de Sobrevivência – 4%	4	10 601,40	736,32	2 834,43	0,07
Capitais para Estudos – 4%	471	292 090,50	26 392,28	676,18	0,09
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	150	335 604,48	36 821,40	2 482,84	0,11
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	192	467 730,60	13 142,04	2 504,55	0,03
Pensões de Poupança Reforma – 3%	6	5 823,84	78,84	983,78	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes – 4%	1 981	31 365,24	1 167 181,44	605,02	37,21
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas – 4%	31	575,64	5 745,98	203,92	9,98
Rendas Certas de Santo António – 3%	1	1 340,64	0,00	1 340,64	0,00
Pensões de Modalidades Coletivas – 3%	3	9 500,54	0,00	3 166,85	0,00
TOTAL	7 951	7 075 988,84	4 310 087,14	1 432,03	0,61

(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos (4%) refere-se a uma semestralidade.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

5) Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

2.4 RENDAS VITALÍCIAS

Em 31 de dezembro de 2016, existiam 707 rendas vitalícias e 420 rendistas. Estes valores incluem 6 rendas vitalícias diferidas (e os respetivos rendistas), cujo pagamento ainda não se iniciou, bem como 3 rendas vitalícias imediatas sobre uma vida constituídas no mês de dezembro (e os respetivos rendistas), cujo pagamento tem início em janeiro de 2017. Em 2016, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 1 538 982,88 euros, tendo-se registado um aumento de cerca de 55,7% face a 2015.

RENDAS VITALÍCIAS	NÚMERO		VALOR ANUAL	
	RENDAS	RENDISTAS	TOTAL	MÉDIO (POR RENDA)
Rendas Vitalícias – 6%	72	34	126 490,86	1 756,82
Rendas Vitalícias – 4%	390	213	1 475 453,33	3 783,21
Rendas Vitalícias – 3%	245	173	588 690,87	2 402,82
TOTAL	707	420	2 190 635,06	3 098,49

2.5 RENDAS TEMPORÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2016, existiam 18 rendas temporárias e 22 rendistas. Em 2016, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias foi de 94 051,37 euros, tendo-se registado uma diminuição de cerca de 26,5% face a 2015.

RENDAS TEMPORÁRIAS	NÚMERO		VALOR ANUAL	
	RENDAS	RENDISTAS	TOTAL	MÉDIO (POR RENDA)
Rendas Temporárias – 3%	18	22	72 252,61	4 014,03
TOTAL	18	22	72 252,61	4 014,03

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias do MGAM são calculadas mensalmente com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas (tábua de mortalidade e/ou taxa técnica de juro).

Neste contexto, e por questões prudenciais, são efetuados periodicamente testes à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias. Estes testes, realizados desde 2005, permitem avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efetuado da seguinte forma:

- a) Calculam-se as reservas matemáticas de cada modalidade e renda com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- b) Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual, em termos de esperança de vida e de taxa técnica de juro a utilizar no desconto das responsabilidades, de forma a constituir, caso necessário, a denominada Reserva Matemática Atuarial;
- c) Sempre que o valor das reservas matemáticas calculadas com pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas:
 - i. se o valor da insuficiência for inferior ao valor da Reserva Matemática Atuarial constituída, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - ii. se o valor da insuficiência for superior ao valor da Reserva Matemática Atuarial constituída, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.

Assim, e resumidamente, desde 2005 que o MGAM reflete no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela.
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante dos testes à adequação das responsabilidades realizados.

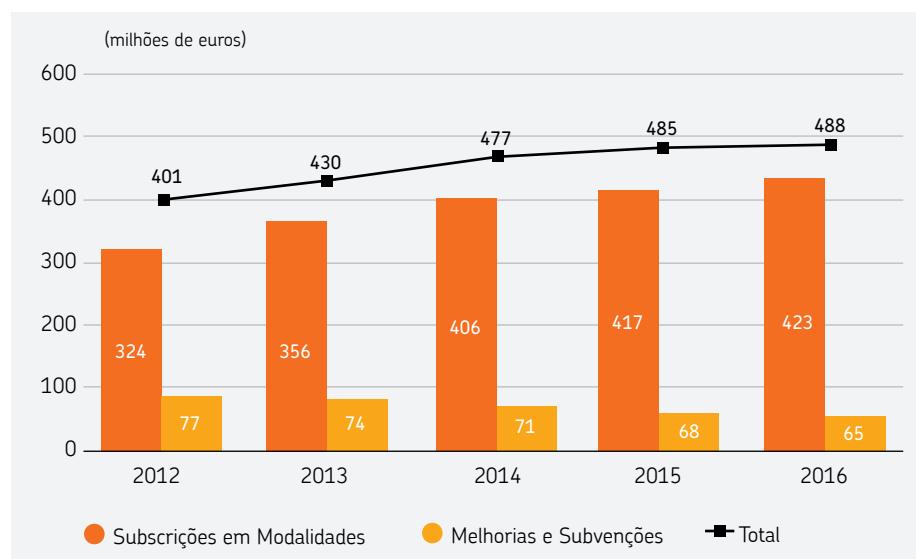
3.1 RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2016, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 505 526 230,05 euros, o que representa um acréscimo de 0,6% relativamente a 31 de dezembro de 2015.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016		(euros)		
		SUBSCRIÇÕES	MELHORIAS E SUBVENÇÕES	SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR
Benefícios em formação		362 998 109,69	35 647 052,63	
Modalidades de subscrição aberta		227 817 479,55	1 104 096,36	
Modalidades de subscrição fechada com entregas		107 415 965,41	30 733 281,05	
Modalidades de subscrição fechada sem entregas		27 764 664,73	3 809 675,22	
Benefícios em curso		59 594 091,14	29 105 897,40	10 365,82
Rendas vitalícias		17 499 193,99		
Rendas temporárias		671 519,38		
TOTAL		440 762 914,20	64 752 950,03	10 365,82

O gráfico seguinte ilustra a evolução das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades e das Melhorias e Subvenções, nos últimos cinco anos. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS - EVOLUÇÃO ANUAL



Em 2016, manteve-se a tendência de crescimento do total das reservas matemáticas, tendo-se verificado um aumento de 22% nos últimos 5 anos. A componente referente às Melhorias e Subvenções registou, mais uma vez, uma ligeira descida, à semelhança dos anos anteriores.

Apresenta-se, de seguida, por modalidade, as reservas matemáticas, das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2016, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2015.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES – BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO

(euros)

	N.º SUBSCRIÇÕES	CAPITAIS E PENSÕES ANUAIS SUBSCRITOS	RESERVAS MATEMÁTICAS
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA			
Montepio Proteção Vida – 3%	798	6 065 421,32	929 935,57
Montepio Pensões de Reforma – 3%	1 188	911 270,01	6 903 955,74
Restituição de Quotas – 3%	1 052	5 657 201,97	759 359,29
Montepio Proteção 5 em 5 – 3%	183 208	458 464 119,52	190 537 944,25
Montepio Proteção 18-30 – 3%	15 445	55 772 578,77	28 682 064,15
Montepio Proteção Invalidez – 3%	83	154 268,48	4 220,55
Subtotal	201 774	527 024 860,07	227 817 479,55
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS			
Capitais de Previdência – 4%	6 059	19 392 379,18	11 291 577,83
Subsídio por Morte – 4%	1 228	1 256 350,65	951 319,58
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	74 566	256 657 953,45	69 910 683,94
Capitais de Previdência a Prazo – 4%	72	1 224 991,80	1 050 470,92
Capitais para Jovens – 4%	4 341	23 387 298,74	19 338 539,30
Pensões para Deficientes – 4%	21	66 043,46	515 996,76
Capitais Temporários por Invalidez – 4%	52	264 281,53	8 725,52
Rendas de Sobrevivência – 4%	30	74 011,13	687 056,24
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional – 4%	14	60 358,77	26 722,23
Capitais para Estudos – 4%	569	326 710,33	3 325 503,81
Pensões de Sobrevivência e Dotes – 4%	1 594	26 763,12	304 548,80
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas – 4%	5	7 042,15	4 172,38
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas – 4%	4	95,78	648,10
Subtotal	88 555	302 744 280,09	107 415 965,41
MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS			
Pensões de Reforma – 6%	613	923 219,46	9 364 494,65
Pensões de Reforma – 4%	962	765 762,87	8 445 511,00
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 113	622 841,84	8 589 788,47
Restituição de Quotas – 6%	688	5 720 130,48	276 624,22
Restituição de Quotas – 4%	2 295	13 511 969,90	1 051 854,58
Adicional de Invalidez – 6%	47	305 646,91	22 453,29
Adicional de Invalidez – 4%	57	70 016,52	8 882,84
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional – 4%	57	5 214,32	5 055,68
Subtotal	5 832	21 924 802,30	27 764 664,73
TOTAL	296 161	851 693 942,46	362 998 109,69

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES - BENEFÍCIOS EM CURSO

(euros)

MODALIDADES	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2 678,14
Capitais de Previdência - 4%	1 515	233 966,64	1 471 319,66
Pensões de Reforma - 6%	2 120	3 930 137,16	32 127 378,50
Pensões de Reforma - 4%	996	1 178 373,48	11 106 696,51
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	383	391 384,80	4 936 020,00
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3	10 736,40	47 698,95
Capitais para Jovens - 4%	88	171 094,08	373 821,62
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	57 672,19
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	10 601,40	168 403,51
Capitais para Estudos - 4%	471	292 090,50	1 738 690,14
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	2	1 734,84	6 556,77
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	150	335 604,48	2 223 853,05
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	192	467 730,60	4 971 045,59
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	71 369,12
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 981	31 365,24	197 316,26
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	31	575,64	3 344,59
Rendas Certas de Santo António - 3%	1	1 340,64	552,01
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	3	9 500,54	89 674,53
TOTAL	7 951	7 075 988,84	59 594 091,14

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM RENDAS

(euros)

	N.º RENDAS	VALOR ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
RENDAS VITALÍCIAS			
Rendas Vitalícias - 6%	72	126 490,86	475 318,37
Rendas Vitalícias - 4%	390	1 475 453,33	8 319 421,07
Rendas Vitalícias - 3%	245	588 690,87	8 704 454,55
Subtotal	707	2 190 635,06	17 499 193,99
RENDAS TEMPORÁRIAS			
Rendas Temporárias - 3%	18	72 252,61	671 519,38
Subtotal	18	72 252,61	671 519,38
TOTAL	725	2 262 887,67	18 170 713,37

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES – BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO

(euros)

	N.º SUBSCRIÇÕES	MELHORIAS E SUBVENÇÕES	RESERVAS MATEMÁTICAS
Modalidades de subscrição aberta			
Montepio Proteção Vida - 3%	736	19 860,20	10 609,30
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 131	4 311,84	54 586,46
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	113 625	1 411 377,68	794 038,24
Montepio Proteção 18-30 - 3%	11 489	294 920,17	244 801,52
Montepio Proteção Invalidez - 3%	80	922,93	60,84
Subtotal	127 061	1 731 392,82	1 104 096,36
Modalidades de subscrição fechada com entregas			
Capitais de Previdência - 4%	6 059	28 857 449,23	18 801 697,84
Subsídio por Morte - 4%	1 225	873 906,57	662 465,90
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	59 093	3 508 415,15	1 094 152,56
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	72	57 889,30	51 457,14
Capitais para Jovens - 4%	4 340	730 243,18	663 145,36
Pensões para Deficientes - 4%	21	12 370,82	102 014,82
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	52	17 772,24	2 186,57
Rendas de Sobrevivência - 4%	30	5 638,32	59 272,81
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	14	1 142,71	556,96
Capitais para Estudos - 4%	569	8 125,72	80 470,58
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 594	750 492,85	9 193 957,74
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	5	21 750,12	15 038,72
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	934,89	6 864,05
Subtotal	73 078	34 846 131,10	30 733 281,05
Modalidades de subscrição fechada sem entregas			
Pensões de Reforma - 6%	613	467 909,90	3 413 559,69
Pensões de Reforma - 4%	962	42 806,26	370 295,09
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	89	492,46	6 919,16
Adicional de Invalidez - 6%	47	100 026,21	6 339,57
Adicional de Invalidez - 4%	55	1 792,46	164,51
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	12 786,32	12 397,20
Subtotal	1 823	625 813,61	3 809 675,22
TOTAL	201 962	37 203 337,53	35 647 052,63

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM CURSO

(euros)

MODALIDADES	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	33,77
Capitais de Previdência - 4%	1 515	589 802,76	3 420 380,99
Pensões de Reforma - 6%	2 120	2 352 927,36	17 349 830,23
Pensões de Reforma - 4%	996	90 262,08	810 321,69
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	45	124,92	1 642,02
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3	360,72	1 524,07
Capitais para Jovens - 4%	88	23 768,16	45 639,46
Pensões para Deficientes - 4%	4	1 469,52	22 165,29
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	736,32	11 572,60
Capitais para Estudos - 4%	471	26 392,28	131 219,94
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	2	873,60	3 302,59
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	129	36 821,40	213 208,56
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	192	13 142,04	157 862,08
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	78,84	941,95
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 981	1 165 354,92	6 902 756,94
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	31	5 745,98	33 495,22
TOTAL	7 588	4 307 862,94	29 105 897,40

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

MODALIDADES	N.º PENSÕES	ENCARGO ANUAL	RESERVAS MATEMÁTICAS
Capitais de Previdência - 4%	25	397,68	3 393,41
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	187	1 826,52	6 972,41
TOTAL	212	2 224,20	10 365,82

Em 31 de dezembro de 2016, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 440 762 914,20 euros, tendo-se registado um aumento de 1,4% relativamente ao ano anterior.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO ANUAL
Benefícios em formação	362 998 109,69	358 740 483,80	4 257 625,89
Benefícios em curso ^(a)	59 594 091,14	58 236 046,52	1 358 044,62
Rendas Vitalícias	17 499 193,99	17 032 457,07	466 736,92
Rendas Temporárias	671 519,38	657 978,01	13 541,37
TOTAL	440 762 914,20	434 666 965,40	6 095 948,80

(a) Inclui as rendas certas de Santo António e as pensões provenientes de inscrições em modalidades coletivas.

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 4,5% relativamente ao ano anterior, situando-se em 31 de dezembro de 2016 nos 64 752 950,03 euros.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO ANUAL
Benefícios em formação	35 647 052,63	37 838 156,71	-2 191 104,08
Benefícios em curso	29 105 897,40	29 988 951,29	-883 053,89
TOTAL	64 752 950,03	67 827 108,00	-3 074 157,97

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalterados durante 2016, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO ANUAL
Benefícios em curso	10 365,82	11 113,92	-748,10
TOTAL	10 365,82	11 113,92	-748,10

3.2 RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS

Na sequência dos testes à adequação das responsabilidades realizados durante o ano, o MGAM constituiu, em 2016, um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 23 835 803,94 euros. Em 31 de dezembro de 2016, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 117 794 386,85 euros, o que representa um acréscimo de 25,4% relativamente a 31 de dezembro de 2015.

Os pressupostos, relativos à mortalidade e à taxa técnica de juro, utilizados em 2016 no teste de adequação das responsabilidades foram os seguintes:

- Pressupostos relativos à mortalidade: utilização de tábuas de mortalidade que traduzem a mortalidade real do MGAM;
- Pressupostos relativos à taxa técnica de juro: utilização de uma taxa técnica de juro por modalidade ou renda, em função do prazo médio das responsabilidades associadas a cada modalidade ou renda. Em 31 de dezembro de 2016, as taxas técnicas de juro utilizadas no desconto das responsabilidades situavam-se no intervalo entre 1,00% e 3,35%.

Apresentam-se de seguida, por modalidade e renda, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2016, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2015.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(euros)

	RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS		VARIAÇÃO ANUAL	
	31/12/2016	31/12/2015	LIBERTAÇÃO	REFORÇO
Modalidades de subscrição aberta				
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	10 924 316,32			10 924 316,32
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2 606 206,63			2 606 206,63
Restituição de Quotas - 3%	31 739,71			31 739,71
Montepio Proteção Invalidez - 3%	385,03			385,03
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	357 752,97			357 752,97
Pensões de Poupança Reforma - 3%	5 038,51			5 038,51
Rendas Certas de Santo António - 3%	2,71			2,71
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	5 480,27			5 480,27
Subtotal	13 930 922,15	0,00	0,00	13 930 922,15
Modalidades de subscrição fechada com entregas				
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	5 582 653,81	6 642 220,83	-1 059 567,02	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	144 806,73	141 566,23		3 240,50
Capitais para Jovens - 4%	2 125 780,62	2 500 472,03	- 374 691,41	
Pensões para Deficientes - 4%	272 006,32	218 927,60		53 078,72
Rendas de Sobrevidência - 4%	60 709,72	34 555,61		26 154,11
Capitais para Estudos - 4%	629 665,38	652 208,31	- 22 542,93	
Pensões de Sobrevidência e Dotes - 4%	8 028 230,37	6 915 061,36		1 113 169,01
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	50 071,08	48 494,06		1 577,02
Subtotal	16 893 924,03	17 153 506,03	-1 456 801,36	1 197 219,36
Modalidades de subscrição fechada sem entregas				
Pensões de Reforma - 6%	60 122 782,47	53 660 446,55		6 462 335,92
Pensões de Reforma - 4%	10 622 594,82	8 418 769,83		2 203 824,99
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	2 436 014,92	1 339 295,16		1 096 719,76
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	15 695,64	15 905,11	- 209,47	
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 622 494,88	2 612 432,86		10 062,02
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	203,25	143,99		59,26
Subtotal	75 819 785,98	66 046 993,50	- 209,47	9 773 001,95
Rendas				
Rendas Vitalícias - 6%	715 811,78	723 402,88	- 7 591,10	
Rendas Vitalícias - 4%	9 674 987,99	10 034 680,50	- 359 692,51	
Rendas Vitalícias - 3%	703 710,94			703 710,94
Rendas Temporárias - 3%	55 243,98			55 243,98
Subtotal	11 149 754,69	10 758 083,38	- 367 283,61	758 954,92
TOTAL	117 794 386,85	93 958 582,91	-1 824 294,44	25 660 098,38

3.3 TOTAL DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

No final de 2016, o total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 623 320 616,90 euros, o que representa um acréscimo de 4,5% relativamente a 31 de dezembro de 2015.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	ESTATUTÁRIAS	ATUARIAIS	TOTAIS
Montepio Proteção Vida - 3%	943 256,78		943 256,78
Montepio Pensões de Reforma - 3%	6 958 542,20		6 958 542,20
Restituição de Quotas - 3%	759 359,29	31 739,71	791 099,00
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	191 331 982,49	10 924 316,32	202 256 298,81
Montepio Proteção 18-30 - 3%	28 976 088,69	2 606 206,63	31 582 295,32
Montepio Proteção Invalidez - 3%	4 281,39	385,03	4 666,42
Pensões de Capitais de Reforma - 3% ^(a)	5 128 907,67	357 752,97	5 486 660,64
Pensões de Poupança de Reforma - 3% ^(a)	72 311,07	5 038,51	77 349,58
Rendas Certas de Santo António - 3% ^(b)	552,01	2,71	554,72
Pensões de Modalidades Coletivas - 3% ^(b)	89 674,53	5 480,27	95 154,80
TOTAL	234 264 956,12	13 930 922,15	248 195 878,27

(a) De notar que as Pensões de Capitais de Reforma e as Pensões de Poupança Reforma não se tratam propriamente de modalidades, mas sim de rendas vitalícias imediatas sobre uma vida, adquiridas por reembolso das modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma (modalidades de capitalização). Desde novembro de 2013, com a entrada em vigor do atual Regulamento de Benefícios, as rendas adquiridas por reembolso das modalidades de capitalização são geridas na carteira de Rendas.

(b) Também as Rendas Certas de Santo António e as Pensões de Modalidades Coletivas não são propriamente modalidades, mas sim rendas temporárias certas e pensões vitalícias sobre uma vida provenientes de inscrições em Modalidades Coletivas.”

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS

(euros)

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	ESTATUTÁRIAS	ATUARIAIS	TOTAIS
Capitais de Previdência - 4%	34 988 369,73		34 988 369,73
Subsídio por Morte - 4%	1 613 785,48		1 613 785,48
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	71 004 836,50	5 582 653,81	76 587 490,31
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	1 101 928,06	144 806,73	1 246 734,79
Capitais para Jovens - 4%	20 421 145,74	2 125 780,62	22 546 926,36
Pensões para Deficientes - 4%	697 849,06	272 006,32	969 855,38
Capitais Temporários de Invalidez - 4%	10 912,09		10 912,09
Rendas de Sobrevivência - 4%	926 305,16	60 709,72	987 014,88
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	27 279,19		27 279,19
Capitais para Estudos - 4%	5 275 884,47	629 665,38	5 905 549,85
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	16 605 552,15	8 028 230,37	24 633 782,52
Capitais de Previdência Favor Pessoas Certas - 4%	19 211,10		19 211,10
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas - 4%	44 351,96	50 071,08	94 423,04
TOTAL	152 737 410,69	16 893 924,03	169 631 334,72

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS (euros)

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	ESTATUTÁRIAS	ATUARIAIS	TOTAIS
Pensões de Reforma - 6%	62 255 263,07	60 122 782,47	122 378 045,54
Pensões de Reforma - 4%	20 732 824,29	10 622 594,82	31 355 419,11
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	13 534 369,65	2 436 014,92	15 970 384,57
Restituição de Quotas - 6%	276 624,22		276 624,22
Restituição de Quotas - 4%	1 051 854,58		1 051 854,58
Adicional de Invalidez - 6%	28 792,86		28 792,86
Adicional de Invalidez - 4%	9 047,35		9 047,35
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	9 859,36	15 695,64	25 555,00
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 437 061,61	2 622 494,88	5 059 556,49
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17 452,88	203,25	17 656,13
TOTAL	100 353 149,87	75 819 785,98	176 172 935,85

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - RENDAS VITALÍCIAS (euros)

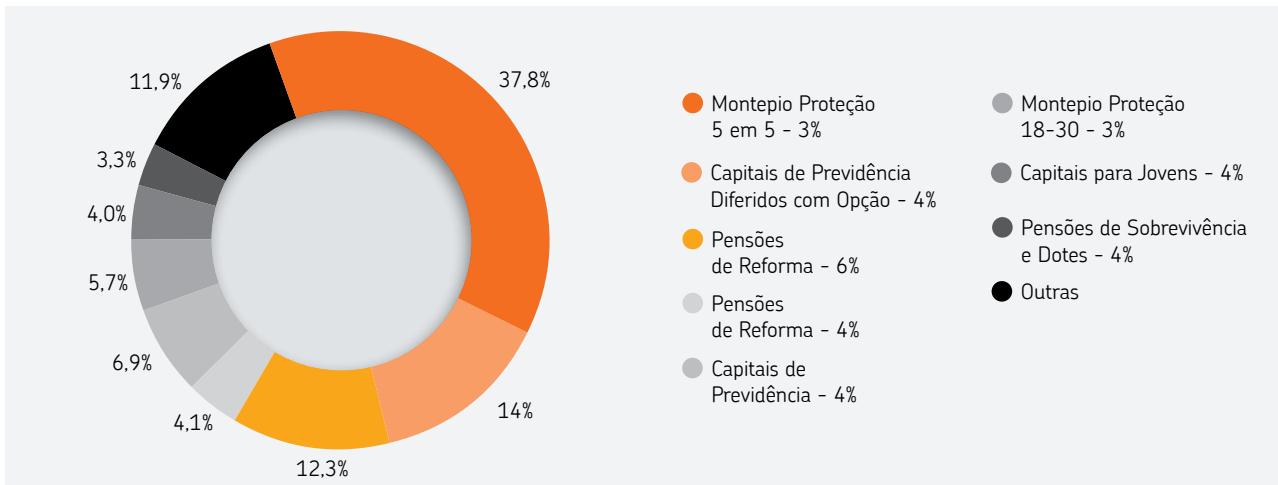
RENDAS VITALÍCIAS	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	ESTATUTÁRIAS	ATUARIAIS	TOTAIS
Rendas Vitalícias - 6%	475 318,37	715 811,78	1 191 130,15
Rendas Vitalícias - 4%	8 319 421,07	9 674 987,99	17 994 409,06
Rendas Vitalícias - 3%	8 704 454,55	703 710,94	9 408 165,49
TOTAL	17 499 193,99	11 094 510,71	28 593 704,70

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - RENDAS TEMPORÁRIAS (euros)

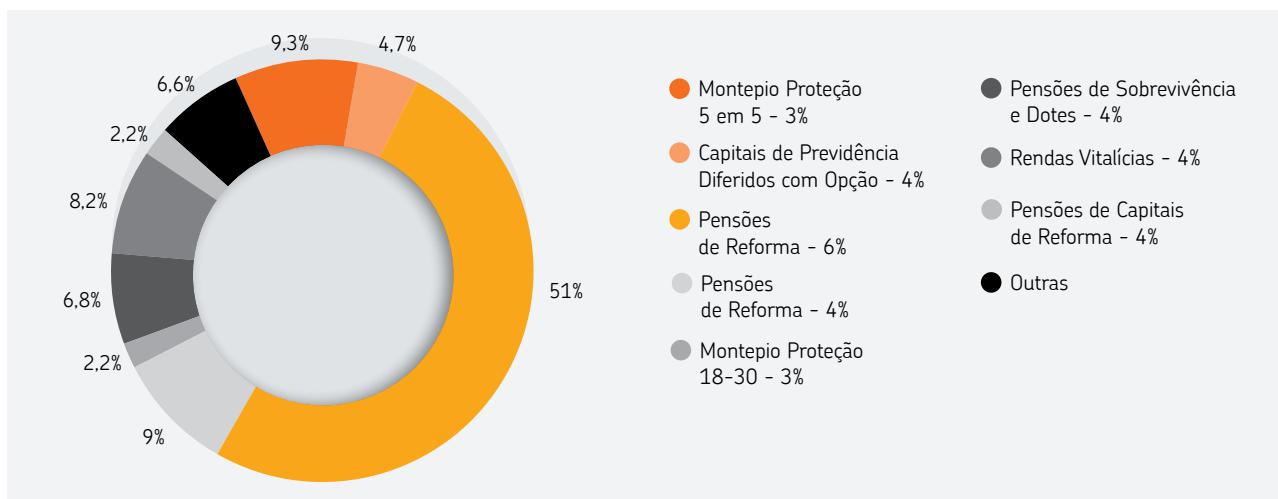
RENDAS TEMPORÁRIAS	RESERVAS MATEMÁTICAS		
	ESTATUTÁRIAS	ATUARIAIS	TOTAIS
Rendas Temporárias - 3%	671 519,38	55 243,98	726 763,36
TOTAL	671 519,38	55 243,98	726 763,36

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual das Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) por modalidade à data de 31 de dezembro de 2016.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Pensões de Reforma (6%), cuja provisão adicional constituída representa 51,0% no total das Reservas Matemáticas Atuariais.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DO MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas pela Área de Atuariado do Gabinete Financeiro, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a um reforço da provisão adicional de reservas matemáticas.

Assim, e tendo em consideração a informação disponível nesta data, considera-se que o montante total das Reservas Matemáticas constituídas é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com

os subscritores e beneficiários das modalidades e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

A Atuária,

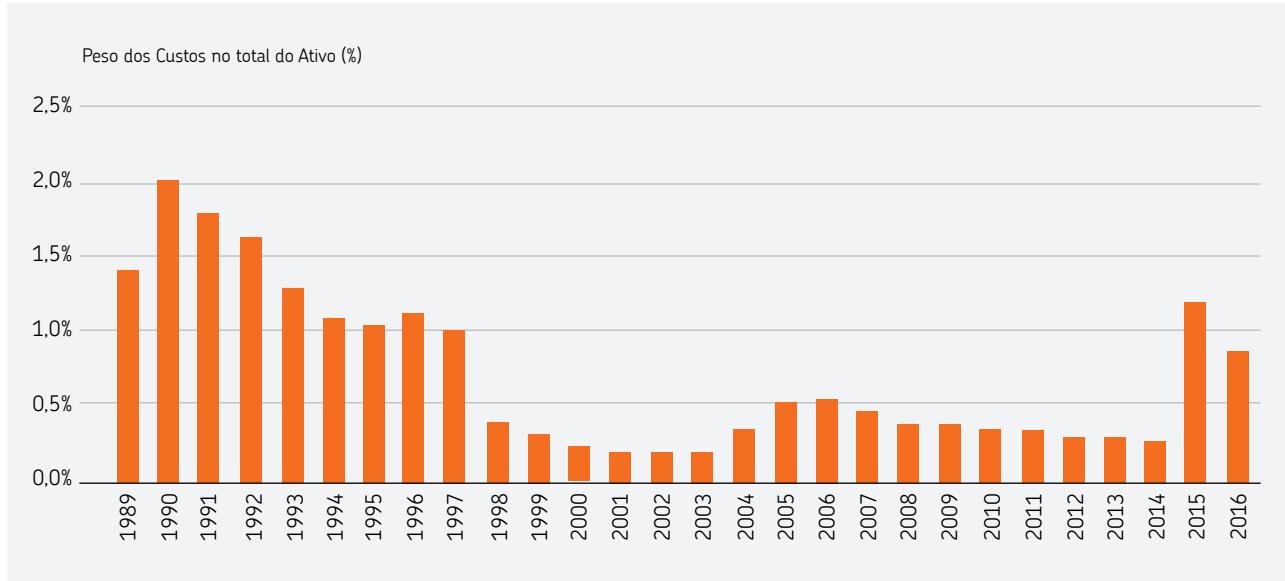
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

16.3 IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS

A Associação Mutualista suportou, em 2016 cerca de 32 793 M€ em custos gerais administrativos, um montante inferior àquele que tinha sido apurado no mesmo período homólogo do ano anterior (46 483 M€). No final de 2016, aquele valor representava 0,88% do volume total do ativo líquido, ou seja, abaixo do valor observado em 2015 (1,20%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DO ATIVO (GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS E CUSTOS COM O PESSOAL)



Nota 1: A partir do ano de 2010, inclusive, o valor do Ativo encontra-se reexpresso

Nota 2: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de englobar os "Outros Encargos Operacionais"

Em 2016, a estrutura de custos gerais administrativos subdividia-se pelas seguintes componentes:

- Gastos Gerais Administrativos (FSE) – 28 343 M€ (43 098 M€ em 2015);
- Custos com Pessoal (CP) – 4 450 M€ (3 385 M€ em 2015)

(a partir do ano de 2012, a sequência da reclassificação contabilística efetuada, passaram a ser registadas na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos os "encargos com cedência de pessoal": 7 222 milhões de euros em 2016 e 4 206 M€ em 2015)

Atendendo à sua natureza e especificidade, alguns destes custos são considerados como custos próprios das modalidades, rendas e fundos e, por conseguinte, encontram-se reconhecidos nas respetivas contas de exploração (em 2016 foram considerados 6 777 M€ de custos próprios e, em 2015, cerca de 18 862 M€). Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (26 016 milhões de euros em 2016 e 27 621 M€ em 2015) e, por conseguinte, são alocados ao Fundo de Administração.

Estes custos, por questões de gestão financeira, continuam a ser imputados a cada uma das modalidades, rendas e fundos tomando como referencial os seguintes critérios:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho, as modalidades e rendas foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar (ex-Capitais de Reforma); Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção das Modalidade de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos)

No último triénio, os Custos Gerais e os Custos com o Trabalho apresentaram o seguinte comportamento:

TABELA 1 – COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

ANO	PONDERADOR ⁽¹⁾	FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO + RESERVA ESTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS (€)			CUSTOS GERAIS (€)			
		MCC	CAPITALIZAÇÃO	PREVIDÊNCIA	MCC	CAPITALIZAÇÃO	PREVIDÊNCIA	TOTAL
2014	0,10%	1 895 000 000	1 682 500 000	678 000 000	1 895 000	1 682 500	678 000	4 255 500
2015	0,10%	1 591 000 000	1 471 000 000	681 000 000	1 591 000	1 471 000	681 000	3 743 000
2016	0,10%	1 578 000 000	1 302 000 000	650 000 000	1 578 000	1 302 000	650 000	3 530 000

⁽¹⁾ Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento.

TABELA 2 – COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

ANO	CUSTO TRABALHO (€)	CONSUMO TRABALHO (% DO TOTAL)				CUSTO TRABALHO (€)			
		MCC	CAPITALIZAÇÃO	PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO ENCARGOS	MCC	CAPITALIZAÇÃO	PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO ENCARGOS
2014	5 837 500	68,61%	16,08%	4,79%	10,52%	4 005 000	938 500	280 000	614 000
2015	24 041 000	53,08%	36,93%	7,19%	2,81%	12 760 500	8 878 000	1 727 500	675 000
2016	21 876 000	43,80%	47,20%	7,57%	1,43%	9 582 000	10 325 000	1 657 000	312 000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está diretamente relacionada com a gestão operacional dos processos que envolvem as modalidades e rendas e é, normalmente, estimada com base na informação recolhida junto dos serviços envolvidos neste tipo de tarefa, pelo que os valores devem ser encarados como uma aproximação à realidade.

De referir, também, que: (i) em 2014, o número de Séries emitido e, paralelamente, o vencimento de algumas destas Séries voltaram a intensificar a carga administrativa nestas modalidades em comparação, por exemplo, com a gestão processual da Modalidade de Poupança Complementar; (ii) em 2015, o elevado volume de reembolsos verificado na generalidade das modalidades materializou-se num aumento significativo da carga operacional com os processos administrativos, em particular, nas modalidades de capitalização; (iii) em 2016, a redução do montante de reembolsos livres de capital, na generalidade das modalidades de capitalização, traduziu-se numa redução processual, sobretudo, evidente na modalidade de Montepio Capital Certo.

No último triénio, o montante de Custos Administrativos comuns às modalidades apresentou a seguinte repartição:

TABELA 3 – TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (CUSTOS GERAIS E CUSTOS DO TRABALHO)

(euros)

ANO	MONTEPIO CAPITAL CERTO	CAPITALIZAÇÃO	PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO ENCARGOS	TOTAL
2014	5 900 000	2 621 000	958 000	614 000	10 093 000
2015	14 351 500	10 349 000	2 408 500	675 000	27 784 000
2016	11 160 000	11 627 000	2 307 000	312 000	25 406 000

A partir do ano de 2008, com o início do processo de segregação patrimonial das modalidades, rendas e fundos, a cobertura dos custos administrativos comuns passou a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios, através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual do Fundo Permanente de cada modalidade e renda).

Nos últimos anos, a contribuição para o fundo de administração foi a seguinte:

TABELA 4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO VALOR MÉDIO ANUAL DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

ANO	MONTEPIO CAPITAL CERTO	CAPITALIZAÇÃO	PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO ENCARGOS
2014	0,375%	0,180%	0,155%	1,000%
2015	0,825%	0,700%	0,350%	1,000%
2016	0,750%	0,887%	0,350%	1,000%

i) Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (por exemplo, não distribuirão melhorias de benefícios e não terem responsabilidades futuras), considera-se ajustado continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

16.4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	PENSÃO DE REFORMA + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 4%	PENSÃO DE REFORMA - TV 88/90 + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 4%	PENSÃO DE REFORMA + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS 6%	MONTEPIO PENSÃO DE REFORMA + P. R. RESTITUIÇÃO QUOTAS -3%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS				1 025
Jóias				
Quotizações				1 025
Capitais Recebidos				
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>				
Rendas Temporárias				
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(1 436)	(506)	(6 775)	(322)
Prestações a Associados nas Modalidades	(1 162)	(366)	(3 901)	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				
Melhorias de Benefícios	(90)	()	(2 354)	
Rendas Vitalícias				
Outros Custos Inerentes Associados	(184)	(140)	(520)	(322)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	(116)	(61)	(455)	(26)
Rendas Temporárias				
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(1 436)	(506)	(6 775)	703
Redução Provisões Matemáticas	4 640	3 531	17 590	405
Aumento de Provisões Matemáticas	(6 642)	(4 677)	(22 284)	(1 278)
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	(2 002)	(1 146)	(4 694)	(873)
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	24		98	
Outros Rendimentos e Ganhos	292	408	3 591	137
Outros Gastos e Perdas	(22)	(31)	(271)	(11)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	270	377	3 321	126
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	154	70	1 111	46
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(1)	(1)	(20)	(1)
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	29	15	(627)	3
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	(274)	55	1 583	35
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES	(833)	(242)		
10. CUSTOS COM O PESSOAL	()	(1)	(6)	()
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	(2)	(2)	(15)	(1)
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	(2)	(3)	(24)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL	(4 073)	(1 384)	(6 048)	37
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	228	130	(963)	(218)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3 845)	(1 254)	(7 012)	(181)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	P. R. - ADICIONAL DE INVALIDEZ 4%	P. R. - ADICIONAL DE INVALIDEZ - TV 88/90 4%	P. R. - ADICIONAL DE INVALIDEZ 6%	PENSÃO P/ DEFICIENTES 4%	PENSÃO SOBREVIVÊNCIA E DOTES 4%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS					
Jóias				25	6
Quotizações				25	6
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i> Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	()	()	(1)	(9)	(1 316)
Prestações a Associados nas Modalidades				(4)	(36)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades					()
Melhorias de Benefícios				(1)	(1 182)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	()	()	(1)	(4)	(98)
<i> Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	()	()	(1)	(4)	(94)
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	()	()	(1)	16	(1 310)
Redução Provisões Matemáticas				6	382
Aumento de Provisões Matemáticas	()	()	()	(464)	(5 186)
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS			6	(82)	(501)
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL					20
Outros Rendimentos e Ganhos		1	9	28	527
Outros Gastos e Perdas	()	()	(1)	(2)	(40)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	()	1	8	28	487
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	1		1	8	122
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	()	()	()		(1)
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS				1	9
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	2		2	17	(26)
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES	()				(489)
10. CUSTOS COM O PESSOAL		()	()	()	(1)
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()	()	()	()	(4)
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		()	()	()	(3)
RESULTADO OPERACIONAL	3	1	16	(14)	(1 697)
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	()	()	(12)	18	312
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3	1	4	4	(1 385)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	RENDAS VITALÍCIAS	RENDAS	CAPITAIS	MONTEPÍO	CAPITAIS
	FAVOR PESSOAS	SOBREVIVÊNCIA	DE PREVIDÊNCIA	PROTEÇÃO VIDA	DIFERIDOS C/ OPÇÃO
	CERTAS	4%	4%	3%	4%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		32	528	161	16 202
Jóias					
Quotizações		32	528	161	16 202
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					2
<i> Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(7)	(29)	(2 051)	(59)	(35 287)
Prestações a Associados nas Modalidades	(1)	(11)	(226)	()	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			(160)	(8)	(31 554)
Melhorias de Benefícios	(6)	(1)	(773)	()	(561)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	()	(17)	(892)	(52)	(3 172)
<i> Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	()	(5)	(170)	(4)	(348)
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(7)	3	(1 523)	101	(19 085)
Redução Provisões Matemáticas	15	738	8 672	53	38 933
Aumento de Provisões Matemáticas	(15)	(758)	(8 038)	(140)	(21 890)
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS		(20)	634	(87)	17 043
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			29		88
Outros Rendimentos e Ganhos	3	54	810	41	2 054
Outros Gastos e Perdas		(4)	(61)	(3)	(155)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	3	50	749	38	1 899
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2	8	171	8	351
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	()		(4)	()	(12)
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS		2	12	1	28
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	2	24	(518)	15	(944)
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			(587)		(424)
10. CUSTOS COM O PESSOAL	()	()	(1)	()	(3)
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()	()	(4)	()	(9)
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	()	()	(5)	()	(14)
RESULTADO OPERACIONAL	()	67	(1 047)	76	(1 082)
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	2	(3)	507	(1)	1 194
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2	64	(540)	75	112

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	MONTEPIO PROTEÇÃO 5 EM 5 3%	CAPITAIS PREVIDÊNCIA A PRAZO 4%	CAPITAIS PREV. FAVOR PESSOAS CERTAS 4%	CAPITAIS P/ JOVENS 4%	MONTEPIO PROTEÇÃO 18-30 3%
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	47 119	35		1 170	3 445
Jóias					
Quotizações	47 112	35		1 170	3 444
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados	7				1
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(28 394)	(219)	()	(4 786)	(2 508)
Prestações a Associados nas Modalidades				(176)	(19)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	(18 401)	(93)		(3 586)	(1 428)
Melhorias de Benefícios	(92)	(8)		(253)	(23)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	(9 901)	(118)	()	(771)	(1 038)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	(624)	(8)	()	(111)	(99)
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	18 725	(184)		(3 616)	937
Redução Provisões Matemáticas	29 007	308		6 304	2 587
Aumento de Provisões Matemáticas	(62 878)	(166)	()	(3 110)	(6 847)
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	(33 871)	142	()	3 194	(4 260)
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	2			29	
Outros Rendimentos e Ganhos	2 351	118		1 130	272
Outros Gastos e Perdas	(184)	(9)	()	(77)	(22)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	2 167	109	()	1 053	250
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	1 178	10	1	55	202
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(24)	()	()	(1)	(4)
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	(45)			25	28
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	(1 111)	11	1	(127)	(225)
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES					
10. CUSTOS COM O PESSOAL	(4)	()		(2)	
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	(12)	()		(4)	(2)
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	(16)	(1)		(7)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL	(13 011)	87	2	599	(3 076)
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(1 813)	33		679	(264)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(14 824)	120	2	1 278	(3 340)

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	CAPITAIS DIFERIDOS COBERTURA ADICIONAL 4%	CAPITAIS P/ ESTUDOS 4%	CAPITAIS TEMPORÁRIOS INVALIDEZ 4%	MONTEPIO PROTEÇÃO INVALIDEZ 3%	SUBSÍDIO P/ MORTE 4%	(milhares de euros)
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	4	221	2	1	25	
Jóias						
Quotizações	4	221	2	1	25	
Capitais Recebidos						
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados						
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(9)	(788)	(1)	()	(69)	
Prestações a Associados nas Modalidades						
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	(9)	(653)				(33)
Melhorias de Benefícios	()	(61)				(26)
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes Associados	()	(74)	(1)	()		(10)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	()	(22)	(1)	()		(8)
Rendas Temporárias						
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(5)	(567)	1	1	(44)	
Redução Provisões Matemáticas	9	1 609	2			55
Aumento de Provisões Matemáticas	(4)	(1 237)	()	(1)		(50)
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	5	372	2	(1)	5	
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL						
Outros Rendimentos e Ganhos	2	87	9			61
Outros Gastos e Perdas		(7)	(1)	()		(5)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	2	80	8	()	56	
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2	31	2		15	
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES		()	()	()		()
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS		9				1
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	2	(50)	3	1	(35)	
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES				()		
10. CUSTOS COM O PESSOAL	()	()	()		()	
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()	()	()	()	()	
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	()	(1)	()		()	
RESULTADO OPERACIONAL	6	(126)	16	1	(2)	
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	1	12	(7)	()	(15)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7	(114)	9	1	(17)	

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	SUBSÍDIO P/ MORTE – LUTUOSA NACIONAL 4%	RENDAS CERTAS/ PENSÃO DE MODALIDADES COLETIVAS 4%	RENDAS TEMPORÁRIAS 3%	RENDAS VITALÍCIAS + PENSÕES MODALID. CAPITALIZAÇÃO 4%	(milhares de euros)
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		29	94		
Jóias					
Quotizações					
Capitais Recebidos		29			
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades^(*)</i>					
Rendas Temporárias			94		
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	()	(12)	(74)	(1 931)	
Prestações a Associados nas Modalidades		(11)		(331)	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades					
Melhorias de Benefícios				(37)	
Rendas Vitalícias				(1 476)	
Outros Custos Inerentes Associados	()	(1)	(2)	(87)	
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração^(*)</i>	()	(1)	(2)	(87)	
Rendas Temporárias			(72)		
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	()	17	20	(1 931)	
Redução Provisões Matemáticas		74	675	4 257	
Aumento de Provisões Matemáticas	()	(35)	(744)	(2 920)	
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	()	39	(69)	1 337	
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL				15	
Outros Rendimentos e Ganhos	1	27	7	680	
Outros Gastos e Perdas	()	(2)	(1)	(51)	
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	1	25	6	629	
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	1	1	5	158	
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES		()		(4)	
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS			1	37	
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	1		7	(393)	
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES				(491)	
10. CUSTOS COM O PESSOAL	()	()	()	(2)	
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()	()	()	(3)	
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	()	()	()	(5)	
RESULTADO OPERACIONAL	3	82	(30)	(653)	
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	1	()	3	(97)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4	82	(27)	(750)	

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	RENDAS VITALÍCIAS + PENSÕES MODALID. DE CAPITALIZAÇÃO 6%	RENDAS VITALÍCIAS + PENSÕES MODALID. CAPITALIZAÇÃO 3%	SUBTOTAL	FUNDO MONTEPIO EGITANIENSE	MONTEPIO PROTEÇÃO CRÉDITO À HABITAÇÃO
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	1 539	71 663	1	23 421	
Joias					
Quotizações		69 991	1	23 421	
Capitais Recebidos		29			
Rendas Vitalícias	1 539	1 539			
Outros Proveitos Inerentes a Associados		10			
<i>Dois quais: Comparticipação Recebida das modalidades^(*)</i>					
Rendas Temporárias		94			
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(134)	(1 124)	(87 848)		(10 053)
Prestações a Associados nas Modalidades	(2)	(474)	(6 720)		
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			(55 925)		
Melhorias de Benefícios	(1)	(13)	(5 482)		
Rendas Vitalícias	(126)	(589)	(2 191)		
Outros Custos Inerentes Associados	(5)	(48)	(17 458)		(10 053)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração^{*)}</i>	(5)	(48)	(2 300)		(276)
Rendas Temporárias		(72)			
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	(134)	415	(16 185)	1	13 368
Redução Provisões Matemáticas	181	626	125 344		
Aumento de Provisões Matemáticas	(142)	(2 695)	(152 201)		
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	39	(2 069)	(26 857)		
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			305		555
Outros Rendimentos e Ganhos	30	300	13 030	11	2 901
Outros Gastos e Perdas	(2)	(23)	(985)	(1)	(104)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	28	277	12 045	10	2 797
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	24	79	3 817	5	16
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	()	(2)	(75)	()	
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	5	5	(461)		31
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	40	12	(1 890)	8	76
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			(3 066)		(613)
10. CUSTOS COM O PESSOAL	()	()	(20)	()	
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()	(1)	(59)	(30)	(176)
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	()	(2)	(86)	()	
RESULTADO OPERACIONAL	2	(1 286)	(32 532)	(6)	16 054
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(18)	(24)	(315)	()	(2 956)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16)	(1 310)	(32 847)	(6)	13 098

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	MONTEPIO PROTEÇÃO OUTROS ENCARGOS	MONTEPIO PROTEÇÃO CRÉDITO INDIVIDUAL	SUBTOTAL	MONTEPIO POUPANÇA COMPLEMENTAR	CAPITAIS GARANTIA
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	447	8	23 877	123 536	185
Jóias					
Quotizações	447	8	23 877		185
Capitais Recebidos				121 099	
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados				2 437	
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das modalidades^(*)</i>					
Rendas Temporárias					
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(36)	(2)	(10 091)	(215 078)	(13)
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				(204 243)	(9)
Melhorias de Benefícios					
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	(36)	(2)	(10 091)	(10 835)	(4)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração^(*)</i>	(36)	()	(312)	(10 815)	(4)
Rendas Temporárias					
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	411	6	13 786	(91 542)	172
Redução Provisões Matemáticas				204 243	
Aumento de Provisões Matemáticas				(121 099)	
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS				83 144	
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	99		654	1 425	
Outros Rendimentos e Ganhos	1 634		4 546	44 855	
Outros Gastos e Perdas	(1)	()	(106)	(8 297)	()
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	1 633	()	4 440	36 558	()
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	14	1	36	2 238	12
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES				(47)	()
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	1		32	(425)	
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	(1)	3	86	(266)	16
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			(613)	(2 628)	
10. CUSTOS COM O PESSOAL				()	(73)
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()		(206)	(179)	()
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO					(298)
RESULTADO OPERACIONAL	2 157	10	18 215	27 907	200
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(191)	(3)	(3 150)	18 967	(122)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 966	7	15 065	46 874	78

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	BENEFÍCIO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	MONTEPIO POUPANÇA REFORMA	MODALIDADES COLETIVAS	MONTEPIO CAPITAL CERTO	INVALIDEZ MODALIDADES COLETIVAS	(milhares de euros)
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	11 602	4 346	385	249 904		
Jóias						
Quotizações	11 600					
Capitais Recebidos		4 324	385	246 212		
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados	3	22		3 692		
<i>Das quais: Comparticipação Recebida das modalidades^(*)</i>						
Rendas Temporárias						
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	(1 965)	(7 468)	(831)	(310 339)	()	
Prestações a Associados nas Modalidades						
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	(286)	(6 732)	(755)	(297 338)		
Melhorias de Benefícios						
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes Associados	(1 679)	(736)	(76)	(13 001)	()	
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração^(*)</i>		(736)	(76)	(11 163)	()	
Rendas Temporárias						
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	9 638	(3 122)	(446)	(60 435)		
Redução Provisões Matemáticas		6 732	755	297 338		
Aumento de Provisões Matemáticas		(4 323)	(385)	(297 348)		
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	2 409	370	(10)			
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	29	49				
Outros Rendimentos e Ganhos	58	1 446	186			
Outros Gastos e Perdas	(4 730)	(111)	(14)	()	()	
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	(4 672)	1 335	172	()	1	
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	250	372	102	54 685		
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(1)	(2)	(1)	(364)	()	
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS	(1)	(29)	72	3 507		
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	486	144	(219)	(19)		
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES		(175)	(140)			
10. CUSTOS COM O PESSOAL	(63)	(2)	()			
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	(6 135)	(6)	(1)	(12)	()	
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		(10)	(1)			
RESULTADO OPERACIONAL	(469)	963	(92)	(2 649)	1	
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	2	1 101	(115)	(25 553)		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(467)	2 065	(207)	(28 201)	1	

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

DESIGNAÇÃO	FUNDO BOLSAS DE ESTUDO	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	FUNDO DE RESERVA	TOTAL
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	25 768			511 267
Jóias	362			362
Quotizações				105 653
Capitais Recebidos				372 049
Rendas Vitalícias				1 539
Outros Proveitos Inerentes a Associados	25 406			31 570
<i>Das quais: Comparticipação Recebida das modalidades^(*)</i>	25 406			25 406
Rendas Temporárias				94
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS				(633 633)
Prestações a Associados nas Modalidades				(6 720)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				(565 288)
Melhorias de Benefícios				(5 482)
Rendas Vitalícias				(2 191)
Outros Custos Inerentes Associados				(53 880)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração^(*)</i>				(25 406)
Rendas Temporárias				(72)
1. MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	25 768			(122 366)
Redução Provisões Matemáticas				634 412
Aumento de Provisões Matemáticas				(575 356)
2. VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS				59 056
3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL			312	2 774
Outros Rendimentos e Ganhos	32	3	3 619	67 776
Outros Gastos e Perdas	(2)	(15)	(550)	(14 810)
4. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	30	(12)	3 069	52 966
5. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	4	3	417	61 937
6. JUROS E ENCARGOS SIMILARES			(2)	(492)
7. RESULTADOS DE ATIVOS AVAL. AO JUSTO VALOR, ATRAVÉS RESULTADOS			20	2 715
8. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS, DISPONÍVEIS P/ VENDA	11		258	(1 394)
9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES			(1)	(6 623)
10. CUSTOS COM O PESSOAL	()	(4 286)	(6)	(4 450)
11. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	()	(21 731)	(14)	(28 343)
12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	()		(24)	(419)
RESULTADO OPERACIONAL	45	(258)	4 029	15 361
13. IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDA DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	21	315	848	(8 001)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	66	57	4 877	7 360

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

16.5 DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO	RESERVA LEGAL (+) REFORÇO	RESERVA LEGAL (-) UTILIZAÇÃO
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS					
Montepio Proteção Vida	74 764			3 738	0
Montepio Proteção 5 em 5	(14 823 925)			0	(14 823 925)
Montepio Proteção 18-30	(3 339 561)			0	(3 339 561)
Montepio Pensões de Reforma	(181 357)			0	(181 357)
Montepio Proteção Invalidez	649			32	0
Capitais Garantia (*)	78 185			3 909	0
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	689			34	0
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	82 116			4 106	0
TOTAL	(18 108 440)			11 819	(18 344 843)

(*) Coberturas complementares das modalidades de capitalização.

(euros)

DESIGNAÇÃO	FUNDOS PERMANENTES DISTRIBUÍVEIS ⁽¹⁾	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS (CUSTO MELHORIAS)	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS				
Montepio Proteção Vida	71 026		71 026	
Montepio Proteção 5 em 5	0		0	
Montepio Proteção 18 - 30	0		0	
Montepio Pensão de Reforma	0		0	
Montepio Proteção Invalidez	617		617	
Capitais Garantia (*)	74 276		74 276	
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	655		655	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	78 010		78 010	
TOTAL	224 584		224 584	

⁽¹⁾ Depois de efetuada a dotação estatutária para o Fundo de Reserva Geral (5%) e o seu resarcimento pelos montantes utilizados, em anos anteriores, para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos das Modalidades / Rendas.

(*) Coberturas complementares.

(euros)

DESIGNAÇÃO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS EM 31/12/2016	EXCEDENTES TÉCNICOS (APÓS DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS)
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS			
Montepio Proteção Vida	71 026	251 440	322 466
Montepio Proteção 5 em 5	0	0	0
Montepio Proteção 18 - 30	0	0	0
Montepio Pensões de Reforma	0	0	0
Montepio Proteção Invalidez	617	5 509	6 126
Capitais Garantia (*)	74 276	912 676	986 952
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	654	17 131	17 785
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	78 011	43 859	121 870
TOTAL	224 584	1 230 613	1 455 199

(*) Coberturas complementares das modalidades de capitalização.

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

DESIGNAÇÃO	SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO	RESERVA LEGAL (+) REFORÇO	RESERVA LEGAL (-) UTILIZAÇÃO	RESERVA LEGAL (+) REPOSIÇÃO	(euros)						
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS													
TAXA TÉCNICA - 6%													
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(7 011 751)		0	0	(7 011 751)								
P. R. – Adicional de Invalidez	4 341		0	217	0								
TAXA TÉCNICA - 4%													
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(3 845 397)		0	0	(3 845 397)								
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)	(1 254 199)		0	0	(1 254 199)								
P. R. – Adicional de Invalidez	3 068		0	153	0								
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 220			61	0								
Capitais de Previdência	(540 162)		(540 162)	0	0								
Capitais Diferidos c/ Opção	111 870		0	5 594	0								
Capitais p/ Jovens	1 277 898		0	63 895	0								
Capitais p/ Estudos	(114 017)		0	0	(114 017)								
Subsídio p/ Morte	(17 498)		(17 498)	0	0								
Capitais Previdência a Prazo	120 379		0	6 019	0								
Pensão Sobrevidência e Dotes	(1 385 159)		0	0	(1 385 159)								
Pensão p/ Deficientes	4 360		0	218	0								
Capitais Temporários Invalidez.	9 382		0	469	0								
Rendas Sobrevidência	64 003		0	3 200	0								
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	7 408		0	370	0								
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	2 476		0	124	0								
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	2 030		0	102	0								
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	4 179		0	209	0								
TOTAL	(12 555 569)		(557 660)	80 631	(13 610 523)								

(*) A partir de novembro de 2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

(euros)

DESIGNAÇÃO	FUNDOS PERMANENTES DISTRIBUÍVEIS ⁽¹⁾	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS (CUSTO MELHORIAS)	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO
------------	---	---	---------------------------------	------------------------------------

MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS

TAXA TÉCNICA - 6%

Pensão de Reforma + Retituição de Quotas (*)	0
P. R. - Adicional de Invalidez	4 124

TAXA TÉCNICA - 4%

Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	0
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)	0
P. R. - Adicional de Invalidez	2 915
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 159
Capitais de Previdência	0
Capitais Diferidos c/ Opção	106 276
Capitais p/ Jovens	1 214 003
Capitais p/ Estudos	0
Subsídio p/ Morte	0
Capitais Previdência a Prazo	114 360
Pensão Sobrevivência e Dotes	0
Pensão p/ Deficientes	4 142
Capitais Temporários Invalidez	8 913
Rendas Sobrevivência	60 803
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	7 038
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	2 352
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	1 929
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	3 970

TOTAL **1 531 984**

⁽¹⁾ Depois de efetuada a Dotação estatutária para o Fundo de Reserva Geral (5%) e o seu resarcimento pelos montantes utilizados, em anos anteriores, para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos das Modalidades / Rendas.

(*) A partir de novembro de 2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

DESIGNAÇÃO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS EM 31/12/2016	EXCEDENTES TÉCNICOS (APÓS DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS)
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS			
TAXA TÉCNICA - 6%			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	0	0	0
P. R. - Adicional de Invalidez	4 124	212 812	216 936
TAXA TÉCNICA - 4%			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	0	0	0
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)	0	0	0
P. R. - Adicional de Invalidez	2 915	36 892	39 806
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 159	9 168	10 327
Capitais de Previdência	(540 162)	8 056 101	7 515 939
Capitais Diferidos c/ Opção	106 276	8 367 603	8 473 880
Capitais p/ Jovens	1 214 003	6 154 178	7 368 181
Capitais p/ Estudos	0	0	0
Subsídio p/ Morte	(17 498)	740 158	722 660
Capitais Previdência a Prazo	114 360	963 800	1 078 160
Pensão Sobrevivência e Dotes	0	0	0
Pensão p/ Deficientes	4 142	15 804	19 946
Capitais Temporários Invalidez	8 913	332 264	341 177
Rendas Sobrevivência	60 803	152 227	213 030
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	7 038	37 007	44 045
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	2 352	6 164	8 517
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	1 929	11 341	13 270
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	3 970	21 368	25 338
TOTAL	974 324	25 116 887	26 091 212

(*) A partir de novembro de 2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

DESIGNAÇÃO	SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO	RESERVA LEGAL (+) REFORÇO	RESERVA LEGAL (-) UTILIZAÇÃO	(euros)
RENDAS VITALÍCIAS						
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) - Encerrada	(15 995)					(15 995)
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Encerrada	(750 491)					(750 491)
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 3%) - Ativa	(1 310 401)					(1 310 401)
TOTAL	(2 076 886)					(2 076 886)
 (1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov_2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).						
RENDAS TEMPORÁRIAS						
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa	(27 181)					(27 181)
TOTAL	(27 181)					(27 181)

DESIGNAÇÃO	FUNDOS PERMANENTES DISTRIBUÍVEIS ⁽²⁾	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS (CUSTO TAXA DE ATUALIZAÇÃO)	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO	(euros)
RENDAS VITALÍCIAS					
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) - Encerrada					
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Encerrada					
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 3%) - Ativa					
TOTAL					
 (1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov_2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).					
 (2) Depois de efetuada a contribuição estatutária para o Fundo de Reserva Geral (5%) e o seu resarcimento pelos montantes utilizados, em anos anteriores, para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos das Rendas.					
RENDAS TEMPORÁRIAS					
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa					
TOTAL					

DESIGNAÇÃO	EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO (+) REFORÇO	EXCEDENTES TÉCNICOS EM 31/12/2016	EXCEDENTES TÉCNICOS (APÓS DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS)	(euros)
RENDAS VITALÍCIAS				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) - Encerrada				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Encerrada				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 3%) - Ativa				
TOTAL				

⁽¹⁾ Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov_2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

RENDAS TEMPORÁRIAS

Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa				
TOTAL				

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DO FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

DESIGNAÇÃO	SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS	EXCEDENTES TÉCNICOS E RESERVAS ESTABILIZAÇÃO (-) UTILIZAÇÃO	RESERVA LEGAL (+) REFORÇO	RESERVA LEGAL (-) UTILIZAÇÃO	(euros)
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO					
Montepio Poupança Reforma	2 064 606		103 230		
Montepio Poupança Complementar	46 873 893		2 343 695		
Modalidade/Capitais Coletivas	(207 017)	(207 017)	0		
Montepio Capital Certo (MCC)	(28 201 226)	(4 096 977)	5 363 805	(30 550 098)	
TOTAL	20 530 255	(4 303 994)	7 810 730	(30 550 098)	

(euros)

DESIGNAÇÃO	FUNDOS PRÓPRIOS DISTRIBUÍVEIS ⁽¹⁾	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS (CUSTO DO COMPLEMENTO)	EXCEDENTES TÉCNICOS (+) REFORÇO	FUNDO RESERVA DE ESTABILIZAÇÃO (-) UTILIZAÇÃO
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO				
Montepio Poupança Reforma	1 961 375	812 020		
Montepio Poupança Complementar	44 530 198	11 776 950		
Modalidade/Capitais Coletivas	0	83 360		(83 360)
Montepio Capital Certo (MCC)	1 082 044			
TOTAL	47 573 617	12 672 330		(83 360)

⁽¹⁾ Depois de efetuada a Dotação estatutária para o Fundo de Reserva Geral (5% na modalidade MCC e 5% nas restantes modalidades) e o seu resarcimento pelos montantes utilizados, em anos anteriores, para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos das Modalidades.

(euros)

DESIGNAÇÃO	FUNDO RESERVA DE ESTABILIZAÇÃO/ EXCEDENTES TÉCNICOS (-) UTILIZAÇÃO (+) REFORÇO	FUNDO RESERVA DE ESTABILIZAÇÃO/ EXCEDENTES TÉCNICOS EM 31/12/2016	FUNDO RESERVA DE ESTABILIZAÇÃO/ EXCEDENTES TÉCNICOS (APÓS DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS)
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO			
Montepio Poupança Reforma	1 149 356	1 047 639	2 196 995
Montepio Poupança Complementar	32 753 248	1 699 208	34 452 456
Modalidade/Capitais Coletivas ⁽¹⁾	(290 378)	331 861	41 483
Montepio Capital Certo (MCC) ⁽²⁾	(3 014 959)	3 246 436	231 476
TOTAL	30 597 267	6 325 143	36 922 410

⁽¹⁾ Este défice será coberto através do recurso extraordinário à Reserva de Estabilização de Resultados da própria Modalidade.

⁽²⁾ Ao longo de 2015, venceram-se oito Séries desta Modalidade, que tinham sido emitidas em 2010, pelo que a verba acumulada em Excedentes Técnicos foi reduzida na proporção dos montantes que foram atribuídos aos associados (Capital e Juro). O montante remanescente (123 551,47€) foi transferido para o Fundo de Reserva Geral.

TABELA 5 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DO FUNDOS DISPONÍVEIS – FUNDOS DIVERSOS

DESIGNAÇÃO	SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS	(euros)		
		FUNDO PRÓPRIO (-) UTILIZAÇÃO	RESERVA LEGAL (+/-) REFORÇO	RESERVA LEGAL (-) UTILIZAÇÃO
FUNDO DIVERSOS				
Fundo de Reserva Legal	4 876 814			
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	(466 954)	(466 954)		
Fundo de Administração	56 873	0		
Fundo Bolsas de Estudo	65 895	0	3 295	
Fundo Montepio Egitaliense	(5 910)	(5 910)	0	
Montepio Proteção Crédito à Habitação	13 098 036		7 203 920	
Montepio Proteção Outros Encargos	1 965 675		1 081 121	
Montepio Proteção Crédito Individual	7 191		3 955	
TOTAL	19 597 620	(472 864)	8 292 291	

DESIGNAÇÃO	FUNDOS PRÓPRIOS DISTRIBUÍVEIS ⁽¹⁾	FUNDOS PRÓPRIOS (-) UTILIZAÇÃO (+/-) REFORÇO	FUNDOS PRÓPRIOS E RESERVA GERAL EM 31-DEZ-2016	(euros)
				FUNDOS PRÓPRIOS E RESERVA GERAL (APÓS DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS)
FUNDOS DIVERSOS				
Fundo de Reserva Legal (2)	4 876 814	(43 413 694)	123 102 091	79 688 397
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	0	(466 954)	6 643 582	6 176 628
Fundo de Administração	56 873	56 873	395 556	452 429
Fundo Bolsas de Estudo	62 601	62 601	933 764	996 365
Fundo Montepio Egitaliense	0	(5 910)	301 597	295 687
Montepio Proteção Crédito à Habitação	5 894 116	5 894 116	17 317 891	23 212 007
Montepio Proteção Outros Encargos	884 554	884 554	2 647 952	3 532 506
Montepio Proteção Crédito Individual	3 236	3 236	38 773	42 009
TOTAL	11 778 193	(36 985 178)	151 381 206	114 396 028

⁽¹⁾ Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral e o seu resarcimento pelos montantes utilizados, em anos anteriores, para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos dos Fundos Diversos. O Fundo de Administração e o Fundo de Solidariedade Associativa não contribuem para o Fundo de Reserva Geral. A Dotação para o Fundo de Reserva Geral das modalidades proteção encargos é de 55%. Nos restantes fundos, a dotação é de 5%.

⁽²⁾ A este valor acresce, ainda, a Dotação Anual das Modalidades e, também, a Reposição e a Utilização de valores pelas várias modalidades.

Nos últimos anos, a atribuição de Melhorias às Modalidades de Previdência, a Atualização das Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	MELHORIAS 2010		MELHORIAS 2011		MELHORIAS 2012	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS						
TAXA TÉCNICA – 3%						
Montepio Proteção Vida	1,00%	3 182	1,00%	4 502	0,50%	3 118
Montepio Proteção 5 em 5	1,00%	240 255	1,00%	440 737	0,50%	302 465
Montepio Proteção 18 – 30	1,00%	46 878	1,00%	83 441	0,50%	63 032
Montepio Pensões de Reforma	1,00%	9 227	1,00%	14 734	0,50%	15 366
Pensões de Capitais de Reforma (*)	1,00%	36 654	1,00%	40 696	0,50%	24 401
Pensões de Poupança de Reforma (*)	1,00%	67	1,00%	279	0,50%	307
Montepio Proteção Invalidez	1,00%	18	1,00%	33	0,50%	21

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas modalidades passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	MELHORIAS 2012		MELHORIAS 2013		MELHORIAS 2014		MELHORIAS 2015	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS								
TAXA TÉCNICA – 3%								
Montepio Proteção Vida	0,50%	3 738	0,10%	872	0,00%		0,00%	
Montepio Proteção 5 em 5	0,50%	380 282	0,10%	103 413	0,00%		0,00%	
Montepio Proteção 18 – 30	0,50%	83 955	0,10%	21 981	0,00%		0,00%	
Montepio Pensões de Reforma	0,50%	19 626	0,10%	5 157	0,00%		0,00%	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	0,50%		0,10%		0,00%		0,00%	
Pensões de Poupança de Reforma (*)	0,50%		0,10%		0,00%		0,00%	
Montepio Proteção Invalidez	0,50%	18	0,10%	4	0,00%		0,00%	

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas modalidades passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

TABELA 7 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	MELHORIAS 2010		MELHORIAS 2011		MELHORIAS 2012	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS						
TAXA TÉCNICA - 6%						
Pensão de Reforma	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez	-	-	-	-	-	-
Pensões de Capitais de Reforma (*)	-	-	-	-	-	-
TAXA TÉCNICA - 4%						
Pensão de Reforma	-	-	-	-	-	-
Pensão de Reforma (TV 88/90)	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	-	-	-	-	-	-
Pensões de Capitais de Reforma (*)	-	-	-	-	-	-
Capitais de Previdência	0,25%	91 132	-	-	-	-
Capitais Diferidos c/ Opção	0,25%	274 860	-	-	-	-
Capitais p/ Jovens	-	-	-	-	-	-
Capitais p/ Estudos	-	-	-	-	-	-
Subsídio p/ Morte	0,25%	4 114	-	-	-	-
Capitais Previdência a Prazo	0,25%	3 609	-	-	-	-
Pensão Sobrevivência e Dotes	-	-	-	-	-	-
Pensão p/ Deficientes	0,25%	1 241	-	-	-	-
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	-	-	-	-	-	-
Capitais Temporários Invalidez	0,25%	80	-	-	-	-
Rendas Sobrevivência	0,25%	1 933	-	-	-	-
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	0,25%	130	-	-	-	-
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	0,25%	45	-	-	-	-
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0,25%	149	-	-	-	-
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	0,25%	43	-	-	-	-

(*) A partir de novembro de 2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas modalidades passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	MELHORIAS 2013		MELHORIAS 2014		MELHORIAS 2015		MELHORIAS 2016	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS								
TAXA TÉCNICA - 6%								
Pensão de Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões de Capitais de Reforma (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
TAXA TÉCNICA - 4%								
Pensão de Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão de Reforma (TV 88/90)	-	-	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões de Capitais de Reforma (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Diferidos c/ Opção	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais p/ Jovens	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais p/ Estudos	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio p/ Morte	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Previdência a Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão Sobrevivência e Dotes	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão p/ Deficientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Temporários Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Sobrevivência	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão de Reforma-Estat. 1922	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão Invalidez / Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) A partir de novembro de 2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas modalidades passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

TABELA 8 – ATUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2010		ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2011		ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2012	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
RENDAS VITALÍCIAS						
Rendas Vitalícias (Tx. Técn. - 6%) – Encerrada	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias (Tx. Técn. - 4%) – Encerrada	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx. Técn. - 4%) - Ativa	1,00%	31 302	1,00%	40 624	0,50%	21 358
RENDAS TEMPORÁRIAS						
Rendas Temporárias (Tx. Técn. - 3%) - Ativa	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba a gestão financeira das Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma, a partir de 2013).

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2013		ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2014		ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2015		ATUALIZAÇÃO MELHORIAS 2016	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
RENDAS VITALÍCIAS								
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 6%) – Encerrada	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 4%) – Encerrada	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Ativa	0,50%	51 440	0,10%	11 218	0,00%	-	0,00%	-
RENDAS TEMPORÁRIAS								
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa	0,50%	1 397	0,10%	362	0,00%	-	0,00%	-

⁽¹⁾ Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba a gestão financeira das Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma, a partir de 2013).

TABELA 9 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	RENDIMENTO GARANTIDO 2010		RENDIMENTO GARANTIDO 2011		RENDIMENTO GARANTIDO 2012	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO						
Montepio Poupança Reforma	0,40%	280 032	0,65%	506 422	0,28%	224 839
Montepio Poupança Complementar	[0,4% - 2,25%]	8 555 366	[0,65% - 2,25%]	8 736 726	[0,29% - 0,58%]	3 305 857
Modalidades Coletivas	0,40%	33 708	0,65%	54 392	0,28%	22 804
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	6 477 605	(a)	10 853 859	(a)	20 723 592

(a) De acordo com as Fichas Técnicas.

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2010		RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2011		RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2012	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO						
Montepio Poupança Reforma	2,10%	1 470 169	2,60%	2 028 358	2,97%	2 430 830
Montepio Poupança Complementar ⁽¹⁾	[0,25% - 2,1%]	25 581 611	[1,00% - 2,60%]	31 144 908	[2,67% - 2,96%]	35 759 895
Modalidades Coletivas	2,10%	176 966	2,60%	217 856	2,97%	258 023
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série).

⁽¹⁾ Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28 de fevereiro de 2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores.

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	RENDIMENTO GARANTIDO 2013		RENDIMENTO GARANTIDO 2014		RENDIMENTO GARANTIDO 2015		RENDIMENTO GARANTIDO 2016	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO								
Montepio Poupança Reforma	0,052%	41 997	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	0
Montepio Poupança Complementar	0,052%	595 139	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	0
Modalidades Coletivas	0,052%	4 309	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	0
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	42 637 574	0,00%	0	0,000%	0	0,000%	0

(a) De acordo com as Fichas Técnicas.

(custo em euros)

DESIGNAÇÃO	RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2013		RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2014		RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2015		RENDIMENTO COMPLEMENTAR 2016	
	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO	TAXA	CUSTO
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO								
Montepio Poupança Reforma	3,198%	2 653 107	2,500%	2 144 085	1,500%	1 260 503	1,000%	812 020
Montepio Poupança Complementar ⁽¹⁾	3,198%	38 226 798	2,500%	32 912 126	1,500%	17 067 563	1,000%	11 776 950
Modalidades Coletivas	3,198%	263 998	2,500%	225 230	1,500%	131 528	1,000%	83 360
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série).

⁽¹⁾ Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28 de fevereiro de 2013 a taxa passou a ser única para todos os subscriptores.

16.6 CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO	(milhares de euros)
1. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			
ABÓBODA - Estrada de Polima - Fase 2 - Piso Zero r/c, Loja B	0	6	
ÁGUEDA - Rua Comandante Pinho e Freitas, 42	0	3	
ALBERGARIA-A-VELHA - Rua 25 de Abril, 9 R/C	0	6	
ALBUFEIRA - Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja - Cerro Lagoa	0	-2	
ALCAINS - Largo Santo Antonio, 11	0	1	
ALFRAGIDE - Corpo D, Rua Alfredo Silva, Lote 11	0	52	
ALFRAGIDE - Urb. Quinta Grande, 60 - R/C Esq.	0	6	
- Rua A Lte 11 - Corpos A/B - C/D	0	46	
ALGÉS - Rua de Olivença, 9 A	0	5	
- Rua João Chagas, 53/53 G	0	58	
ALHANDRA - Av Afonso de Albuquerque	0	3	
- Rua Augusto Marcelino Chamusco 5	23	0	
- Rua Dr. Miguel Bombarda 109	98	0	
- Rua Dr. Miguel Bombarda, 111	73	-1	
- Rua Dr. Miguel Bombarda, 113	116	0	
- Rua Dr. Miguel Bombarda, 115	73	-1	
- Rua Passos Manuel, 128	98	-1	
- Rua Passos Manuel, 132/R Dr Miguel Bombarda, 119	362	-1	
- Rua Passos Manuel, 134/R Augusto Marc. Chamusco 1	138	-1	
- Rua Passos Manuel, 136/R Augusto Marc. Chamusco 3	332	5	
- Rua Passos Manuel, 138	148	-1	
- Rua Passos Manuel, 140/R. Aug. Marcel. Chamusco, 7	89	-1	
ALMADA - Rua Capitão Leitão, 83	0	14	
- Rua Galileu Saúde Correia, 11-B r/c e 16-A, Loja	0	10	
- Rua Padre António Vieira, 46 - R/C	0	8	
ALMEIRIM - Praça da República, 36/36A/37A	0	7	
ALPENDURADA - Av.Dr.F.Sá Carneiro. Ed. Memorial Center -Bl.A - r/c	0	5	
ALVERCA - Av. Cap. Almeida Meleças, 46 - R/C	0	3	
- Rua José António Virrissimo da Silva, 1 e 2	0	5	

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
AMADORA - R.Actor António Silva, 7-B r/c Dto. - Venda Nova	0	11
AMADORA - Rua Elias Garcia, 279 Fr B e Fr C	0	6
- Av. Artur Semedo Lt 69, Loja A, Vila Chã	0	4
AMARANTE - Av. 1.º de Maio, Lote 18	0	4
AMORA - Av. Movimento Forças Armadas, Loja 2	0	3
ANGRA DO HEROÍSMO - Ladeira da Pateira - Posto Santo	14	0
- Rua de São João, 106 - 114	0	4
ARCOS DE VALDEVEZ - Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R. Nunes Azevedo	0	6
ARMACAO DE PÊRA-Rua da Panasqueira, Lt 8 - Loja A	0	4
AVEIRO - Av.Dr.Lourenço Peixinho, 16/18 "G" (Dep.Regional)	396	35
- Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16 - 18	123	-11
- Rua Angola, 22 - 1.º	0	10
- R. Cónego Maia, 196 r/c Esq.	0	5
- Rua Alberto Souto, 23 - 25	0	5
BAIXA DA BANHEIRA - R. Jaime Cortesão, 24, r/c Dto. - c/v	0	7
BARREIRO - Rua Alfredo da Silva, 47 / 53	0	7
- Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste,7-B	95	0
- Urbanização Quinta dos Lóios, Lote 2	0	-1
BRAGA - Largo Senhora-a-Branca, 8/11	0	8
- Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	0	7
- Rua do Caires, 291/309	0	0
- Rua do Caires, 285 - Bloco A - Loja 1 R/C	0	6
- Rua S. Vicente, 174/176	0	6
- Rua do Souto, 65/71	0	23
- R. do Regimento da Infantaria, 8/R. São Vicente, 167	1 173	-1
BRAGANÇA - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	0	13
CACÉM - Praça das Comunidades	0	1
- Rua Elias Garcia, 153/155 r/c Esq.	0	8
CALDAS DAS TAIPAS - Rua Banda da Música, 272	0	3
- Loteamento Vinha das Coxas	1 018	-5
CÂMARA DE LOBOS-MADEIRA - R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	0	6
CARTAXO - Rua Combatentes Ultramar, 1 R/C	0	8
CARVALHOS - Rua Gonçalves Castro, 186 - A	0	7
CASTELO BRANCO - Av. Liberdade, 7/13 / R. Rei D. Dinis, 2/10	782	30
- Praça Rainha D. Leonor, 4 - Loja	0	11
- Rua Sra. Piedade/Rua Cadetes Toledo	0	12
CHARNECA DA CAPARICA - Rua Ruy Furtado, 2-A - Palhais	0	11

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
CHAVES - Rua do Olival e Longas - C. Com. Charlot, R/C - Lj 6	0	0
- Rua Olival e Longas Lj 4 Fracção EP	0	5
COIMBRA - Rua João Machado, 100	0	-13
- Av. Sá da Bandeira, 81 r/c	260	-1
- Lg Miguel Bombarda, 39/53 / Couraça Estrela, 5	3 115	148
- Urbanizacao Adriano Lucas, Lt 3 r/c-Estrada da Beira	0	9
- Urbanizacao Quinta da Romeira	8 590	599
- Largo da Cruz de Celas	0	13
COSTA DA CAPARICA - Rua António Correia, 1 C/V	195	-5
- Rua Gil Eanes, 2/2B	0	8
COVA DA PIEDADE - ALMADA - Rua Ivone Silva, 1/3-Lj 1-2	212	20
COVAS - Urbanização Vila das Trofas, Lote 7	0	3
COVILHÃ - Edifício Monteverde, Lote 1 - Loja A	0	8
CUCUJÃES - Rua Clube Desportivo de Cucujães, Lote 10	0	2
DAMAIA - Av. D. Carlos I, 7-7B/Rua Jose Estevao, 11-Loja	0	12
ELVAS - Rua da Cadeia, 17/17A	0	9
ENTRONCAMENTO - Rua 5 de Outubro	0	5
ERICEIRA-Estrada Nacional, 247-Edifício Garden Park - Loja	0	6
ESMORIZ - Av. 29 de Março, 638/652	0	2
ESTREMOZ - Praça Luis de Camões, 61 - r/c	0	7
- Rua Alcaçarias, 42	59	2
- Rua Alcaçarias, 44	121	6
- Rua Alcaçarias, 46	76	2
- Rua Alcaçarias, 48	71	2
- Rua Alcaçarias, 50	72	2
- Rua Alcarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	1 073	47
- Rua Fernando Seno, 28	0	9
- Urb. Horta Porta - Av. Cidade Lisboa, 219	0	5
FAMALICÃO-Av.Marechal Humberto Delgado - Edifício Plaza, Loja 3	0	10
FARO - Rua Alportel, 20/22	0	21
- Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	0	8
- Rua Jornal Correio do Sul, 22 - Cv. / Dt.	0	7
- Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14 - 1.º E	95	0
- Rua Sol, 16/18	531	15
FÁTIMA - Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	0	13
FIGUEIRA DA FOZ - Rua Bombeiros Voluntarios, 15 - 21	0	7
FORTE DA CASA - Rua Alves Redol, 1 e 5 r/c	0	8

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
FUNCHAL - Rua Ferreiros, 270/274 / Rua 5 de Outubro, 91-A/D	0	15
- Rua Dr. João Brito Câmara - Frac."A" e "B" (Caniço)	0	15
- Rua Dr. Francisco Peres, 26-B - Caniço	0	8
- Jardins Forum Plaza II - Piso 0 - Bloco 3	0	8
- Rua do Carmo, 86-90/R / Rua Anadia, 38/39	0	9
- Rua da Sé, 16 - 18	0	7
FUNDÃO - Rua Três Lagares, Lote 3	0	4
GONDOMAR - Rua Dom Afonso Henriques, 129 - Areosa	0	8
- Av. 25 de Abril, R/C	0	5
GANDARA - Rua 25 Abril, 438/438-A	0	4
GOUVEIA - Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	0	7
GUARDA - Rua Vasco da Gama, 35	0	12
- Rua Vasco da Gama, 37	330	17
- Rua Mouzinho da Silveira, 38	280	13
- Rua Mouzinho da Silveira, 40	447	5
GUIMARÃES - Rua Dr. José Sampaio, Loja 10	0	2
- Alameda S.Dâmaso, Edifício S.Francisco Centro - Loja 1	0	13
- Lugar da Igreja, Lote 1, r/c Esq. E Dt. ^o	0	4
- Rua Teixeira de Pascoal, 123-A e 75, Loja e Escritório	0	9
INFANTADO - Av. das Descobertas-Lote 74 - Lojas 3 e 4	0	8
LAGES DO PICO - Rua de São francisco	0	0
LAGOS - Urbaniz. Porta da Vila, Lote 1 r/c	0	6
LARANJEIRO - Rua Dr. António Elvas, 24 - A (Loja)	180	-8
LEIRIA - Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	0	11
- Rua Vasco da Gama, 5/15	0	30
- Rua Camilo Korrodi, 5	0	27
- Av. D. João III - Edifícios Terraços do Liz - Lote 1 - Piso 1	0	12
LINDA-A-VELHA-Rua Marcelino Mesquita, 9	0	13
LISBOA - Av. Almirante Reis, 237/237-B	3 789	4
- Av António Augusto Aguiar, 124/124-B / R. Carlos Testa	5 492	229
- Av. do Brasil, 112	2 950	155
- Av. do Brasil, 112-C - loja	167	13
- Av. do Brasil, 114	2 446	82
- Av. do Brasil, 114-C - loja	122	0
- Av. do Brasil, 116	1 609	48
- Av. do Brasil, 118	2 292	41
- Av. do Brasil, 118-C - loja	126	2

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
- Av. do Brasil, 120	3 306	101
- Av. do Brasil, 120-C - loja	140	8
- Av. do Brasil, 122	2 447	59
- Av. do Brasil, 124	1 769	46
- Av. do Brasil, 124-C - loja	139	0
- Av. do Brasil, 126	2 887	98
- Av. do Brasil, 126-C - loja	139	2
- Av. do Brasil, 128	1 964	40
- Av. do Brasil, 130	1 637	32
- Av. do Brasil, 130-C - loja	263	21
- Av. do Brasil, 132	2 367	73
- Av. Defensores de Chaves, 40	3 800	112
- Av. João Crisóstomo, 26/28	6 435	-20
- Av. D.João II - Ed.Gil Eanes / Parque Expo (Est. Oriente)	1 631	116
- Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	530	-2
- Av. de Roma, 51/51-C	3 100	136
- Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	3 339	64
- Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	2 973	59
- Estrada de Benfica, 365/365A (S.Dom. Benfica)	0	15
- Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	0	15
- Praça João Rio, 7/7-A	2 177	3
- Rua 4 Infantaria, 85/85-H	3 141	144
- Rua Alexandre Braga, 19	1 401	45
- Rua da Graça 2 A/B	0	4
- Rua do Carmo, 54 / 62	7 248	344
- Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	3 502	162
- Rua Artur Lamas, 24	15	-1
- Rua Artur Lamas, 26	180	-3
- Rua Áurea, 219-241 - EDIFÍCIO SEDE	17 609	618
- Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 - Edifício Grandella	32 042	1 712
- Alameda Linhas de Torres, 94 - A	0	6
- Rua Vale de Santo António, 74	450	-1
- Rua do Centro Cultural, 12/12-B	2 464	195
- Rua Ferreira Borges, 183/183-C	2 762	138
- Rua Garrett, 37/51 / Rua Ivens, 66/76	1 739	35
- Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	3 900	74
- Rua da Graça, 2-F, Loja	0	3

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
- Rua Inácio Sousa, 19	895	35
- Rua Inácio Sousa, 21	951	34
- Rua Inácio Sousa, 23	669	22
- Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B - Pedralvas	0	11
- Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	1 622	65
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho,2-A / Av. Rio de Janeiro	577	18
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2	1 156	46
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 4	1 102	41
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 6	903	32
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 8	1 251	49
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 10	2 044	54
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 12	1 364	70
- Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	5 500	33
- Rua Padre Américo, 27 - Carnide	0	11
- Rua da Prata, 76/86	2 277	1
- Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	1 146	7
- Rua Sousa Loureiro, 10 cave	45	-1
- Travessa das Verduras, 6 - cv Dto./Esq.	190	4
- Rua Amílcar Cabral, 11	0	9
- Rua José Duro, 25 - C/D	0	2
- Av. Liberdade - Garagem (C.C. LIBERSIL)	169	8
- Rua Tomás Ribeiro, 6 - C	0	3
- Rua Augusta, 206	7 200	111
- Av. da República, 60	668	49
- Av. Marques de Tomar, 5 - A	0	8
- Rua de Campolide, 55 B/C	0	4
- Rua Castilho, 5	0	8
- Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fração A e B)	645	50
- Av Infante D. Henrique, 342 a 342 C	6 300	-6
- Av. de Berna (1)	0	78
LOULE - Av. 25 de Abril, Bloco A - R/C	0	5
LOURES - Rua da Republica 64 / 66	0	7
LOURINHÃ - Rua Actor António José Almeida, nº11-B - r/c	0	6
LOUSADA - Av. General Humberto Delgado, 146	0	2
MACEDO CAVALEIROS - Rua do Mercado, Loja 3 - Piso 1	0	8
MADALENA - Largo Jaime Ferreira, 1 - Pico (Antigo Lg. Matriz)	0	4

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
MAFRA - Av. 25 Abril, 13 - 13 D, r/c (Fracção B e C)	0	7
- Av. da Liberdade, 3-A - Loja 3	64	0
MAIA - Rua Augusto Simões, 1433 - R/C	0	9
- Rua Nova dos Altos, 13 - Parqueamento - Vermoim	29	3
MALVEIRA - Rua 25 de Abril, Loja 5 - r/c - Alagoa Pequena	0	8
MANGUALDE - Rua 1.º de Maio, Bl 2, r/c	0	8
MARCO DE CANAVEZES - Ed. Triunfo, lote 6 - Lojas 14 e 16	0	8
- Rua Amália Rodrigues, 242	0	3
MARINHA GRANDE - Av. Vítor Galo, 13 r/c e cave	0	7
MASSAMÁ - Av. 25 Abril, 6	125	-6
- Rua Direita Massama, 120-Lj 5	0	7
MEALHADA - Av. Dr. Manuel Lousada	0	2
MIRANDELA - Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	0	7
MOITA - Mercado Municipal, Loja 28	0	1
MONTEMOR-O-NOVO - Av. Gago Coutinho, 10/12	0	4
MONTIJO - Av. Pedro Nunes, Afonsoeiro	10 341	772
MOSCAVIDE - Av. Moscavide, 30 / 48	0	4
MATOSINHOS - Rua Brito Capelo, 694	0	9
NAZARE - AV Manuel Remígio - Bloco A - Lj / R/C	0	7
NORDESTE - Praça da República	0	1
ODIVELAS - Av. Miguel Torga, Zona 2-Lt 12 - Loja	0	6
- Rua Francisco Relvas Marques, 3	171	11
OEIRAS - Rua Cândido dos Reis, 39 (Loja)	0	6
OLHÃO - Rua General Humberto Delgado, 28-A	0	8
- EN 125, 3	0	3
OLIVEIRA DO DOURO - Largo da Lavandeira, 36 r/c	0	5
- Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282 - r/c	14	0
OSSEIRA - Rua José Bento Pereira, 957 (Caldas da Rainha)	0	2
PALMELA - Av. da Liberdade, Lote 7 - Loja A	0	3
PAÇO DE ARCOS - Av. Marquês de Pombal, 5	0	10
PAREDE - Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º2 - r/c	0	10
- Rua Latino Coelho, 4 Fracção BA e AZ	0	2
- Rua Marquês de Pombal, 6 e 6-A	8 986	629
PAREDES - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N - r/c	0	8
PEDROSO - Av. Dr. Moreira de Sousa	0	2
PINHAL NOVO - Rua S. Francisco Xavier, Lote 2 - Loja 4	0	11

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
PONTA DELGADA - Largo do Poço Velho, 10	20	0
- Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 - Armazém	110	0
- Av. Infante D. Henrique, 25	2 500	-95
PONTE DE LIMA - Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	0	7
PORCALEGRE - Largo Antonio José Lourinho, 12	0	3
PORTIMÃO - Urbanização Horta de S. Pedro - Lote 21 - Lojas 1,2,3	0	7
- Rua da Hortinha, 38 / 48	0	6
- Rua Dom Carlos I, Lote H 4	0	2
PORTE - Av. dos Aliados, 90	3 663	264
- Rua do Almada, 411 / 413	173	11
- Av. Fernão Magalhães (Lojas)	0	4
- Rua Costa Cabral, 849 / 855	0	7
- Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	0	1
- Rua do Breyner, 96-128-136-156	10 462	707
- Rua Campo Alegre, 1620 - Loja	0	5
- Rua de Ceuta, 38/44/48	0	-3
- Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	1 585	30
- Rua do Heroísmo, 342 / 360	0	7
- Rua Fernandes Tomás, 424/438	50	0
- Rua Júlio Dinis, 656	3 966	69
- Rua Júlio Dinis, 674/678	0	8
- Rua Magalhães Lemos, 111/113	1 907	129
- Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	95	0
- Rua Mártires da Liberdade, 142	35	0
- Travessa do Covelo, 99 cave	20	1
- Rua 1.º de Janeiro, 332 - Bessa	0	9
- Rua das doze Casas, 235 a 237, 4.º (bomfim) Fração I e H	59	-1
PORTO DE MÓS - Av. Santo António - Bloco 5 r/c - Esq.	0	5
PÓVOA SANTA IRIA - Urb. Casal Serra, Torre 8 r/c, Lojas 3/4	0	13
POVOA VARZIM - Praça Almada, 59 / 60	0	5
POVOAÇÃO - AÇORES - Rua Barão Laranjeiras, 17	0	4
PRAIA DA VTORIA - Rua de Jesus	0	1
QUARTEIRA - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	0	7
QUELUZ - Av. Luís de Camões, 38-B/C	0	9
- Rua Helíodo Salgado, 61 (Loja)	0	4
RAMALDE - Rua São João de Brito, 530	0	9

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO
RIBEIRA GRANDE - AÇORES - Rua de S. Francisco	0	5
- Rua do Rosário, 13 (Maia)	0	1
RIO MAIOR - Av. Paulo VI, Lote 82	0	9
RIO TINTO - Travessa Senhor do Calvário, 18 cv	0	5
SANDIM - Rua da Columbófila, 371 C/D	0	6
SANTA MARIA DE LAMAS - Rua Bairro da Mata, 34	0	1
SANTAREM - Av. Dom Afonso Henriques, 1	0	3
- Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 425	94
SANTIAGO CACÉM - Praça Mercado, 7 - Loja	0	4
SANTO TIRSO - R. D. Nuno A. Pereira / Pr. Camilo C. Branco, Lojas 8/9	0	5
SÃO JOÃO DA MADEIRA - Av. Dr Renato Araújo, 259 Fr B	0	5
SÃO MAMEDE INFESTA - Rua Godinho Faria, 332 - R/C	0	5
SÃO ROQUE - Lugar da Igreja, Bloco C	0	2
SEIA - Av. 1.º Maio, 18 - Loja	0	9
SEIXAL - Rua Gil Vicente, 1/1-B - Loja - Torre da Marinha	0	8
SETÚBAL - Av. Luísa Todi, 294/308 / Praça do Bocage, 135/145	4 649	242
- Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	61	3
- Praça de Portugal, Lote 2	0	8
- Vale do Cobro, Lote 34 r/c Dto.	0	0
SINTRA - Rua Helidoro Salgado, 42 / 42 A	0	7
SINES - Av. Gen. Humberto Delgado, 59/59A	100	0
SEVER DO VOUGA - Av. Comendador Martins Pereira	0	2
TAPADA DAS MERCÊS - Rua José Dias Coelho, 12 A - Loja 1	225	-1
TAVIRA - Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	0	6
TOMAR - Alameda 1 Março, Lote P	0	7
TORRES NOVAS - Largo Cor. António Maria Batista, 2 r/c	0	19
TORRES VEDRAS - Rua Santos Bernardes, 30-A Fr B	0	4
TROFA - R. Serafim Lima, Imóvel IParque - Loja 245	47	5
- Rua Abade Inácio Pimentel Fr G	0	1
VAGOS - Rua António Carlos Vidal, 92 r/c	135	-1
VALADARES - Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	0	6
VALE DE CAMBRA - Av. Camilo Tavares de Matos, Ed. Mercado	0	4
VENDA DO PINHEIRO - Av. 9 de Julho, 96-A/B	0	8
VILA FRANCA DE XIRA - Av. 25 de Abril, 14/16	0	9
VILA NOVA DE FAMALICÃO - Av. 25 Abril, 94	0	5
VILA NOVA DE GAIA - Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	0	12

DESIGNAÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	RENDIMENTO LÍQUIDO	(milhares de euros)
- Av. da República, 728 / 732	0	8	
- Av. da República, 2531	0	10	
- Largo Eça Queirós e Rua de Trás, 157 - Lj 10 Fr BH	0	1	
- Largo Eça Queirós e Rua de Trás, 157 - Lj 10 Fr CQ	0	1	
- Av. da República, 1473	1 033	40	
- R. Camilo Sousa Santos, 273 e 313 (Quinta do Cravel)	7 963	555	
VILA REAL STO. ANTÓNIO - Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 r/c	0	5	
VISEU - Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	3 446	322	
- Rua Dr. Alvaro Monteiro, Lote 11 r/c - Marzovelos	0	8	
- Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja - S. Mateus	0	6	
TOTAL (1)	257 481	11 938	
2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO			
PAREDE II - Centro Residência Assistida	7 030	0	
LISBOA - Entrecampos Centro Residência Assistida	5 200	-1	
Unidades de Cuidados Continuados			
Leiria - Unidade Cuidados Continuados	0		
Diversos_Construções em Curso ⁽²⁾	0		
TOTAL (2)	12 230	-1	
TOTAIS	269 711	11 938	

⁽¹⁾ Conforme contrato de compra e venda, este móvel será desocupado ao longo do ano de 2017 (quando da sua aquisição, o imóvel foi, integralmente, contabilizado na rubrica de "Terrenos para Construções").

⁽²⁾ Valores incorporados no Valor de Avaliação do Imóvel.

16.7 CARTEIRA DE TÍTULOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL /QUANTIDADE ⁽¹⁾	TAXA DE CUPÃO	JUROS CORRIDOS	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			47	4 912	4 614		4 661
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL	7 900			50	51		51
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	60 000			162	174		174
DÍVIDA PÚBLICA	2 500		45	2 705	2 458		2 503
DÍVIDA MEXICA 1,375 01/15/25	1 000	1,3750%	2	991	950		952
DÍVIDA MEXICA 3,375 02/23/31	1 500	3,3750%	43	1 714	1 508		1 551
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	2 000		2	1 995	1 931		1 933
IREN SPA 0,875 11/04/24	500	0,8750%	1	495	475		476
VEOLIA 0,314 10/04/23	1 500	0,3140%	1	1 500	1 456		1 457
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	21 416		0	20 855	21 629		21 629
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	21 416		0	20 855	21 629		21 629
ACAFP 2,33 30/09/20 (GLENCORE FINANCE 10.000.000,00)	6 000	2,3300%	0	6 000	6 039		6 039
ACAFP 2,6 30/06/20 (GALP ENERGIA - 10.000.000,00)	10 000	2,6000%	0	10 000	10 259		10 259
ACAFP 2,6 30/06/20 (GALP ENERGIA - 5.000.000,00)	2 000	2,6000%	0	2 000	2 051		2 051
FINIBANCO DEZEMBRO 07/17	1 141	0,0000%	0	1 117	1 153		1 153
FINICRÉDITO SUBORDINADA 2007/17	2 275	0,0000%	0	1 738	2 127		2 127
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	987 660		21 231	987 660	987 660		1 008 891
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	987 660		21 231	987 660	987 660		1 008 891
BOLSIMO VAR 2014 - 31/12/16	25 000	2,6980%	172	25 000	25 000		25 172
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-17 2S	9 750	9,8333%	812	9 750	9 750		10 562
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-17 3S	30 000	6,5997%	1 513	30 000	30 000		31 513
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-17 4S	51 000	6,3500%	2 204	51 000	51 000		53 204
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 10S	43 000	6,1500%	448	43 000	43 000		43 448
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 11S	36 000	5,7000%	188	36 000	36 000		36 188
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 12S	21 250	5,7500%	7	21 250	21 250		21 257
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 11S	5 650	10,1620%	242	5 650	5 650		5 892
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/2020 1S	3 300	6,7500%	170	3 300	3 300		3 470
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 10S	30 950	4,1000%	215	30 950	30 950		31 165
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 11S	27 000	3,7500%	90	27 000	27 000		27 090
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 12S	20 600	3,7500%	2	20 600	20 600		20 602
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 1S	44 000	5,2500%	2 150	44 000	44 000		46 150
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 2S	33 300	5,0000%	1 420	33 300	33 300		34 720
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 3S	23 500	4,9000%	889	23 500	23 500		24 389

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL /QUANTIDADE ⁽¹⁾	TAXA DE CUPÃO	JUROS CORRIDOS	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 4S	31 200	4,9000%	1 041	31 200	31 200		32 241
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 5S	34 650	4,9000%	1 009	34 650	34 650		35 659
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 6S	30 100	4,7500%	739	30 100	30 100		30 839
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 7S	33 800	4,5500%	654	33 800	33 800		34 454
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 8S	30 000	4,5500%	466	30 000	30 000		30 466
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 9S	35 900	4,2000%	385	35 900	35 900		36 285
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/2021 1S	2 148	5,3000%	97	2 148	2 148		2 245
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/2021 2S	812	5,1000%	21	812	812		833
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 1S	27 400	3,4500%	880	27 400	27 400		28 280
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 2S	33 050	3,4500%	972	33 050	33 050		34 022
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 3S	33 400	3,4500%	890	33 400	33 400		34 290
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 4S	35 450	3,4500%	832	35 450	35 450		36 282
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 5S	33 100	3,4500%	682	33 100	33 100		33 782
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 6S	31 450	3,4500%	555	31 450	31 450		32 005
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2012/17 2S	1 700	6,2500%	1	1 700	1 700		1 701
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/18 1S	1 550	4,9000%	52	1 550	1 550		1 602
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 10S	25 050	2,9500%	125	25 050	25 050		25 175
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 11S	26 650	2,9500%	72	26 650	26 650		26 722
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 12S	15 000	2,9500%	1	15 000	15 000		15 001
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 7S	50 600	3,2000%	688	50 600	50 600		51 288
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 8S	34 950	3,2000%	385	34 950	34 950		35 335
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 9S	17 900	3,0000%	137	17 900	17 900		18 037
MONTEPIO SEGUROS SGPS, SA 2016/2020	17 500	6,2840%	25	17 500	17 500		17 525
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	215 457		3 701	237 595	218 945	-16 200	222 646
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	140 693		3 146	139 764	126 838	-8 790	129 984
APT PIPELINES 2% 22/03/27	1 000	2,0000%	16	996	991		1 007
ARCELIK 3.875 09/16/21	1 000	3,8750%	11	993	1 003		1 014
ARCELORMITTAL 3 09/04/21	2 400	3,0000%	52	2 389	2 519		2 571
ARCELORMITTAL 3 1/8 01/22	2 000	3,1250%	60	1 999	2 099		2 159
BESPL0 5 05/21/19	3 000	5,0000%	91	3 048	2 025		2 116
2017 CAIXA GERAL DE DEPOSITOS FLOAT	1 000	1,2640%	0	896	925		925
CEIFP 3,125 03/20/23	1 500	3,1250%	37	1 492	1 444		1 481
CLNXSM 2,375 01/16/24	1 000	2,3750%	9	992	990		999

(milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL /QUANTIDADE ⁽¹⁾	TAXA DE CUPÃO	JUROS CORRIDOS	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
CROWN EURO 2,625 09/30/24	1 500	2,6250%	11	1 491	1 470		1 481
DOURO 2 A1 (SAGRES)	14	0,0000%	0	14	13		13
DUFSCA 4,5% 15/07/22	1 500	4,5000%	31	1 600	1 577		1 608
EGLPL 5,5 04/22/19	800	5,5000%	9	800	770		779
ELEPOR 2 22/04/25	1 500	2,0000%	21	1 499	1 472		1 493
ESL 3,625% 15/04/23	3 000	3,6250%	23	3 028	3 037		3 060
FINIBANCO SUBORDINADA 2008/18	329	1,5330%	0	289	308		308
IPGIM 3,75 06/24/21	1 000	3,7500%	20	1 023	1 059		1 079
IPRPL FLOAT 11/12/18	850	3,7890%	4	850	852		856
JOSE MELLO SAUDE FLOAT 17/05/21	3 050	2,7390%	10	3 043	2 943		2 953
LUSITANIA/2015 - PRAZO INDETERMINADO	7 000	6,2810%	38	7 000	5 418		5 456
LUSITÂNIA VIDA SUBORDINADAS 2007	5 000	2,0810%	9	5 000	1 976		1 985
MADRID 1,826 04/30/25	30	1,8260%	0	30	30		30
METROPOLITANO LISBOA 4,799 12/07/27	100	4,7990%	0	107	99		99
MEX 3% 06/03/45	1 500	3,0000%	37	1 473	1 286		1 323
MG RENDIMENTO TOP 1S 2008/18	1 007	1,3080%	5	853	916		921
MG RENDIMENTO TOP 2S 2008/18	1 653	1,3120%	10	1 374	1 463		1 473
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 5S	8 700	13,6063%	704	8 700	9 201		9 905
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 6S	5 000	12,7700%	326	5 000	5 320		5 646
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 7S	6 000	11,9000%	303	6 000	6 417		6 720
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 8S	9 000	10,7000%	326	9 000	9 637		9 963
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 9S	14 000	12,3286%	451	14 000	15 270		15 721
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/20 2S	600	10,7250%	38	600	763		801
MONTPI STRNT 01/30/17	2 000	0,7560%	14	1 500	1 994		2 008
PEMEX 1,875 21/04/22	2 000	1,8750%	26	1 986	1 920		1 946
PEMEX 2,75 21/04/27	500	2,7500%	10	495	437		447
PESTANA 3,95 07/15/22	1 000	3,9500%	18	1 001	992		1 010
PESTANA FLOAT 02/28/20	980	3,5000%	12	989	985		997
PETROBRAS 4,25% 02/10/2023	1 500	4,2500%	16	1 509	1 463		1 479
PETROLEO BRASILEIRO 3,75 01/14/21	500	3,7500%	18	497	499		517
PETROLEO BRASILEIRO 4,75 01/14/25	3 000	4,7500%	137	2 971	2 918		3 055
PRAZO INDETERMINADIO LUSITÂNIA 2014	9 000	6,3240%	0	9 000	6 849		6 849
SAPPI PAPIER 3,375% 01/04/22	3 100	3,3750%	26	3 121	3 216		3 242
SAUDACOR FLOAT 06/29/21	640	3,2800%	0	646	641		641

(milhares de euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL /QUANTIDADE ⁽¹⁾	TAXA DE CUPÃO	JUROS CORRIDOS	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
SAUDACOR FLOAT 07/15/20	500	2,8090%	7	507	500		507
SMURFIT KAPPA ACQUISITO 2.75% 02/01/25	2 000	2,7500%	23	2 024	2 039		2 062
TAGST 2009-ENGY A1	2 957	1,5780%	3	2 869	2 839		2 842
TELECOM ITÁLIA 3.625 05/25/26	1 000	3,6250%	22	1 000	1 026		1 048
TKAGR 2,5 02/25/25	2 200	2,5000%	47	2 185	2 221		2 268
TRAFIGURA FUNDING 5.25 11/29/18	2 000	5,2500%	9	2 000	2 085		2 094
TELECOM ITALIA 3 09/30/25	1 500	3,0000%	11	1 497	1 509		1 520
VISABEIRA OUT-2017	2 747	4,2870%	20	2 801	2 692		2 712
VOTORA 3,25 04/25/21	3 355	3,2500%	75	3 396	3 329		3 404
AYT DEUDA SUBORDINADA (FUNDO TITULARIZAÇÃO)	1 500	0,0000%	0	1 500	884	-616	884
HEATM I-07 A 22/02/19	196	0,1490%	0	196	0	-196	0
FINIBANCO VAR 02/49	125	0,0000%	0	63	63	0	63
PORTUGAL TELECOM 4,5 06/16/25	7 710	0,0000%	0	7 784	2 429	-5 345	2 429
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500	0,0000%	0	1 499	15	-1 484	15
BANIF FINANCE LTD 2016	1 000	0,0000%	0	1 000	0	-1 000	0
SOME/94-20/07/99	150	0,0000%	0	149	0	-149	0
DÍVIDA PÚBLICA	30 864		638	32 399	29 914	0	30 552
CONSOLIDADO 3% 28/02/49	279	3,0000%	1	262	204		205
PGB 2,875 07/21/26	6 365	2,8750%	82	6 224	5 909		5 991
PGB 2,875 10/15/25	3 500	2,8750%	21	3 426	3 322		3 343
PGB 2,2 10/17/22	4 000	2,2000%	18	3 936	3 927		3 945
PGB 3,85% 15/04/21	5 000	3,8500%	137	5 359	5 403		5 540
PGB 3,875% 15/02/30	4 070	3,8750%	138	4 220	3 897		4 035
PGB 4,1 02/15/45	2 550	4,1000%	91	2 998	2 341		2 432
PGB 4,1% 15/04/37	5 100	4,1000%	150	5 974	4 911		5 061
PAPEL COMERCIAL	43 900		-83	43 900	43 900		43 817
BOLSIMO - GESTÃO DE ACTIVOS, S.A. - 19ª EMISSÃO	25 000	2,7840%	19	25 000	25 000		25 019
PAPEL COMERCIAL BARRAQUEIRO - 36.ª EMISSÃO	5 000	2,0000%	-7	5 000	5 000		4 993
PAPEL COMERCIAL ESPORÃO, 27.ª EMISSÃO	1 000	2,5000%	1	1 000	1 000		1 001
PAPEL COMERCIAL INAPA - 18.ª EMISSÃO	2 500	5,5000%	-59	2 500	2 500		2 441
PAPEL COMERCIAL INAPA PORTUGAL - 1.ª EMISSÃO	2 500	5,5000%	-59	2 500	2 500		2 441

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL /QUANTIDADE ⁽¹⁾	TAXA DE CUPÃO	JUROS CORRIDOS	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO	IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO
PAPEL COMERCIAL JOSÉ DE MELLO SAÚDE - 14.ª E	2 900	2,0000%	-1	2 900	2 900		2 899
PAPEL COMERCIAL SUMOL + COMPAL, 7.ª EMISSÃO	5 000	2,2500%	23	5 000	5 000		5 023
AÇÕES				2 039	1 077	-1 199	1 077
BCP BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	1 008			51	1	-50	1
BANCO BPI - SA	132 000			226	149	-176	149
CLÍNICA STA. MARIA DE BELÉM	66 240			493	546	-84	546
COMPANHIA SEGUROS MOÇAMBIQUE	199 633			721	353	-369	353
E.I.A.-ENSINO, INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S.A	70 000			349	2	-347	2
NEBRA RENOVABLES SL	950			163	0	-163	0
SOFICATRA	1 500			36	26	-10	26
FUNDOS DE INVESTIMENTO				19 493	17 216	-6 211	17 216
FUNDO ARIS DEFENSIVE	28			4	4	0	4
FUNDO DE INVESTIMENTO MG ACÇÕES EUROPA	7 450			299	345	0	345
VIP -FUNDO INV. IMOBILIÁRIO	213 000			2 013	2 006	0	2 006
EXPLORER III - FD. INVEST. CAP. RISCO (FIQ)	59			1 646	1 812	-622	1 812
FUNDO CAPITAL PVCI - CLASSE B	6 813 056			6 813	5 941	-2 496	5 941
FUNDO DE INVESTIMENTO BEM COMUM	100			232	127	-105	127
FUNDO DE INVESTIMENTO EURO ENERGY	18 000			900	807	-351	807
FUNDO INVESTIMENTO CRITICAL B1	70			271	107	-165	107
FUNDO INVESTIMENTO CRITICAL B2	80			368	1 041	-52	1 041
LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO - FII	400 000			2 188	1 235	-980	1 235
VISION ESCRITÓRIOS - F.I. IMOB.	1 000 000			4 759	3 791	-1 440	3 791
TOTAL	-	-	24 979	1 251 022	1 232 848	-16 200	1 257 827

⁽¹⁾ Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento).

16.8 CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

(euros)

BALANÇO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Investimentos financeiros	488 313	448 886
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE	488 313	448 886
ATIVO CORRENTE		
Outras contas a receber	-	50 000
Caixa de depósitos bancários	982 291	912 681
TOTAL DO ATIVO CORRENTE	982 291	962 681
TOTAL DO ATIVO	1 470 604	1 411 567
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
FUNDOS PATRIMONIAIS		
Fundos	498 798	498 798
Reservas e Resultados Transitados	621 693	558 044
Resultado líquido do período	98 890	63 649
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	1 219 381	1 120 491
PASSIVO		
Outras contas a pagar	251 223	291 076
TOTAL DO PASSIVO	251 223	291 076
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	1 470 604	1 411 567

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(euros)

	31/12/2016	31/12/2015
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	1 000 000	1 017 269
Fornecimentos e serviços externos	(6 175)	(17 261)
Outros rendimentos e ganhos	373 623	526 572
Outros gastos e perdas	(1 268 054)	(1 473 316)
Aumentos/Reduções de justo valor	(5 552)	3 841
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	93 842	57 105
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	93 842	57 105
Juros e rendimentos similares obtidos	5 064	6 838
Juros e rendimentos similares pagos	(16)	(294)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	98 890	63 649

OUTRAS FUNDACÕES

(euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	VALLE-FLOR	PADRE JOSÉ FILIPE RODRIGUES	MOGA	ROGÉRIO CARDOSO	FRANCISCO FINO
ATIVO					
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	-	11 576	-	-	-
Investimentos financeiros	48 070	468 271	9 369	6 979	26 010
ATIVO CORRENTE					
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4 446	79 652	916	671	4 296
TOTAL DO ATIVO	52 516	559 499	10 285	7 650	30 306
PASSIVO					
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	48 318	534 301	9 235	6 762	13 336
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	(447)	-	-	-
Resultado líquido do período	(1 389)	16 667	(446)	(688)	(488)
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	52 516	559 499	10 285	7 650	30 306
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	52 516	559 499	10 285	7 650	30 306

OUTRAS FUNDAÇÕES

(euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	VALLE-FLOR	PADRE JOSÉ FILIPE RODRIGUES	MOGA	ROGÉRIO CARDOSO	FRANCISCO FINO
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos	(12)	(58)	(12)	(12)	(12)
Aumentos / Reduções de justo valor	(2 065)	7 290	(187)	(368)	(894)
Outros rendimentos e ganhos	35	-	6	12	-
Outros gastos e perdas	(614)	(5 960)	(407)	(481)	(232)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(2 656)	1 272	(600)	(849)	(1 138)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	(255)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2 656)	1 017	(600)	(849)	(1 138)
Juros e rendimentos similares obtidos	1 287	15 691	154	161	650
Juros e gastos similares suportados	(20)	(42)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(1 389)	16 667	(446)	(688)	(488)

PRÉMIOS

(euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	SANTA JOANA	HERMÍNIA TASSARA	BRITO SUBTIL	JOSÉ CARDOSO	D. DINIS	BAILIM PISSARRA	ÁLVARO MACHADO	ALBERTO CONCEIÇÃO JORGE
ATIVO								
ATIVO NÃO CORRENTE								
Investimentos financeiros	10 282	23 760	66 042	51 569	61 138	-	123 963	77 069
ATIVO CORRENTE								
Caixa e depósitos bancários	1 009	3 270	13 641	5 252	7 300	3 550	17 526	7 051
TOTAL DO ATIVO	11 291	27 030	79 683	56 821	68 438	3 550	141 489	84 140
PASSIVO								
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	38 308	7 482	-	-
Reservas	9 296	18 346	66 122	32 556	31 486	-	7 092	2 379
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	(3 670)	-	-	-	(3 576)	133 765	83 723
Resultado líquido do período	-	(116)	(1 403)	(675)	(1 356)	(356)	632	(1 962)
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	11 291	27 030	79 683	56 821	68 438	3 550	141 489	84 140
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	11 291	27 030	79 683	56 821	68 438	3 550	141 489	84 140

PRÉMIOS

(euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	SANTA JOANA	HERMÍNIA TASSARA	BRITO SUBTIL	JOSÉ CARDOSO	D. DINIS	BAILIM PISSARRA	ÁLVARO MACHADO	ALBERTO CONCEIÇÃO JORGE
RENDIMENTOS E GASTOS								
Fornecimentos e serviços externos	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	-	(12)	(12)
Aumentos / Reduções de justo valor	(101)	(582)	(2 772)	(2 124)	(3 344)	-	(2 296)	(3 634)
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	46	81	-	93	81
Outros gastos e perdas	(36)	(123)	(497)	-	(9)	(403)	(8)	(508)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(149)	(717)	(3 281)	(2 090)	(3 284)	(403)	(2 223)	(4 074)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(149)	(717)	(3 281)	(2 090)	(3 284)	(403)	(2 223)	(4 074)
Juros e rendimentos similares obtidos	149	601	1 878	1 419	1 931	47	2 855	2 127
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	(4)	(3)	-	-	(16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	(116)	(1 403)	(675)	(1 356)	(356)	632	(1 962)

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO: Direção de Comunicação, *Marketing e Canais*

EDIÇÃO E DESIGN: Plot Content Agency, S. A.

FOTOGRAFIAS: Montepio

IMPRESSÃO: Lidergraf - Sustainable Printing, S. A.

DEPÓSITO LEGAL: 417507/16



ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO
RELATÓRIO E CONTAS 2016